



MP GO

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 01/02/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou apenas 07 (sete) questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas. Em nosso material, trata-se das questões 06, 07, 12, 14, 15, 68 e 78.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-GO** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/15beb4bd-8ff0-49db-8ad2-33be87b914c6>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/307b822b-2a5c-44d7-a57e-83f61d1b87bf>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

[Acesse aqui](#)



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

QUESTÃO 01. O Estado Alfa editou a Lei nº X, que estabeleceu requisitos específicos a serem observados na atividade pesqueira realizada em rios e lagos, de modo a evitar o comprometimento de determinadas espécies que, comprovadamente, reproduzem-se em certos meses do ano. A medida, muito comemorada por ambientalistas, foi duramente criticada pelos setores econômicos atingidos, que argumentavam sobre a sua provável inconstitucionalidade.

Na situação descrita, é correto afirmar que a Lei nº X é

- a) constitucional, por refletir o exercício da competência legislativa residual.
- b) inconstitucional, salvo se houver lei complementar federal autorizando a sua edição.
- c) inconstitucional, pois invadiu seara afeta à competência legislativa privativa da União, que é indelegável.
- d) constitucional, desde que não tenha afrontado lei nacional editada pela União, no exercício da competência que lhe é própria.
- e) constitucional, desde que sua aplicação permaneça adstrita aos rios cuja extensão esteja integralmente situada no território do Estado Alfa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a repartição de competências legislativas no federalismo brasileiro, especificamente a competência concorrente em matéria ambiental.

A alternativa D está correta. A Constituição Federal estabelece um regime de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre pesca e meio ambiente. Nesse modelo, a União edita normas gerais, e os Estados exercem competência suplementar. A validade da lei estadual, portanto, depende de sua conformidade com a norma geral federal. A Constituição Federal dispõe expressamente sobre o tema: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (...) § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. Dessa forma, a Lei nº X, editada pelo Estado Alfa, é constitucional, mas sua eficácia fica condicionada a não afrontar a lei nacional de normas gerais editada pela União, exatamente como afirma a alternativa.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 02. O Município Sigma editou a Lei nº X (LX) que dispôs, em seu Art. 2º, sobre os requisitos do cadastro a ser formado para a identificação do rol de beneficiários em potencial para determinado serviço de cunho assistencial, ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado à integração social de grupos desfavorecidos. De acordo com o Art. 3º desse diploma normativo, caberia ao Chefe do Poder Executivo Municipal editar o respectivo regulamento, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- a) a LX é inconstitucional apenas em seu Art. 3º.**
- b) Sigma não tem competência para legislar sobre a matéria.**
- c) a LX é inconstitucional em seu Art. 2º e, por arrastamento, o Art. 3º também o é.**
- d) Sigma tem competência para legislar sobre a matéria e a LX não apresenta vício de inconstitucionalidade material.**
- e) Sigma tem competência para legislar sobre a matéria, e os Artigos 2º e 3º são constitucionais, caso a proposição legislativa tenha sido apresentada pelo Prefeito Municipal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o princípio da separação dos poderes e a usurpação de competência do Poder Executivo pelo Legislativo.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) possui entendimento consolidado de que a fixação de prazo pelo Poder Legislativo para que o Chefe do Poder Executivo regule uma lei é inconstitucional. Tal medida representa uma interferência indevida na esfera de competência do Executivo, violando o princípio da separação e harmonia entre os poderes, consagrado na Constituição Federal. “Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”. O poder de regulamentar leis é uma atribuição discricionária do Chefe do Executivo, que deve avaliar a conveniência e a oportunidade para tal ato, conforme a competência que lhe é simetricamente atribuída pela Constituição: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;”. Ao impor um prazo, a lei municipal invade essa prerrogativa. No julgamento da ADI 4728/DF, o STF declarou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei distrital que fixava prazo para o Poder Executivo regulamentá-la, sob o seguinte fundamento: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL 4.728/2011. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA O PODER EXECUTIVO REGULAMENTAR A LEI. INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PRECEDENTES. 1. O poder de regulamentar as leis, conferido ao Chefe do Poder Executivo, compreende um juízo de oportunidade e conveniência, que não pode ser subtraído pelo Poder Legislativo. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a norma legal que estabelece prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei ofende o princípio da separação dos poderes. Precedentes. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” No caso da questão, o Art. 2º da Lei nº X, que trata dos requisitos do cadastro, está dentro da competência legislativa do Município para tratar de assistência social e assuntos de interesse local.

Contudo, o Art. 3º, ao fixar o prazo, incorre em vício de inconstitucionalidade formal, sendo apenas este trecho da lei inconstitucional.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Joana, pessoa acometida por doença grave irreversível e incapaz para os atos da vida civil, obteve sentença favorável em ação ajuizada em face do Estado Alfa, sendo-lhe assegurada percepção de vultoso valor. Em razão de sua condição de saúde, a espera pela tramitação administrativa do precatório no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ainda que em regime de preferência, representava risco concreto à própria continuidade de sua vida. Na situação descrita, é correto afirmar que

a) é cabível o sequestro do valor necessário à satisfação imediata do direito fundamental de Joana.

b) deve ser observada a sistemática da requisição de pequeno valor, considerando a situação pessoal de Joana.

c) está caracterizada a natureza alimentar do débito de Joana, o que assegura o direito de preferência e afasta a incidência da sistemática de precatórios.

d) deve ser observada a sistemática de precatórios, com a preferência constitucional decorrente da situação pessoal de Joana não sendo cabível a medida de sequestro.

e) pode ser formalizado o requerimento de preferência, que seguirá rito abreviado, sendo cabível a interposição de recurso extraordinário na hipótese de não atendimento.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata sobre Precatórios.

A alternativa A está incorreta. Pois conforme entendimento em Tese de Repercussão Geral, tema nº 598 do STF: “O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988”.

A alternativa B está incorreta. Pois não se trata de requisição de pequeno valor. A própria questão menciona que a quantia é de vultoso valor. Logo, deve-se respeitar a ordem cronológica de pagamento dos precatórios. Conforme tema 1.156 do STF: “O pagamento de crédito superpreferencial (art. 100, § 2º, da CF/1988) deve ser realizado por meio de precatório, exceto se o valor a ser adimplido encontrar-se dentro do limite estabelecido por lei como pequeno valor”.

A alternativa C está correta. Pois a natureza alimentar não afasta a incidência da sistemática dos precatórios: “Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes da relação laboral ou previdenciária, independentemente da sua natureza tributária, inclusive os oriundos de repetição de indébito incidente sobre remuneração ou proventos de aposentadoria, bem como indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada

em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo”(CF/88, art. 100 §1º).

A alternativa D está correta. Sendo, portanto, o gabarito, pois conforme tema nº 858 do STF: “O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988”. Assim, deve-se observar a sistemática dos precatórios, tendo em vista se tratar de vultuoso valor, conforme tema de Repercussão Geral nº 1.156 já citado na alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Pois, “Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios” (Súmula 733 do STF).

QUESTÃO 04. A Constituição do Estado Alfa foi reformada pela Emenda Constitucional Estadual nº X passando a dispor que as emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual, nas situações e no percentual indicados, devidamente aprovadas pela Casa Legislativa, teriam caráter impositivo e, não meramente autorizativo para o Poder Executivo. Ainda foi previsto que as despesas inscritas em restos a pagar não poderiam ser computadas no percentual afeto às emendas parlamentares impositivas. À luz da sistemática da Constituição da República, é correto afirmar que a Emenda Constitucional Estadual n X:

a) afronta a separação dos poderes ao incursionar na forma de execução orçamentária a ser promovida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

b) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, pois o caráter impositivo ou autorizativo do orçamento está sujeito à liberdade de conformação do Poder Legislativo.

c) apresenta vício de inconstitucionalidade em relação à vedação ao câmputo das despesas inscritas em restos a pagar, desconsiderando o disposto em norma de reprodução obrigatória.

d) foi editada no exercício da competência concorrente de Alfa para legislar sobre direito financeiro, não apresentando vício de inconstitucionalidade caso tenha observado as normas gerais editadas pela União.

e) incursiona em matéria afeta ao processo legislativo ordinário, que deve contar com a participação do Chefe do Poder Executivo, tanto no exercício da iniciativa legislativa privativa como no poder de veto, sendo inconstitucional.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata sobre Recursos e o prequestionamento ficto.

A alternativa A está incorreta. Pois as Constituições Estaduais devem obedecer ao disposto na CF/88, pois: “[...] 4. Não bastasse isso, apesar de a Constituição Federal ter passado a prever as emendas parlamentares impositivas em matéria orçamentária, fixou limites diferentes daqueles que haviam sido adotados pelo Estado de Roraima. As normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da

simetria na espécie.” STF, ADI nº 6.308). o art. 166, § 11 da CF/88 determina que “É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo”. Portanto, no caso em tela, não afronta o princípio da Separação dos Poderes o simples fato de incursionar na forma de execução orçamentária a ser promovida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Desde que seja mantido simetria com a previsão da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Pois as normas referentes ao processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória conforme entendimento do STF firmado através da já citada, ADI nº 6.308. Portanto, apresenta vício de inconstitucionalidade. Portanto o Poder Legislativo não possui liberdade para definir as emendas impositivas como melhor entender, e sim, deve-se obediência ao disposto no regramento Constitucional.

A alternativa C está correta. Pois levando em consideração o dever de simetria, o art. 166, § 17º da CF, determina que: “ Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal”.

A alternativa D está incorreta. O Estado Alfa não pode inovar com relação ao processo legislativo das leis orçamentárias – quanto a sua execução e emendas - deve manter a simetria com o texto da CF/88. Logo, deve-se observar apenas as regras prevista na CF88 e não nas regras gerais editadas pela União. Concorrência para legislar sobre normas gerais de Direito Financeiro que seria uma competência concorrente, não confunda.

A alternativa E está incorreta. O vício de inconstitucionalidade está no conteúdo da norma estadual, por não respeitar os ditames do texto constitucional, como por exemplo, nos restos a pagar. O poder legislativo estadual não pode inovar. Deve respeitar os ditames previsto no texto da Constituição Federal. E não pela falta de participação do Poder Executivo Estadual.

QUESTÃO 05. Um órgão de execução do Ministério Público do Estado de Goiás recebeu representação de Joana, na qual era noticiada a alegada prática de ato ilícito por delegatário de serventia do registro público da circunscrição territorial X. Ao analisar a narrativa de Joana, o Promotor de Justiça concluiu, corretamente, que, além das medidas passíveis de serem adotadas em sua esfera de atribuições, deveriam ser encaminhadas peças de informação ao órgão competente do Poder Judiciário, com o objetivo de apurar eventual infração disciplinar e, se for o caso, aplicar a correta sanção cabível.

Após analisar o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, o Promotor de Justiça concluiu corretamente que

a) a sanção disciplinar deve ser aplicada pelo Corregedor-Geral da Justiça, que atua nos planos judicial e extrajudicial.

b) a apuração e a aplicação da sanção são de competência do Corregedor do Foro Extrajudicial, sendo cabível a interposição de recurso para o Tribunal Pleno.

c) a apuração compete ao Diretor do Foro da respectiva Comarca, enquanto a aplicação da penalidade de perda da delegação é de competência do Tribunal Pleno.

d) a apuração é de competência do Diretor do Foro da respectiva Comarca, enquanto a aplicação da sanção é de competência do Corregedor do Foro Extrajudicial.

e) a apuração é de competência do Corregedor do Foro Extrajudicial, e a aplicação da penalidade de perda da delegação é de competência do Conselho Superior da Magistratura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a competência para apuração e aplicação de sanções disciplinares aos delegatários de serviços notariais e de registro, conforme o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás.

A alternativa E está correta. A Lei Estadual nº 21.268/2022, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado de Goiás, define claramente as atribuições dos órgãos correccionais em relação aos serviços extrajudiciais. A norma estabelece uma divisão de competências, atribuindo a apuração das infrações a um órgão e a aplicação da penalidade mais grave (perda da delegação) a outro, de natureza colegiada. A referida lei dispõe: “Art. 33-A. Compete ao Corregedor do Foro Extrajudicial: (...) III - apurar as infrações disciplinares atribuídas aos titulares, interinos e interventores dos serviços extrajudiciais; IV - propor ao Conselho Superior da Magistratura a aplicação da penalidade de perda da delegação;”. Conforme os incisos III e IV do Art. 33-A, a apuração da infração disciplinar é de competência do Corregedor do Foro Extrajudicial. No entanto, a aplicação da sanção de perda da delegação, por ser a mais severa, é de competência do Conselho Superior da Magistratura, mediante proposta do Corregedor. A alternativa E descreve com exatidão essa repartição de atribuições.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 06. O Art. X da Constituição da República dispôs sobre um direito fundamental de segunda dimensão, previsto em norma de aplicabilidade imediata e eficácia contida. Na petição inicial de uma ação civil pública, o Promotor de Justiça com atribuição, ao interpretá-lo, defendeu que linhas argumentativas de viés puramente cognoscitivo tendem a se distanciar de vetores de ordem axiológica, embora assegurem o primado da segurança jurídica ao conferir maior previsibilidade ao significado dos conteúdos deontológicos de natureza constitucional.

Essa linha argumentativa

a) é refratária à jurisprudência dos conceitos.

b) está em consonância com o realismo jurídico.

c) está em harmonia com concepções originalistas.

d) é impermeável ao método de interpretação da lógica do razoável.

e) é avessa à concepção de que fatores semióticos têm preeminência sobre aspectos circunstanciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D** ou **C**. A questão aborda diferentes métodos e teorias da interpretação constitucional, exigindo do candidato a capacidade de identificar uma linha de raciocínio específica dentro das correntes hermenêuticas.

A questão é controversa e passível de recurso para anulação por apresentar duas alternativas corretas, ambas juridicamente defensáveis. A linha argumentativa descrita no enunciado que defende uma interpretação "puramente cognoscitiva", afastada de "vetores de ordem axiológica" (valores) para garantir "segurança jurídica" e "previsibilidade" pode ser enquadrada tanto na alternativa C quanto na D. A fundamentação para a alternativa C se baseia na teoria do Originalismo. Esta corrente de interpretação constitucional sustenta que a Constituição deve ser interpretada de acordo com o seu significado original. O objetivo central do originalismo é justamente limitar a discricionariedade judicial, evitar que juízes imponham seus próprios valores ("vetores axiológicos") e, com isso, garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões. A argumentação do Promotor, ao defender um método que se distancia de valores para priorizar a segurança, está em perfeita harmonia com as concepções originalistas. A fundamentação para a alternativa D se baseia na teoria da Lógica do Razoável, de Luis Recaséns Siches. Em oposição a uma interpretação puramente formal, esta teoria propõe que o Direito deve ser interpretado a partir de uma "lógica do humano", que considera a equidade, a justiça do caso concreto e os valores sociais. Ou seja, a Lógica do Razoável é um método essencialmente axiológico. A linha argumentativa do Promotor, ao defender explicitamente o afastamento de "vetores de ordem axiológica", representa o exato oposto do que prega a Lógica do Razoável. Portanto, sua argumentação é, por definição, impermeável (refratária) ao método de interpretação da lógica do razoável. Fonte: Curso de Direito Constitucional LDI – Carreiras Jurídicas - Prof. Nelma Santana. Como a descrição do enunciado se encaixa perfeitamente tanto como uma adesão ao originalismo (alternativa C) quanto como uma rejeição à lógica do razoável (alternativa D), ambas as respostas estão corretas, justificando a anulação da questão.

QUESTÃO 07. O Município Alfa, nos últimos três exercícios financeiros, vinha deixando de pagar, sem motivo de força maior, a dívida pública com exigibilidade superior a doze meses, o que estava causando grandes dissabores entre os credores. Em razão desse fato, houve uma grande mobilização, junto ao Chefe do Poder Executivo Estadual, pleiteando a decretação de intervenção estadual em Alfa. Na situação descrita, é correto afirmar que:

a) não pagamento da dívida flutuante, nas circunstâncias indicadas, autoriza a intervenção provocada.

b) o não pagamento da dívida consolidada, nas circunstâncias indicadas, autoriza a intervenção espontânea.

c) a violação a princípio constitucional sensível, como o descrito na narrativa exige que o Tribunal de Justiça requisiute a intervenção.

d) a decretação da intervenção pressupõe o provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação interventiva ajuizada pelo Ministério Público.

e) a decretação da intervenção é medida que excepciona o pacto federativo, sendo incompatível com o inadimplemento de obrigações pecuniárias.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre Intervenção Federal e Dívida pública consolidada.

A alternativa A está incorreta. Pois a dívida pública possui exigibilidade superior a doze meses, portanto, na verdade seria dívida pública fundada, ou seja. Que “compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos” (Lei. 4320/64, art. 98). Portanto, não é não fluante como apresenta a alternativa. E conforme determina o art. 35 da CF/88: “O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”.

A alternativa B está correta. quando o Estado deixa de pagar por dois anos consecutivos a dívida fundada O não pagamento - sem motivo de força maior - da Dívida Pública Consolidada (Fundada) autoriza-se a intervenção Federal conforme o já citado art. 35, I da CF/88.

A alternativa C está incorreta. Pois se trata da possibilidade da intervenção Federal espontânea e não se trata de um dos princípios constitucionais sensíveis no molde art. 34, VII Da CF/88, vejamos: “a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996); e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)”.

A alternativa D está incorreta. Pois para a intervenção espontânea, basta o descumprimento do já mencionado art. 35, I da CF. Não dependendo de representação interventiva ajuizada pelo Ministério Público ela é espontânea.

A alternativa E está incorreta. Porque apesar de interferir de certa forma na autonomia do ente público, ela é uma medida compatível com o pacto federativo, e prevista no texto constitucional como um remédio necessário. Tendo em vista que deixar de pagar dívidas por um longo período, ai sim, compromete o bom andamento da saúde financeira do Estado.

QUESTÃO 08. A Lei Orgânica do Município Alfa foi reformada, com a correlata supressão do capítulo que tratava do processo legislativo ordinário. A justificativa que acompanhou o

respectivo projeto de reforma sustentou a desnecessidade dessa disciplina em âmbito local, considerando que a atuação normativa de Alfa estava necessariamente balizada pela simetria com a Constituição da República, ressaltando ainda que a congênere estadual também não incursionara na temática. Logo após a alteração, a Câmara Municipal de Alfa editou decreto legislativo criando cargos de provimento efetivo e cargos em comissão, no âmbito dessa Casa Legislativa.

Diante da situação descrita, é correto afirmar que o decreto legislativo

a) não apresenta vício de inconstitucionalidade.

b) é inconstitucional, mas somente pode ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade.

c) é inconstitucional, podendo ser apreciado apenas em sede de controle difuso de constitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

d) é inconstitucional, podendo ser apreciado, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tanto pelo Tribunal de Justiça como pelo Supremo Tribunal Federal.

e) é inconstitucional, mas não pode ser apreciado pelo respectivo Tribunal de Justiça, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o que decorre da ausência de disciplina da matéria na Constituição Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o controle de constitucionalidade de ato normativo municipal e a repartição de competências entre o Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. Primeiramente, o decreto legislativo é inconstitucional, pois a criação de cargos públicos, mesmo no âmbito do Poder Legislativo, exige lei em sentido formal, sujeita à sanção do Chefe do Executivo, em respeito ao princípio da separação dos poderes. A utilização de um decreto legislativo para essa finalidade usurpa a competência do Executivo e viola o devido processo legislativo, que é uma norma de reprodução obrigatória pelos municípios por simetria ao modelo federal. Em segundo lugar, o controle de constitucionalidade desse ato pode ser realizado em sede concentrada tanto pelo Tribunal de Justiça (TJ) quanto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A competência do TJ para realizar o controle concentrado de atos municipais está prevista na Constituição Federal, utilizando como parâmetro a Constituição Estadual. “Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. (...) § 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.”. Mesmo que a Constituição Estadual seja omissa sobre o processo legislativo (o que é incomum), ela certamente contém o princípio da separação dos poderes, que é de reprodução obrigatória. Assim, o TJ pode declarar a inconstitucionalidade do decreto legislativo municipal por violação a este princípio contido na Constituição do Estado. O STF pode analisar a questão em sede de controle concentrado por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que é o instrumento cabível para questionar ato normativo municipal diretamente em face da Constituição Federal. Além disso, o STF fixou tese em repercussão geral no RE 650.898 (Tema 484), consolidando a competência concorrente:

Tese do Tema 484 de Repercussão Geral: “O Tribunal de Justiça pode exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelas Constituições Estaduais.”. Isso confirma que tanto o TJ (tendo a Constituição Estadual como parâmetro) quanto o STF (via ADPF ou em recurso contra a decisão do TJ) podem apreciar a matéria em controle concentrado.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 09. O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA), ao apreciar as contas de gestão de determinado ordenador de despesas do Município Sigma, considerou-as parcialmente conformes à sistemática constitucional e legal. Em razão das irregularidades identificadas, aplicou sanção de multa e imputou débito na parte em que identificou a injuridicidade. Para decidir nesse sentido, o TCEA não acolheu os argumentos apresentados pelo Ministério Público de Contas (MPC), que alcançara conclusões diametralmente opostas, considerando ilícito o que o Tribunal vira como lícito; e ilícito o que fora considerado lícito. Ao tomar ciência do acórdão, o órgão com atribuição do MPC entendeu estar caracterizada manifesta ilegalidade, prejudicial ao interesse público e passível de ser demonstrada com as provas documentais existentes.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- a) o débito imputado ao gestor somente pode ser executado por Sigma.**
- b) o MPC pode impetrar mandado de segurança contra o acórdão do TCEA.**
- c) o acórdão do TCEA, ao transitar em julgado, é insuscetível de ser revisto pelo Poder Judiciário.**
- d) o acórdão deu origem a um título executivo extrajudicial, que deve ser executado pelo MPC enquanto permanecer eficaz.**
- e) o acórdão do TCEA, caso o gestor seja o Prefeito Municipal, será apreciado pela Câmara Municipal de Sigma, somente deixando de produzir efeitos pelo voto de dois terços dos seus membros.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o rito de julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo municipal e a natureza do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

A alternativa E está correta. A Constituição Federal estabelece um procedimento específico para o julgamento das contas anuais do Prefeito. A competência para o julgamento final não é do Tribunal de Contas, mas sim do Poder Legislativo Municipal (Câmara de Vereadores). O Tribunal de Contas atua emitindo um parecer prévio, que, embora técnico e fundamentado, não é a decisão final. Este parecer somente deixará de prevalecer por uma decisão qualificada, de dois terços dos membros da Câmara Municipal. A Constituição Federal é explícita sobre essa sistemática: “Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. (...) § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão

competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.”. Portanto, caso o gestor mencionado na questão seja o Prefeito Municipal, o parecer do Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA) será submetido à apreciação da Câmara Municipal de Sigma, que tem a competência para o julgamento político-administrativo das contas, podendo rejeitar o parecer técnico por voto de 2/3 de seus membros.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 10. Antônio, nascido no território brasileiro e filho de pais brasileiros, tinha o sonho de descortinar novos horizontes de vida. Para tanto, almejava desvincular-se da nacionalidade brasileira, viver em um país do Oriente Médio e adquirir uma nova nacionalidade, o que, ao seu ver, facilitaria a formação de uma família e a inserção no respectivo mercado de trabalho.

À luz da Constituição Federal de 1988, e considerando o objetivo de dissolver o vínculo jurídico que une a República Federativa do Brasil, Antônio concluiu corretamente que

- a) não pode requerer a perda da nacionalidade brasileira em momento algum.**
- b) pode requerer a perda da nacionalidade brasileira no presente momento.**
- c) não pode requerer a perda da nacionalidade brasileira no presente momento.**
- d) pode apenas requerer suspensão da nacionalidade brasileira no presente momento.**
- e) basta requerer voluntariamente e ter deferida a nacionalidade do novo país, perderá a nacionalidade brasileira.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as regras para a perda da nacionalidade brasileira.

A alternativa C está correta. A Constituição Federal, após a recente alteração, passou a permitir que o brasileiro nato solicite a perda de sua nacionalidade. Contudo, estabeleceu uma ressalva fundamental: a solicitação não pode levar à apatridia (condição de quem não tem nenhuma nacionalidade). A Constituição Federal dispõe: “Art. 12. São brasileiros: (...) § 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: (...) II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade perante autoridade brasileira competente, ressalvadas as situações que acarretem apatridia.”. No caso descrito, Antônio ainda não adquiriu uma nova nacionalidade; ele apenas "almejava" adquiri-la. Se ele requeresse a perda da nacionalidade brasileira "no presente momento", antes de ter outra, ele se tornaria um apátrida. Essa situação se enquadra exatamente na ressalva prevista na parte final do inciso II, o que impede o deferimento do seu pedido. Portanto, ele não pode requerer a perda da nacionalidade brasileira neste momento. Ele primeiro precisaria garantir a aquisição da nova nacionalidade para, só então, poder solicitar a perda da brasileira.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 11. Com o intuito de reduzir os gases poluentes do efeito estufa, a sociedade empresária vinha realizando atividades direcionadas ao desenvolvimento de fontes de energia de caráter renovável, de modo a produzir hidrogênio de baixa emissão de carbono. Com isso, aumentou sua Influência no respectivo mercado e deflagrou debates, no âmbito das estruturas de poder competentes, em relação à possibilidade, ou não, de ser beneficiada por um regime fiscal favorecido.

Nos debates realizados, concluiu-se corretamente que, na perspectiva constitucional, o regime fiscal favorecido

a) é assegurado apenas aos biocombustíveis, alcançando certos impostos sobre o consumo e certas contribuições sociais.

b) está previsto em norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata, alcançando certos impostos sobre o consumo.

c) pressupõe a edição de lei complementar, disciplinando-o, alcançando tanto tributos da União como dos estados e do Distrito Federal.

d) deve acarretar tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, de modo assegurar diferencial competitivo em relação a esses apenas quanto aos impostos sobre o consumo.

e) está previsto em norma constitucional de eficácia limitada e princípio programático, pressupondo a edição de lei nacional para integrar sua eficácia, que se estenderá aos impostos de todos os entes federativos subnacionais.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre o regime fiscal favorecido.

A alternativa A está incorreta. Não se refere apenas aos biocombustíveis, mas também para o hidrogênio, conforme art. 225, §1º da CF: “VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar”.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de uma norma de eficácia plena, uma vez que pressupõe a edição de uma lei para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Observe o art. 225, §1º da CF: “VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes [...]”.

A alternativa C está correta. É exatamente o que prevê o art. 225 em seu parágrafo primeiro, inciso VIII: “manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis [...]”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 156-A da CF: “Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: X - não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição”. Portanto, afirmação incorreta.

A alternativa E está incorreta. Não pressupõe a edição de uma lei nacional, mas de uma lei complementar, conforme o artigo mencionado acima.

QUESTÃO 12. João, que estava preso cautelarmente no curso da instrução processual penal, foi condenado em sentença transitada em julgado à pena privativa de liberdade, a ser inicialmente cumprida em regime semiaberto. Todavia, em razão do déficit de vagas no sistema prisional destinadas ao referido regime, o juízo competente foi comunicado pela administração penitenciária que João foi temporariamente direcionado a um estabelecimento penal destinado ao cumprimento de pena em regime fechado.

O juízo competente, ao receber a comunicação, observou corretamente que João deve

a) permanecer no referido estabelecimento penal, computando o respectivo tempo para fins de progressão ao regime aberto.

b) ser posto em liberdade, até que surja vaga em estabelecimento penal adequado ao regime em que deve cumprir a pena.

c) ser posto em prisão domiciliar, até que surja vaga em estabelecimento penal adequado ao regime em que deve cumprir a pena.

d) ser posto em cela que abrigue, majoritariamente, condenados que cumpram pena em regime semiaberto, ainda que haja no local condenados em regime fechado.

e) ser beneficiado por medidas alternativas, como a saída antecipada do regime e a liberdade eletronicamente monitorada, podendo ser deferida a prisão domiciliar até que essas medidas sejam estruturadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E e C**. A questão aborda a execução da pena privativa de liberdade e as consequências da superlotação carcerária, especificamente a falta de vagas em estabelecimento penal compatível com o regime semiaberto.

A questão é controversa e passível de recurso para anulação por apresentar duas alternativas corretas, letras C e E, ambas amparadas pela jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF), consolidada na Súmula Vinculante nº 56 e no julgamento do Recurso Extraordinário 641.320/RS (Tema 423 de Repercussão Geral). A fundamentação para as alternativas C e E está na vedação ao cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o fixado na sentença. O STF, ao editar a Súmula Vinculante nº

56, estabeleceu que a ineficiência do Estado em prover vagas não pode prejudicar o apenado. Súmula Vinculante nº 56: A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS. O referido RE 641.320/RS detalhou as medidas que o juiz da execução deve adotar, em ordem de preferência, para solucionar o problema. Vejamos o que diz a tese firmada pelo STF: Tema 423 (RE 641.320/RS) — Publicado em 01/08/2016: "Havendo déficit de vagas, deverão ser determinados: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.". A alternativa E descreve com precisão o conjunto de soluções estabelecidas pelo STF no RE 641.320/RS, incluindo a prisão domiciliar como medida subsidiária. A alternativa C também está correta, pois a prisão domiciliar é expressamente prevista pelo STF como uma das possibilidades, especialmente quando as outras medidas não podem ser imediatamente implementadas.

Portanto as alternativas C e E apresentam soluções juridicamente válidas e previstas na jurisprudência vinculante do STF para a situação descrita, a questão admite duas respostas corretas, o que justifica o pedido de anulação.

QUESTÃO 13. Maria, pessoa com deficiência e de nacionalidade brasileira, entendia que, em determinado período histórico, a República Federativa do Brasil não vinha adotando medidas imediatas, efetivas e apropriadas para combater os estereótipos socialmente construídos e atribuídos a pessoas em condição semelhante à sua, e diretamente a ela. Por tal razão, almejava que fossem adotadas as providências necessárias no âmbito da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD) e de seu Protocolo Facultativo.

Na situação descrita, é correto afirmar que os fatos descritos:

a) podem ser submetidos por Maria ao Comitê sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo exigida a sua identificação.

b) podem ser submetidos por Maria à Comissão sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo assegurado o anonimato.

c) não podem ser submetidos ao órgão previsto na CIDPD, em razão da ausência de ratificação do seu Protocolo Facultativo pelo Estado brasileiro.

d) não podem ser submetidos a uma estrutura orgânica específica criada pela CIDPD, mas, sim, a órgãos de tutela dos sistemas global e interamericano de proteção aos direitos humanos.

e) podem ser submetidos ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, diretamente por Maria ou por intermédio de organização não governamental, que irá solicitar esclarecimentos ao Estado brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o mecanismo de petições individuais previsto no Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD).

A alternativa A está correta. O Protocolo Facultativo à Convenção, ratificado pelo Brasil com o mesmo quórum qualificado da Convenção, institui o Comitê sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência como o órgão competente para receber e analisar comunicações de indivíduos que se sintam vítimas de violações dos direitos previstos na Convenção. Além disso, o protocolo estabelece como um dos critérios de admissibilidade da comunicação que ela não seja anônima, exigindo a identificação do autor. Os artigos 1º e 2º do Protocolo Facultativo dispõem: “Artigo 1º Um Estado Parte no presente Protocolo ("Estado Parte") reconhece a competência do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ("Comitê") para receber e apreciar comunicações de indivíduos ou de grupos de indivíduos sujeitos à sua jurisdição, que aleguem ser vítimas de violação, por esse Estado Parte, das disposições da Convenção. Artigo 2º O Comitê considerará inadmissível uma comunicação quando: a) A comunicação for anônima;”. Dessa forma, Maria pode submeter sua denúncia diretamente ao Comitê, sendo requisito indispensável para a análise do caso que ela se identifique, não sendo permitido o anonimato.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. Os estados que formam uma das cinco regiões do País foram gravemente assolados por um ciclo contínuo de calamidades naturais de grandes proporções, que se estendeu por quase trinta dias e acarretou uma desarticulação das estruturas estatais de poder, graves danos materiais, o comprometimento da produção industrial e um elevado número de desabrigados. Preocupados com as consequências desses acontecimentos para a preservação da ordem pública e da paz social, representantes de diversas correntes políticas se reuniram com o propósito de discutir as restrições decorrentes desse estado de coisas e as medidas passíveis de serem adotadas, à luz da Constituição da República.

Ao fim das discussões, concluíram corretamente que, enquanto perdurar a referida situação,

a) a Constituição da República não pode ser emendada.

b) o estado de defesa pode ser decretado, mas não pode redundar em restrições a direitos fundamentais.

c) a autoridade competente pode optar pela decretação do estado de defesa ou do estado de sítio, que apresentam níveis distintos de restrições aos direitos fundamentais.

d) a decretação do estado de calamidade pública somente pode redundar na restrição aos direitos fundamentais que se mostrem indispensáveis à preservação da ordem pública.

e) a adoção da medida cabível de defesa do Estado e das instituições democráticas não pode ocorrer por prazo superior a trinta dias, prorrogável uma única vez, por igual período.

Comentários

A alternativa correta é a letra **A**. A questão aborda o Sistema Constitucional de Crises.

A questão é controversa e passível de recurso por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas letras A e E, a depender da interpretação do enunciado. A fundamentação para a alternativa A (gabarito mais provável) reside no fato de que a situação descrita "calamidades naturais de grandes proporções" que geram "desarticulação das estruturas estatais" é a hipótese fática que autoriza a decretação do estado de defesa, conforme o Art. 136 da Constituição. Uma das mais importantes consequências da vigência do estado de defesa é a proibição de emendar a Constituição, uma limitação circunstancial expressa no Art. 60, § 1º. Portanto, uma conclusão correta sobre as implicações jurídicas dessa situação é que, uma vez formalizada a crise através do decreto, a Constituição não pode ser alterada, vejamos: "Art. 60, § 1º, CF: A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio." Contudo, a alternativa E apresenta uma afirmação juridicamente correta e aplicável ao caso, o que justifica o recurso. A "medida cabível" para a situação de calamidade natural de grandes proporções é, de fato, o estado de defesa. A alternativa descreve com exatidão o prazo de duração deste instituto, conforme previsto no Art. 136, § 2º, da Constituição, vejamos: "Art. 136, § 2º, CF: O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.". A afirmação de que a medida "não pode ocorrer por prazo superior a trinta dias, prorrogável uma única vez, por igual período" é uma descrição precisa da norma constitucional aplicável. A ambiguidade do enunciado, ao usar a expressão "enquanto perdurar a referida situação", permite que tanto a consequência quanto a regra da medida sejam consideradas conclusões corretas. Como tanto a alternativa A quanto a E apresentam conclusões juridicamente válidas e diretamente relacionadas ao cenário descrito, a questão admite duas respostas corretas, justificando o pedido de anulação.

QUESTÃO 15. O Governador do Estado Alfa ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI), subscrevendo sozinho a petição inicial, tendo por objeto o Art. Y da Lei nº X, do Estado Sigma, que restringira o transporte coletivo interestadual às empresas que têm sede no território deste último ente federativo. Diversas empresas que se dedicam a essa atividade estão instaladas no território de Alfa, tendo a Lei nº X reduzido o fluxo de negócios delas. No pedido formulado, o autor requereu que fosse realizada a declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto, do referido preceito legal, de modo a afastar o sentido que obstava a realização do transporte por empresas com sede no território de outros entes federativos. O pedido foi julgado procedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que atribuiu efeitos *ex tunc* ao respectivo acórdão.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- a) o autor carecia de legitimidade.**
- b) o autor carecia de capacidade postulatória.**
- c) a técnica de decisão almejada não poderia integrar o pedido.**
- d) o acórdão somente produzirá efeitos em relação ao Estado Alfa.**
- e) o acórdão do STF deve ter tido o voto favorável de, ao menos, dois terços dos seus membros.**

Comentários

Como todas as alternativas apresentam erros técnicos e contrariam disposições expressas da Constituição e da legislação de regência, a questão **não possui gabarito e deve ser anulada**. A questão aborda múltiplos temas do controle concentrado de constitucionalidade, incluindo legitimidade ativa para a ADI, capacidade postulatória, técnicas de decisão e efeitos das decisões do STF. A questão é passível de anulação por não apresentar nenhuma alternativa correta, com todas as opções contendo erros técnicos que contrariam a Constituição e a legislação de regência.

A alternativa A está incorreta. O Governador de Estado possui legitimidade para propor ADI. Embora o STF exija a demonstração de "pertinência temática" (um vínculo entre o objeto da ação e os interesses do estado), o enunciado estabelece claramente esse vínculo. A própria Constituição Federal, em seu Art. 103, V, confirma essa legitimidade: "Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: [...] V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;".

A alternativa B está incorreta. O STF confere aos Governadores de Estado, em razão da posição que ocupam no rol de legitimados do Art. 103 da CF (descrito na alternativa anterior), capacidade postulatória especial. Isso significa que eles podem ajuizar a ADI e subscrever a petição inicial diretamente, sem a necessidade de representação por advogado. Portanto, a afirmação de que o autor carecia de capacidade postulatória é falsa.

A alternativa C está incorreta. A técnica de "declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto" é a definição da interpretação conforme a Constituição. Trata-se de uma técnica de decisão plenamente reconhecida, que pode ser objeto do pedido inicial, conforme prevê o Art. 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868/99: "Art. 28. [...] Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante [...]".

A alternativa D está incorreta. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em ADI possuem eficácia *erga omnes* (contra todos) e efeito vinculante, não se restringindo às partes do processo. Essa regra deriva diretamente do Art. 102, § 2º, da CF: "Art. 102. [...] § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal."

A alternativa E está incorreta. O quórum para a declaração de inconstitucionalidade é de maioria absoluta. O quórum qualificado de dois terços é exigido apenas para a modulação dos efeitos da decisão. Como o acórdão teve efeitos *ex tunc* (retroativos), que é a regra geral, não havia necessidade desse quórum especial. O Art. 97 da Constituição Federal estabelece: "Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público." Por sua vez, o Art. 27 da Lei nº 9.868/99 reserva o quórum qualificado para a modulação: "Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração [...]".

QUESTÃO 16. Determinada norma penal criminaliza a conduta de vender produtos com desacordo com o tabelamento de preços em situações de calamidade climática.

Sobrevém um tornado, e o Poder Executivo edita ato administrativo estabelecendo a tabela de preços aplicável durante o período excepcional, o qual é posteriormente revogado, com o encerramento da situação de calamidade.

Diante dessa hipótese, no que se refere à lei penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) opera-se a abolitio criminis, somente se não houver condenação transitada em julgado.**
- b) opera-se a abolitio criminis, a qual alcançará também as condenações transitadas em julgado.**
- c) a revogação da norma que complementa a lei penal em branco (ramo) implicará abolitio criminis.**
- d) a norma excepcional aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, embora decorra o período de sua duração ou cessem as circunstâncias que a determinaram.**
- e) para que ocorra a abolitio criminis, basta a revogação da norma que complementa o preceito primário do tipo penal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da aplicação da lei penal no tempo, especificamente da ultratividade da lei penal excepcional ou temporária.

A alternativa A está incorreta, pois parte da premissa de que teria ocorrido abolitio criminis, o que não se verifica na hipótese. No caso, não houve descriminalização da conduta, mas apenas o término da vigência de uma norma penal excepcional vinculada à situação de calamidade. Além disso, ainda que houvesse abolitio criminis, seus efeitos alcançariam inclusive as condenações transitadas em julgado, nos termos do art. 2º, parágrafo único, do Código Penal, o que torna a afirmação também tecnicamente imprecisa.

A alternativa B está incorreta, pois, embora corretamente afirme que a abolitio criminis alcança condenações transitadas em julgado, erra ao pressupor a sua ocorrência. A cessação da situação excepcional e a consequente revogação da norma complementar não implicam descriminalização da conduta, mas apenas o encerramento da vigência da lei temporária ou excepcional, que continua produzindo efeitos em relação aos fatos praticados durante sua vigência.

A alternativa C está incorreta, pois generaliza indevidamente a ideia de que a revogação da norma que complementa a lei penal em branco sempre gera abolitio criminis. No caso das leis penais excepcionais ou temporárias, a revogação da norma complementar decorre do fim das circunstâncias que justificaram sua edição, não produzindo efeito descriminalizador, em razão da ultratividade prevista no art. 3º do Código Penal.

A alternativa D está correta, pois reproduz o entendimento consagrado no art. 3º do Código Penal, segundo o qual: “A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou

cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.” Assim, mesmo após o fim da calamidade e da vigência da norma, os fatos praticados durante o período excepcional continuam sendo regidos por ela, em razão do princípio da ultratividade.

A alternativa E está incorreta, pois afirma, de forma genérica, que basta a revogação da norma complementar para que ocorra abolitio criminis, o que não é verdadeiro. A ocorrência de abolitio criminis depende da efetiva descriminalização da conduta, o que não acontece nas hipóteses de leis temporárias ou excepcionais, regidas pelo art. 3º do Código Penal, que mantêm sua aplicação aos fatos praticados durante sua vigência.

QUESTÃO 17. Investigação penal direta feita pelo Ministério Público mostrou que o Vereador Tício se apropriou, ao longo das legislaturas de 2017 a 2024, de parte do vencimento e do auxílio-refeição dos assessores nomeados para trabalhar em seu gabinete na Câmara Municipal, no total desviado de R\$ 3.200.000,00. A investigação patrimonial revelou que, com o produto do crime, o Vereador adquiriu dois veículos importados avaliados em R\$ 700.000,00, uma lancha avaliada em R\$ 350.000,00 e uma fazenda no Paraguai no valor de R\$ 1.800.000,00.

No foi possível localizar o restante do valor desviado. Finalmente, concluiu-se que apenas a metade do patrimônio do Vereador investigado, estimado em R\$ 8.000.000,00, era compatível com os seus rendimentos lícitos.

Diante dessa situação, na tarefa de buscar o ressarcimento dos valores desviados, o Promotor de Justiça deverá considerar que:

a) é cabível a decretação da perda de bens lícitamente adquiridos equivalentes ao produto do crime não localizado e ao valor da fazenda situada no Paraguai.

b) é cabível a decretação do confisco alargado, caso a pena máxima cominada ao crime imputado seja superior a 4 anos de reclusão.

c) eventuais medidas assecuratórias devem ser fundamentadas no poder geral de cautela do juiz, tendo em vista a inexistência de expressa previsão legal.

d) a diferença entre o valor do patrimônio do investigado e o valor compatível com os rendimentos lícitos pode ser objeto da decretação do confisco alargado, desde que requerido pelo Ministério Público, na ocasião das alegações finais.

e) eventual bem de titularidade do investigado recebido a título gratuito será excluído do cálculo do valor do efetivo patrimônio, para fins de decretação do confisco alargado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do confisco por equivalência e do ressarcimento ao erário.

A alternativa A está correta, pois encontra fundamento no art. 91, § 1º, do Código Penal, que autoriza a decretação da perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem localizados ou estiverem no exterior. O dispositivo legal estabelece que: “Art. 91, § 1º, do Código Penal: Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.” No caso concreto, parte do valor desviado não foi localizada e houve aquisição de bem situado no Paraguai, o que permite a aplicação do chamado confisco por equivalência, viabilizando a perda de bens lícitamente adquiridos em valor correspondente ao produto do crime não recuperado, assegurando o ressarcimento ao erário.

A alternativa B está incorreta, pois condiciona a aplicação do confisco alargado apenas ao critério da pena máxima superior a quatro anos, ignorando os requisitos legais previstos no art. 91-A do Código Penal, que dispõe: “Art. 91-A, caput, do Código Penal: Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.” Dessa forma, não basta o critério mencionado na alternativa, sendo necessária também a demonstração da incompatibilidade patrimonial.

A alternativa C está incorreta, pois afirma inexistir previsão legal para medidas assecuratórias, o que não corresponde à realidade. O Código de Processo Penal prevê expressamente tais medidas, como sequestro, arresto e hipoteca legal, conforme, por exemplo, o art. 125 do CPP: “Art. 125 do Código de Processo Penal: Caberá o sequestro dos bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.” Assim, não se trata de mera aplicação do poder geral de cautela, mas de instrumentos legalmente previstos.

A alternativa D está incorreta, pois restringe indevidamente o momento para requerimento do confisco alargado. A legislação não condiciona sua decretação à fase de alegações finais, sendo cabível sua análise na sentença, desde que presentes os requisitos legais, conforme decorre do próprio art. 91-A do Código Penal.

A alternativa E está incorreta, pois não há previsão legal que determine a exclusão automática de bens recebidos a título gratuito do cálculo patrimonial. O art. 91-A do Código Penal exige a verificação da compatibilidade entre patrimônio e rendimentos lícitos, sem estabelecer qualquer exceção nesse sentido, razão pela qual tais bens não são automaticamente desconsiderados.

QUESTÃO 18. No que diz respeito ao crime de estelionato, assinale a afirmativa correta.

a) Nos casos em que a vítima for a Administração Pública, direta ou indireta, a ação penal é pública condicionada à representação, cabendo à chefia do órgão responsável pela representação judicial da vítima.

b) Se a vítima for maior de 60 anos de idade, o crime é de ação penal pública incondicionada.

c) Se o crime tiver sido praticado contra a mulher, no contexto de violência doméstica e familiar, a ação penal é pública condicionada à representação.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é cabível revisão criminal para rever a condenação, nas hipóteses em que não houver representação da vítima.

e) O Supremo Tribunal Federal entende que a norma que alterou a natureza da ação penal tem caráter exclusivamente processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da natureza da ação penal no crime de estelionato e da exigência de representação da vítima após o Pacote Anticrime.

A alternativa A está incorreta, pois, nos casos em que a vítima for a Administração Pública, direta ou indireta, o crime de estelionato é de ação penal pública incondicionada, não dependendo de representação. O art. 171, § 5º, do Código Penal dispõe: “Art. 171, § 5º, do Código Penal: Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: I – a Administração Pública, direta ou indireta; II – criança ou adolescente; III – pessoa com deficiência mental; ou IV – maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.” Assim, sendo a vítima a Administração Pública, não há necessidade de representação, o que torna a alternativa incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois a lei não estabelece como critério a idade superior a 60 anos para afastar a necessidade de representação. Conforme o art. 171, § 5º, do Código Penal, a exceção refere-se à vítima maior de 70 anos, e não maior de 60, razão pela qual a assertiva não encontra respaldo legal.

A alternativa C está correta, pois, quando o crime de estelionato é praticado contra a mulher no contexto de violência doméstica e familiar, permanece a regra geral de procedibilidade mediante representação da vítima. Como essa hipótese não se enquadra nas exceções previstas no art. 171, § 5º, do Código Penal, exige-se representação, o que torna a ação penal pública condicionada.

A alternativa D está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a exigência de representação da vítima, introduzida pela Lei nº 13.964/2019 no crime de estelionato, não autoriza automaticamente a revisão criminal de condenações já transitadas em julgado. Conforme decidido no HC 208.240/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, o Tribunal assentou que a aplicação retroativa da norma encontra limites na proteção à coisa julgada e à segurança jurídica, razão pela qual a ausência de representação não enseja, por si só, a desconstituição de decisões definitivas. No mesmo sentido, o entendimento foi reafirmado no HC 216.007/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes.

A alternativa E está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a norma que alterou a natureza da ação penal no crime de estelionato possui natureza híbrida ou mista, e não exclusivamente processual. Isso porque a exigência de representação interfere diretamente na pretensão punitiva do Estado e na própria punibilidade, possuindo conteúdo de direito material. No julgamento do HC 208.240/SP, o STF reconheceu que a modificação do art. 171, § 5º, do Código Penal afeta o jus puniendi e, por isso, não pode ser considerada mera regra procedimental. Tal entendimento foi reiterado no HC 216.007/SP, razão pela qual a norma não se aplica de forma irrestrita aos fatos anteriores, devendo respeitar a coisa julgada e a segurança jurídica.

QUESTÃO 19. Em dezembro de 2025, enquanto cumpria pena em regime aberto, Júlio foi preso em flagrante pela prática do crime de furto qualificado. Deflagrada a ação penal, foi-lhe reconhecida reincidência, apontou que o réu possuía três condenações definitivas, ocorridas em julho de 2018, junho de 2022 e abril de 2023, além de uma ação penal em curso.

Verificou-se, ainda, que Júlio respondeu ao processo por conta da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, tendo-lhe sido aplicada medida socioeducativa de semiliberdade.

Na interrogatória, Júlio confessou os fatos.

Diante do quadro, no que diz respeito à aplicação da pena à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) a anotação relativa ao ato infracional não pode ser usada para caracterizar maus antecedentes, mas serve para valorar negativamente a personalidade do acusado.
- b) a condenação penal transitada em janeiro de 2018 não pode ser usada para caracterizar maus antecedentes nem reincidência, porque transcorrido o período depurador de cinco anos, à data da prática do crime.
- c) a existência de ação penal em curso pode ser usada para caracterizar maus antecedentes.
- d) a prática de outro crime durante o cumprimento de pena não pode ser usada para elevar a pena-base, sob pena de bis in idem.
- e) verificada a multirreincidência, a agravante da reincidência prepondera, admitida a compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da dosimetria da pena, especialmente da multirreincidência, da confissão espontânea e dos maus antecedentes à luz da jurisprudência do STJ.

A alternativa A está incorreta, pois, segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, o ato infracional praticado na adolescência não pode ser utilizado para caracterizar maus antecedentes nem para valorar negativamente a personalidade do agente na dosimetria da pena. As medidas socioeducativas possuem caráter eminentemente pedagógico, não podendo produzir efeitos penais futuros. Nesse sentido, o STJ firmou entendimento no HC 365.963/SP, Rel. Min. Felix Fischer, no qual assentou ser indevida a utilização de registros de atos infracionais para agravar a pena-base, seja a título de antecedentes, seja quanto à personalidade. O mesmo entendimento foi reafirmado no AgRg no AREsp 1.519.238/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas.

A alternativa B está incorreta, pois o período depurador de cinco anos previsto no art. 64, inciso I, do Código Penal, aplica-se exclusivamente à reincidência, não afastando, automaticamente, a possibilidade de valoração da condenação como mau antecedente. O dispositivo legal estabelece: “Art. 64, I, do Código Penal: Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.”

Dessa forma, mesmo ultrapassado esse lapso temporal, a condenação pode, em regra, ser considerada para fins de maus antecedentes, razão pela qual a assertiva é incorreta.

A alternativa C está incorreta, pois a existência de ação penal em curso não pode ser utilizada para caracterizar maus antecedentes, em respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual: “Art. 5º, LVII, da Constituição Federal: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.” Esse entendimento encontra-se consolidado na Súmula 444 do STJ, que dispõe: “Súmula 444 do STJ: É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.”

A alternativa D está incorreta, pois a prática de novo crime durante o cumprimento de pena pode ser utilizada para elevar a pena-base, desde que haja fundamentação idônea, com base nas circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, especialmente na conduta social e na personalidade do agente. Não há, nesse caso, vedação automática por bis in idem. O referido dispositivo dispõe: “Art. 59 do Código Penal: O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, as penas aplicáveis.” Assim, desde que respeitados os critérios legais, a valoração é juridicamente admissível.

A alternativa E está correta, pois, nos casos de multirreincidência, a agravante da reincidência deve preponderar sobre a atenuante da confissão espontânea, sendo admitida apenas a compensação proporcional entre elas. Esse entendimento foi consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.931.145/SP, no qual se firmou que, havendo múltiplas condenações definitivas, não é possível a compensação integral entre reincidência e confissão, devendo prevalecer a agravante. Tal orientação encontra respaldo no art. 67 do Código Penal, que estabelece: “Art. 67 do Código Penal: No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais, entre outras, as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.” Dessa forma, diante da multirreincidência do réu, a reincidência assume caráter preponderante, sendo correta a alternativa E.

QUESTÃO 20. No que diz respeito à pena de multa, é correto afirmar que:

a) Cabe habeas corpus contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativa ao processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

b) A hipossuficiência econômica do condenado autoriza a extinção da punibilidade, cumprida a pena privativa de liberdade, pela pena de multa ser infindável.

c) Considerada a pena de multa dívida de valor, à Fazenda Estadual, ou à Federal, na Justiça Federal, é exclusiva para a execução.

d) O prazo e as causas interruptivas e suspensivas da prescrição da pena de multa são aquelas previstas no Código Penal.

e) A fixação do valor do dia-multa, que poderá variar de 1/30 a 5 salários-mínimos, observará as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da pena de multa, da hipossuficiência econômica do condenado e da possibilidade de extinção da punibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois o habeas corpus não é, em regra, meio processual adequado para impugnar decisão que impõe exclusivamente pena de multa, uma vez que não há ameaça ou restrição direta ao direito de locomoção. O art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal dispõe: “Art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal: conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.” Assim, inexistindo constrangimento à liberdade de ir e vir, não se justifica a utilização do habeas corpus.

A alternativa B está correta, pois, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, a hipossuficiência econômica do condenado pode autorizar a extinção da punibilidade em relação à pena de multa, após o cumprimento da pena privativa de liberdade, quando demonstrada a impossibilidade absoluta de pagamento. Esse entendimento foi firmado no julgamento do REsp 2.090.454/SP, no qual o STJ reconheceu que a multa não pode assumir caráter perpétuo ou inviabilizar a ressocialização do condenado. Tal posicionamento encontra respaldo no art. 51 do Código Penal, que dispõe: “Art. 51 do Código Penal: Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.” A partir desse dispositivo, o STJ concluiu que, embora a multa seja dívida de valor, sua cobrança não pode ser dissociada da realidade econômica do condenado, admitindo-se a extinção da punibilidade quando comprovada a hipossuficiência.

A alternativa C está incorreta, pois a execução da pena de multa não é de competência exclusiva da Fazenda Pública Estadual ou Federal. Embora seja considerada dívida de valor, sua execução ocorre no âmbito da execução penal, sob a fiscalização do juízo da execução, nos termos do art. 164 da Lei de Execução Penal, que estabelece: “Art. 164 da Lei de Execução Penal: Extraída certidão da sentença condenatória com trânsito em julgado, o juiz encaminhá-la-á à Fazenda Pública para inscrição da multa em dívida ativa.” Assim, não se trata de execução exclusiva da Fazenda, mas de procedimento que se inicia na esfera judicial.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo e as causas interruptivas e suspensivas da prescrição da pena de multa não são regulados exclusivamente pelo Código Penal, aplicando-se também as normas da legislação da dívida ativa, conforme expressamente previsto no art. 51 do Código Penal.

A alternativa E está incorreta, pois o valor do dia-multa não é fixado em salários-mínimos, sendo vedada a vinculação dessa pena ao salário-mínimo, conforme o art. 49 do Código Penal, que dispõe: “Art. 49 do Código Penal: A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário de quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa, sendo, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. § 1º O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo nem superior a cinco vezes o maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, atendendo-se, principalmente, à situação econômica do réu.” Portanto, embora haja referência ao

salário-mínimo como parâmetro, a fixação deve observar prioritariamente a situação econômica do réu, não se limitando às circunstâncias do art. 59 do Código Penal, razão pela qual a assertiva é incorreta.

QUESTÃO 21. Amâncio, com propósito de manter relações sexuais com Denise, adolescente de 13 anos, convence-a a ir até a sua casa. No local, ele despe Denise, acaricia e morde os seus seios. Antes que se iniciasse a conjunção carnal, a mãe de Denise chega inesperadamente e interrompe o ato.

O laudo de exame de corpo de delito, realizado no mesmo dia, constata lesões corporais leves, consistentes em duas mordidas, e registra que a jovem não é virgem, inexistindo sinais de desvirginamento recente.

Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) O eventual consentimento da vítima e a sua experiência sexual anterior influenciam na tipificação penal do fato.**
- b) Amâncio praticou estupro de vulnerável tentado, com incidência de causa de aumento de pena, relativa à lesão corporal.**
- c) Amâncio praticou estupro de vulnerável consumado, em concurso com o crime de lesão corporal.**
- d) Amâncio praticou estupro de vulnerável consumado, que absorve o crime de lesão corporal.**
- e) Amâncio praticou importunação sexual, em concurso com o crime de lesão corporal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do crime de estupro de vulnerável, da irrelevância do consentimento e do concurso com lesão corporal leve.

A alternativa A está incorreta, pois, nos crimes contra a dignidade sexual envolvendo vítima menor de 14 anos, o consentimento da vítima e sua eventual experiência sexual anterior são juridicamente irrelevantes. Isso ocorre porque a lei presume, de forma absoluta, a vulnerabilidade da vítima, não admitindo relativização. O art. 217-A, caput, do Código Penal dispõe: “Art. 217-A, caput, do Código Penal: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.”

A alternativa B está incorreta, pois, no caso concreto, houve a prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, os quais já configuram a forma consumada do crime de estupro de vulnerável. Assim, não se trata de tentativa, mas de crime consumado. Ademais, a causa de aumento relativa à lesão corporal grave ou gravíssima não se aplica na hipótese, uma vez que as lesões constatadas foram leves, não havendo previsão legal de aumento de pena nesse caso.

A alternativa C está correta, pois, conforme o art. 217-A, § 5º, do Código Penal, quando do estupro de vulnerável resultar lesão corporal de natureza leve, o agente responde pelo crime sexual em concurso com o delito de lesão corporal. O dispositivo legal estabelece: “Art. 217-A, § 5º, do Código Penal: Se da conduta resultar lesão corporal de natureza grave, gravíssima ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 213, §§ 1º e 2º.” O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a lesão corporal leve não se encontra abrangida pelo art. 217-A, § 5º, do Código Penal, devendo ser reconhecido o concurso material com o crime do art. 129 do CP, conforme decidido, entre outros, no REsp 1.480.881/SC, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, e no AgRg no AREsp 1.198.345/RS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. No caso, os atos libidinosos praticados consumaram o estupro de vulnerável, e as mordidas configuraram lesões leves, justificando o reconhecimento do concurso de crimes.

A alternativa D está incorreta, pois não ocorre absorção do crime de lesão corporal quando as lesões são autônomas e não constituem mero exaurimento do crime sexual. Em se tratando de lesão leve decorrente de conduta independente, aplica-se o concurso de crimes, e não o princípio da consunção.

A alternativa E está incorreta, pois a conduta praticada não se enquadra no crime de importunação sexual, previsto no art. 215-A do Código Penal, uma vez que houve efetivo contato físico com finalidade libidínica e violência contra a dignidade sexual de vulnerável. Além disso, o tipo do art. 215-A é subsidiário em relação ao estupro e ao estupro de vulnerável, não se aplicando quando configurado crime mais grave.

QUESTÃO 22. Inconformado com o valor da pensão alimentícia que paga à sua ex-esposa Maria, Sérgio contrata Pedro para matá-la. Pedro passa a acompanhar a rotina da vítima e, em certa ocasião, quando levava o filho do casal à escola, aproxima-se e dispara fatalmente contra a cabeça de Maria. O filho do casal assiste ao crime.

À luz do Código Penal e da legislação aplicável, a respeito da responsabilidade penal de Sérgio e Pedro, é correto afirmar que:

- a) Sérgio responderá pelo crime de feminicídio, e Pedro pelo crime de homicídio, porque a circunstância pessoal não se comunica.**
- b) Sérgio e Pedro responderão pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, com incidência da causa de aumento de pena relativa à presença física do filho da vítima.**
- c) Sérgio e Pedro responderão pelo crime de feminicídio, com incidência da causa de aumento de pena relativa à presença física do filho da vítima.**
- d) O crime praticado não configura feminicídio, porque a motivação de Sérgio não está relacionada à condição do sexo feminino da vítima.**
- e) Sérgio e Pedro responderão pelo crime de homicídio qualificado pelo feminicídio e pela presença física do filho da vítima.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do crime de feminicídio, da comunicabilidade da qualificadora e da causa de aumento pela presença de descendente.

A alternativa A está incorreta, pois parte da premissa de que a qualificadora do feminicídio não se comunicaria ao executor do crime por se tratar de circunstância pessoal. Entretanto, nos termos do art. 30 do Código Penal, as circunstâncias de caráter pessoal somente não se comunicam quando não constituírem elementares do crime. O dispositivo legal estabelece: “Art. 30. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”. No feminicídio, o contexto de violência doméstica e familiar constitui elemento do tipo penal, razão pela qual se comunica aos coautores e partícipes. Assim, Pedro, mesmo não possuindo vínculo afetivo direto com a vítima, responde pelo feminicídio ao aderir ao contexto criminoso.

A alternativa B está incorreta, pois, embora reconheça a incidência do feminicídio, deixa de qualificar corretamente o crime como feminicídio propriamente dito, limitando-se a tratá-lo como homicídio qualificado, além de apresentar formulação tecnicamente imprecisa.

A alternativa C está correta, pois o homicídio foi praticado contra mulher em contexto de violência doméstica e familiar, uma vez que a vítima era ex-esposa do mandante, caracterizando feminicídio nos termos do art. 121-A, § 1º, inciso I, do Código Penal. Ademais, o crime ocorreu na presença do filho da vítima, atraindo a causa de aumento prevista no § 2º, inciso III, do mesmo dispositivo. Os dispositivos legais dispõem: “Art. 121-A, § 1º, I. Considera-se feminicídio o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino quando envolver: I – violência doméstica e familiar”. “Art. 121-A, § 2º, III. A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: III – na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima”. “Art. 121-A, § 3º. Considera-se também feminicídio o homicídio cometido contra a mulher em razão de menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. No caso, Sérgio, na condição de mandante, e Pedro, como executor, aderiram ao contexto de violência doméstica e familiar, respondendo ambos pelo crime de feminicídio, com incidência da causa de aumento legal.

A alternativa D está incorreta, pois o feminicídio não exige, necessariamente, motivação baseada em ódio, desprezo ou discriminação contra a mulher. Basta que o crime ocorra no contexto de violência doméstica ou familiar, conforme expressamente previsto no art. 121-A, § 1º, inciso I, do Código Penal. Assim, ainda que a motivação esteja relacionada à pensão alimentícia, a qualificadora permanece caracterizada.

A alternativa E está incorreta, pois confunde qualificadora com causa de aumento de pena, ao tratar simultaneamente a presença do filho como elemento qualificante. Na realidade, tal circunstância constitui causa de aumento, prevista no art. 121-A, § 2º, inciso III, do Código Penal, e não qualificadora, o que torna a assertiva tecnicamente incorreta.

QUESTÃO 23. O Ministério Público oferece denúncia em face de Nelson, servidor público, imputando-lhe a prática de oito crimes de peculato, supostamente ocorridos entre 07/01/2013 e 05/02/2013.

O juízo de primeiro grau rejeitou a denúncia, decisão posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça em 14/03/2018, quando foi determinado o prosseguimento da ação penal. Os autos

voltaram à 1ª instância e, em 30/03/2018, determinou-se a citação de Nelson para responder à acusação.

Em 16/06/2021, sobreveio sentença condenatória, fixando-se a pena de 6 anos de reclusão para cada crime, alcançando-se a pena total de 8 anos, em razão do crime continuado.

Apenas o réu recorreu e, em 29/08/2024, foi proferido acórdão que manteve os termos da condenação.

Considerada a situação descrita e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da prescrição penal, é correto afirmar que:

- a) A base de cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva é 8 anos.
- b) O curso da prescrição interrompeu-se em 30/03/2018.
- c) A prescrição da pretensão executória começa a correr a partir de 16/06/2021.
- d) A reincidência aumenta em um terço o prazo prescricional da pretensão punitiva.
- e) O curso da prescrição interrompeu-se em 29/08/2024.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da prescrição penal, dos marcos interruptivos e da jurisprudência do STF em recurso exclusivo da defesa.

A alternativa A está incorreta, pois, nos casos de crime continuado, a base de cálculo da prescrição da pretensão punitiva não é a pena unificada resultante da continuidade delitiva, mas sim a pena aplicada a cada crime isoladamente. Nos termos do art. 119 do Código Penal: “Art. 119. No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente”. Assim, a pena total de 8 anos, resultante do crime continuado, não serve como parâmetro para o cálculo da prescrição, razão pela qual a alternativa é incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois a simples determinação de citação não constitui marco interruptivo da prescrição. O art. 117 do Código Penal elenca taxativamente as causas interruptivas, não incluindo esse ato. O dispositivo estabelece: “Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se: I – pelo recebimento da denúncia ou da queixa; II – pela pronúncia; III – pela decisão confirmatória da pronúncia; IV – pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; V – pelo início ou continuação do cumprimento da pena; VI – pela reincidência”. Desse modo, a determinação de citação em 30/03/2018 não interrompeu a prescrição.

A alternativa C está incorreta, pois a prescrição da pretensão executória não se inicia com a publicação da sentença condenatória, mas com o trânsito em julgado da condenação para ambas as partes. No caso, apenas o réu recorreu, de modo que não houve trânsito em julgado em 16/06/2021. Aplica-se o art. 112, inciso I, do Código Penal: “Art. 112, I. A prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação”. Como o acórdão foi proferido apenas em 29/08/2024, não se pode falar em início da prescrição executória em 2021.

A alternativa D está incorreta, pois a reincidência não aumenta o prazo prescricional da pretensão punitiva em um terço. Nos termos do art. 110 do Código Penal, a reincidência repercute na prescrição apenas na fase executória, e não da forma indicada na alternativa. O dispositivo dispõe: “Art. 110, caput. A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória para a acusação, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa”. E o art. 117, VI, apenas prevê a reincidência como causa interruptiva, não como fator de aumento automático do prazo.

A alternativa E está correta, pois, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando somente o réu interpõe recurso, o acórdão que mantém a condenação configura marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva. Nesse caso, aplica-se o art. 117, inciso IV, do Código Penal, que dispõe: “Art. 117, IV. O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”. O STF consolidou esse entendimento no julgamento do HC 176.473, no qual assentou que o acórdão condenatório proferido em recurso exclusivo da defesa possui eficácia interruptiva da prescrição, ainda que apenas mantenha a condenação anteriormente imposta. Assim, como em 29/08/2024 foi publicado acórdão condenatório recorrível, mantendo a sentença, houve interrupção do prazo prescricional nessa data, tornando correta a alternativa E.

QUESTÃO 24. Assinale a opção que indica conduta expressamente criminalizada pela Constituição da República de 1988.

- a) A constituição de organização criminosa.**
- b) A retenção dolosa do salário.**
- c) A lavagem de dinheiro.**
- d) A violência doméstica e familiar contra a mulher.**
- e) A redução à condição análoga à de escravo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da criminalização expressa na Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, pois a constituição de organização criminosa não é conduta expressamente criminalizada pela Constituição Federal, tratando-se de crime definido em legislação infraconstitucional, especialmente na Lei nº 12.850/2013. A Constituição não tipifica diretamente essa conduta, limitando-se a estabelecer diretrizes gerais de repressão à criminalidade.

A alternativa B está correta, pois a retenção dolosa do salário é expressamente criminalizada pela Constituição da República. O art. 7º, inciso X, da Constituição Federal dispõe: “Art. 7º, X. proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa”. Trata-se de hipótese em que o próprio texto constitucional prevê, de forma direta, a criminalização da conduta, determinando ao legislador infraconstitucional a regulamentação da matéria. Assim, a retenção intencional e indevida do salário do trabalhador possui previsão expressa na Constituição, o que torna correta a alternativa.

A alternativa C está incorreta, pois a lavagem de dinheiro é crime previsto na Lei nº 9.613/1998, não havendo tipificação direta dessa conduta no texto constitucional. A Constituição trata do combate à criminalidade financeira de forma genérica, mas não descreve o tipo penal.

A alternativa D está incorreta, pois a violência doméstica e familiar contra a mulher, embora receba proteção constitucional, não é expressamente criminalizada pela Constituição. O art. 226, § 8º, da Constituição prevê a criação de mecanismos para coibir essa forma de violência, mas não tipifica a conduta penalmente, cabendo essa função à legislação infraconstitucional, especialmente à Lei Maria da Penha.

A alternativa E está incorreta, pois a redução à condição análoga à de escravo é crime previsto no art. 149 do Código Penal. Embora a Constituição repudie essa prática e estabeleça mecanismos severos de repressão, como a expropriação de propriedades (art. 243), não há tipificação penal direta no texto constitucional.

QUESTÃO 25. Após dois meses pagando a conta de energia elétrica acima da média do consumo de seu imóvel, desconfiado, Fábio verifica o medidor de energia e identifica a existência de uma instalação clandestina que desviava a energia elétrica para o imóvel vizinho, pertencente a Luís.

Ao ser confrontado por Fábio acerca do desvio de energia elétrica, Luís reage e desfere contra ele um golpe de faca, causando-lhe ferimentos. Início socorro, ele sobrevive.

Diante da situação descrita, é correto afirmar que Luís praticou:

- a) latrocínio tentado.**
- b) latrocínio consumado.**
- c) roubo impróprio tentado.**
- d) roubo impróprio consumado.**
- e) furto consumado e homicídio tentado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou do roubo impróprio, da subtração de energia elétrica e da violência posterior à subtração.

A alternativa A está incorreta, pois o crime de latrocínio exige que a violência seja empregada com o fim de assegurar a subtração da coisa ou a impunidade do agente, resultando em morte. No caso, embora tenha havido violência, não ocorreu resultado morte, mas apenas lesões, o que afasta a configuração do latrocínio, seja na forma consumada, seja na tentada.

A alternativa B está incorreta, pois o latrocínio é crime complexo que pressupõe o resultado morte. Como Fábio sobreviveu, não se configura latrocínio consumado, tornando a alternativa incompatível com os fatos narrados.

A alternativa C está incorreta, pois o roubo impróprio se consuma com o emprego de violência logo após a subtração, para assegurar a posse da coisa ou garantir a impunidade, independentemente do resultado lesivo. No caso, Luís conseguiu manter o proveito do crime ao reagir violentamente, razão pela qual não se trata de tentativa, mas de crime consumado.

A alternativa D está correta, pois a conduta de Luís se enquadra no crime de roubo impróprio, previsto no art. 157, § 1º, do Código Penal, uma vez que, após ter subtraído energia elétrica — bem juridicamente equiparado à coisa móvel —, empregou violência contra a vítima para assegurar a detenção da res furtiva. O dispositivo legal estabelece: “Art. 157, § 1º. Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro”. No caso, o desvio clandestino de energia caracteriza furto, conforme o art. 155, § 3º, do Código Penal, e, ao ser descoberto, Luís utilizou violência para manter a vantagem obtida, convertendo o furto em roubo impróprio, que se consuma independentemente da obtenção definitiva da coisa.

A alternativa E está incorreta, pois não há concurso entre furto e homicídio tentado. A violência posterior à subtração, destinada a garantir a detenção da coisa, integra o próprio tipo do roubo impróprio, sendo absorvida por ele, não havendo que se falar em crimes autônomos.

QUESTÃO 26. Diante do aumento do número de crimes praticados contra crianças e adolescentes em ambientes digitais – inclusive por meio da venda de vídeos que contêm cenas pornográficas envolvendo infantes –, os órgãos públicos competentes determinaram a adoção de todas as medidas constitucionais e legais para reprimir tais condutas, na forma do ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que, para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a infiltração de agentes de polícia na internet

a) deve, uma vez efetivada e concluída a investigação, ter todos os atos eletrônicos praticados durante a operação registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.

b) é incabível, como regra geral, salvo se a autoridade policial demonstrar a imprescindibilidade da medida, hipótese em que o Ministério da Justiça e Segurança Pública poderá autorizar a diligência.

c) é admitida mediante prévia comunicação da autoridade policial ao juízo competente, independentemente de autorização judicial formal.

d) depende de autorização expressa do Diretor-Geral da Polícia Federal, sem prejuízo da prévia comunicação ao juízo competente.

e) não é admitida por inexistência de previsão legal para sua realização, ainda que visando a investigação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o Estatuto da Criança e Adolescente.

A alternativa A está correta. É a literalidade do art. 190-E do ECA: “Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado. Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no caput deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos.”.

A alternativa B está incorreta. É permitida a infiltração de agentes para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescente, conforme Seção V-A do ECA (art. 190-A e ss.). ECA, “Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras:”.

A alternativa C está incorreta. É necessária a autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, nos termos do art. 190-A, I, do ECA: “I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;”.

A alternativa D está incorreta. É necessária a autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, nos termos do art. 190-A, I, do ECA: “I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;”.

A alternativa E está incorreta. É permitida a infiltração de agentes para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescente, conforme Seção V-A do ECA (art. 190-A e ss.). ECA, “Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras:”.

QUESTÃO 27. Em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa implementou a Vara das Garantias, em estrita colaboração com o Ministério Público do referido ente federativo. Para aperfeiçoar a atuação dos atores do sistema de justiça vinculados à serventia, foi oferecido um curso específico sobre o juízo das garantias. Considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal, as opções a seguir indicam corretamente competências do juiz das garantias, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.

b) Decidir sobre os requerimentos de afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico.

c) Deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia.

d) Determinar a instauração de incidente de insanidade mental.

e) Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata do tema juiz das garantias.

A alternativa A está correta. O art 3º-B do CPP regulamenta as atribuições do juiz de garantias, dentre as quais se inclui a requisição de documentos ao delegado de polícia. Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário: X - requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação;

A alternativa B está correta. O Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário: XI - decidir sobre os requerimentos de: a) interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação; b) afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico; c) busca e apreensão domiciliar; d) acesso a informações sigilosas; e) outros meios de obtenção da prova que restrinjam direitos fundamentais do investigado;

A alternativa C está correta. O Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário: XVI - deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia;

A alternativa D está correta. O Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário: XIII - determinar a instauração de incidente de insanidade mental;

A alternativa E está incorreta. A competência do juiz das garantias é até o oferecimento da denúncia, conforme decidido pelo STF na ADI 6298.

QUESTÃO 28. Em outubro de 2025, em Goiânia/GO, José, primário e de bons antecedentes, participou, na direção de veículo automotor, de competição automobilística não autorizada em via pública, gerando situação de risco à incolumidade pública. Em razão da conduta, Caio,

transeunte, sofreu lesão corporal grave. Constatou-se, contudo, que José não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1998 e da Lei nº 9.503/1997, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() José não poderá se beneficiar do instituto da transação penal.

() Embora José não possa se beneficiar da transação penal, o Ministério Público poderá, ao oferecer a denúncia, propor a suspensão do processo pelo prazo de dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos legais.

() Se José e seu defensor aceitarem a proposta de *sursis* processual, na presença do Promotor de Justiça, este poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – F – F.

b) V – F – F.

c) V – V – V.

d) F – F – V.

e) F – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes de trânsito.

O item I está correto. José praticou o crime do art. 308, do CTB na sua modalidade culposa, dessa forma, a pena mínima é de 3 (três) anos. A transação penal, por outro lado, somente é admitida para crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, com pena mínima de até 2 anos. CTB: Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. § 1º Se da prática do crime previsto no caput resultar lesão corporal de natureza grave, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo.”. Lei 9.099/98: “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.”.

O item II está incorreto. A suspensão processual não é admitida no caso concreto, uma vez que a pena mínima cominada deve ser igual ou inferior a um ano. Como visto no item I, a pena mínima cominada

ao crime praticado por José é de 3 (três) anos. CTB: Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. § 1º Se da prática do crime previsto no caput resultar lesão corporal de natureza grave, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo.”. Lei 9.099/98. “Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

O item III está incorreto. Promotor de Justiça não suspende o processo; quem o faz é o Juiz. Lei 9.099/98. “Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal). § 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições: I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; II - proibição de frequentar determinados lugares; III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz; IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.”.

QUESTÃO 29. O Ministério Público do Estado Alfa ofereceu denúncia em face de Lucas e Mário, policiais militares do referido ente federativo, sob fundamento de que eles, atuando de forma dolosa, reuniram-se e agiram contra a ordem recebida de superior hierárquico na instituição.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que Lucas e Mário responderão pelo(s) crime(s) de:

- a) omissão de lealdade militar e revolta, em concurso de crimes.**
- b) revolta e motim, em concurso de crimes.**
- c) omissão de lealdade militar.**
- d) revolta.**
- e) motim.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do crime de motim.

A alternativa A está incorreta, pois o crime de omissão de lealdade militar não se configura na hipótese. O enunciado descreve uma conduta ativa, consistente em reunir-se e agir contra ordem superior, e não uma simples omissão funcional. Além disso, não há falar em concurso com o crime de revolta, pois a conduta narrada se enquadra especificamente no tipo penal do motim.

A alternativa B está incorreta, pois os crimes de revolta e motim não se configuram simultaneamente. Trata-se de figuras típicas distintas e excludentes entre si, a depender da forma e da gravidade da conduta. No caso, não há notícia de emprego de violência armada ou grave ameaça coletiva que caracterize revolta, mas apenas reunião e desobediência coletiva à ordem superior.

A alternativa C está incorreta, pois a omissão de lealdade militar pressupõe descumprimento passivo do dever funcional, sem resistência coletiva organizada. Como Lucas e Mário se reuniram e agiram dolosamente contra a ordem recebida, há conduta ativa incompatível com esse tipo penal.

A alternativa D está incorreta, pois o crime de revolta exige o uso de violência armada ou grave ameaça coletiva contra a autoridade militar, o que não foi descrito no enunciado. A simples reunião para descumprir ordem superior, sem emprego de violência armada, não configura revolta, mas sim motim.

A alternativa E está correta, pois a conduta narrada amolda-se perfeitamente ao crime de motim, previsto no art. 149, inciso I, do Código Penal Militar. O dispositivo legal estabelece: “Art. 149, I. Reunirem-se militares ou assemelhados: I – para agir contra ordem recebida de superior, ou para recusarem obediência a ele”. No caso, Lucas e Mário, militares, reuniram-se dolosamente e agiram contra ordem superior, preenchendo todos os elementos objetivos e subjetivos do tipo penal. Não há exigência de violência para a configuração do motim, bastando a reunião com finalidade de desobediência coletiva, razão pela qual se mostra correta a alternativa E.

QUESTÃO 30. Mário responde, em juízo, pela prática do crime de roubo circunstanciado. Encerrada a instrução processual, o juízo determinou às partes a apresentação de alegações finais por meio de memoriais. Nesse momento, a vítima juntou, nos autos, petição requerendo a sua habilitação na qualidade de assistente de acusação. Após ouvir o Ministério Público, o juízo inadmitiu o requerimento formulado, gerando forte irrisignação no ofendido. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que, da decisão do juiz que inadmitiu o assistente de acusação,

- a) não caberá recurso, salvo se restar demonstrada a existência de erro grosseiro na decisão.**
- b) não caberá recurso, devendo, entretanto, constar nos autos o pedido e a decisão.**
- c) caberá a interposição de recurso em sentido estrito.**
- d) caberá a interposição de recurso de apelação.**
- e) caberá a interposição de recurso inominado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema assistente de acusação.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de recurso em caso de erro grosseiro;

A alternativa B está correta. Conforme prevê o Art. 273 do CPP: “Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.”;

A alternativa C está incorreta. Conforme já disposto, não caberá recurso;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de recurso para tal decisão;

A alternativa E está incorreta. Não se prevê a interposição de recurso inominado ou de nenhum outro recurso nessa hipótese.

QUESTÃO 31. Davi, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de Goiás, foi convidado a palestrar aos novos integrantes da carreira sobre os meios de obtenção de prova previstos na legislação que versa sobre as organizações criminosas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente qualificação pessoal, filiação e endereço, mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

() As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de três anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registros de viagens.

() As concessionárias de telefonia fixa ou móvel manterão, pelo prazo de três anos, à disposição do juiz, do Ministério Público e do delegado de polícia, os registros de identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – V – F.

b) V – F – F.

c) F – F – F.

d) V – V – F.

e) V – F – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei 12.850/2013.

O item I está correto. É a previsão do art. 15 da Lei 12.850/2013: “Art. 15. O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.”.

O item II está incorreto. O prazo será de 5 (cinco) anos e não 3 (três), conforme art. 16 da Lei 12.850/2013: “Art. 16. As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.

O item III está incorreto. O prazo, novamente, será de 5 (cinco) anos e não 3 (três) anos, conforme art. 17 da Lei 12.850/2013: “Art. 17. As concessionárias de telefonia fixa ou móvel manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, à disposição das autoridades mencionadas no art. 15, registros de identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais.”.

QUESTÃO 32. A Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público dispõe que o procedimento investigatório criminal é instrumento sumário desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, destinado a apurar infrações penais de iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal. Nesse contexto, e tendo em vista as disposições da referida resolução, o membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes à sua atribuição funcional, poderá realizar as seguintes condutas, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.

b) Notificar testemunhas, vítimas e investigados e requisitar sua condução coercitiva, nos casos de ausência injustificada.

c) Acompanhar cumprimento de mandados de prisão preventiva ou temporária deferidas pela autoridade judiciária.

d) Fazer ou determinar vistorias, inspeções e quaisquer outras diligências, inclusive em organizações militares.

e) Requisitar informações e documentos de entidades privadas inclusive de natureza cadastral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, a questão pede que seja apontada a alternativa incorreta. A questão trata do tema procedimento investigatório criminal.

A alternativa A está incorreta. Conforme prevê a Res 181/2007 no seu Art. 7º: “O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: IX – ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.”;

A alternativa B está correta. Não se admite a condução coercitiva de acusados, a redação da Res 181 foi modificada, passando a apresentar o seguinte texto no Art. 7º: “O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: IV – notificar testemunhas e vítimas e requisitar sua condução coercitiva, nos casos de ausência injustificada, ressalvadas as prerrogativas legais.”;

A alternativa C está incorreta. Prevê a Res.181 no Art. 7º: “O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: VI – acompanhar cumprimento de mandados de prisão preventiva ou temporária deferidas pela autoridade judiciária.”;

A alternativa D está incorreta. Dispõe a Res.181 no Art. 7º: “O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá: I – fazer ou determinar vistorias, inspeções e quaisquer outras diligências, inclusive em organizações militares;

A alternativa E está incorreta. Conforme a Res.181 no Art. 7º: “O membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá:III – requisitar informações e documentos de entidades privadas, inclusive de natureza cadastral;

QUESTÃO 33. Caio, conduzindo veículo automotor de forma negligente e sem possuir carteira de habilitação, atropelou Jéssica enquanto ela caminhava pela calçada da via de rolamento Alfa, em Goiânia/GO. Em seguida, deixou de prestar socorro à vítima, embora pudesse fazê-lo sem risco pessoal. Registre-se que Jéssica veio a óbito em decorrência do atropelamento. Após tomar ciência dos fatos, Davi, Promotor de Justiça, iniciou a confecção da minuta de denúncia, com o objetivo de responsabilizar Caio pela prática do crime de homicídio culposo no trânsito.

Considerando as disposições da Lei nº 9.503/1997, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de homicídio culposo com a incidência de

a) três causas de aumento de pena, por não possuir carteira de habilitação, por ter praticado o delito na calçada e por deixar de prestar socorro à Jéssica, embora fosse possível fazê-lo sem risco pessoal.

b) duas causas de aumento de pena, por ter praticado o delito na calçada e por deixar de prestar socorro à Jéssica, embora fosse possível fazê-lo sem risco pessoal.

c) uma causa de aumento de pena, por deixar de prestar socorro à Jéssica, embora fosse possível fazê-lo sem risco pessoal.

d) duas causas de aumento de pena, por não possui carteira de habilitação e por ter praticado o delito na calçada.

e) uma causa de aumento de pena, por ter praticado o delito na calçada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes de trânsito.

A alternativa A está correta. Conforme art. 302, do CTB, incidirão três causas de aumento de pena, quais sejam, não possuir carteira de habilitação (inciso I do §1º do art. 302 do CTB), por tê-lo praticado na calçada (inciso II do §1º do art. 302 do CTB) e por deixar de prestar socorro (inciso III do §1º do art. 302 do CTB). “Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. § 1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação; II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada; III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro;”.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 34. Em operação conjunta pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Estado de Goiás, houve a apreensão de \$ 100.000,00 (cem mil dólares) no contexto da investigação de crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

De acordo com a situação descrita e considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, analise as afirmativas a seguir.

I. A moeda estrangeira apreendida em espécie deve ser encaminhada para instituição financeira, ou equiparada, para alienação na forma prevista pelo Conselho Monetário Nacional.

II. Na hipótese de impossibilidade da alienação da moeda estrangeira apreendida em espécie, ela será custodiada pelo Banco Central do Brasil, até decisão sobre o seu destino.

III. A representação diplomática do país de origem da moeda estrangeira terá preferência para adquiri-la, em igualdade de condições com os demais interessados.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei 11.343/2006.

O item I está correto. É a previsão expressa do art. 60-A, §1º, da Lei 11.343/2006: “Art. 60-A. Se as medidas assecuratórias de que trata o art. 60 desta Lei recaírem sobre moeda estrangeira, títulos, valores mobiliários ou cheques emitidos como ordem de pagamento, será determinada, imediatamente, a sua conversão em moeda nacional. § 1º A moeda estrangeira apreendida em espécie deve ser encaminhada a instituição financeira, ou equiparada, para alienação na forma prevista pelo Conselho Monetário Nacional.”.

O item II está incorreto. Será custodiada pela instituição financeira e não pelo Banco Central, conforme §2º do art. 60-A da Lei 11.343/2006: “§ 2º Na hipótese de impossibilidade da alienação a que se refere o § 1º deste artigo, a moeda estrangeira será custodiada pela instituição financeira até decisão sobre o seu destino.”.

O item III está incorreto. Não haverá essa preferência, conforme §3º do art. 60-A da Lei 11.343/2006: “§ 3º Após a decisão sobre o destino da moeda estrangeira a que se refere o § 2º deste artigo, caso seja verificada a inexistência de valor de mercado, seus espécimes poderão ser destruídos ou doados à representação diplomática do país de origem”.

QUESTÃO 35. A Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás disciplina a notícia de fato de natureza criminal, bem como a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério público do Estado de Goiás. Considerando as disposições dessa resolução sobre a instrução do procedimento investigatório criminal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A oitiva realizada fora dos limites territoriais do órgão onde tramita a investigação deverá, sempre que possível, ser realizada por meio de carta precatória.

() A oitiva do investigado, da testemunha ou do declarante que, estando na comarca, não puder comparecer à sede do órgão de execução por doença, deficiência física ou outra causa, poderá ser realizada onde se encontre, a critério do presidente dos autos extrajudiciais, inclusive por videoconferência, se necessário.

() Ao investigado é facultada a apresentação das informações que entender pertinentes e ser acompanhado por defensor, sendo certo que este poderá examinar, mesmo sem procuração,

autos de procedimento investigatório criminal findos ou em andamento ainda que conclusos ao seu presidente, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-F-F

b) F-V-F

c) V-F-V

d) F-V-V

e) V-V-V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de tema de legislação local do Ministério Público do Estado de Goiás. Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. Conforme dispõe a Res 7 em seu Art. 23: “A realização de oitiva fora dos limites territoriais do órgão por onde tramitar a investigação será feita, sempre que possível, por meio de videoconferência, podendo ainda ser deprecada a outro órgão do Ministério Público.”;

O item II está correto. Conforme previsto na Res.7, art. 23 § 4º Estando o investigado, a testemunha ou o declarante na comarca e não sendo possível sua presença na sede do órgão de execução, por doença, deficiência física ou outra causa, poderá ser ouvido onde se encontre, a critério do presidente dos autos extrajudiciais, inclusive, se necessário, por meio de videoconferência.”;

O item III está correto. Prevê o Art. 25 que: “Ao investigado é facultada a apresentação das informações que entender pertinentes e ser acompanhado por defensor.§ 1º O defensor poderá examinar, mesmo sem procuração, autos de procedimento investigatório criminal findos ou em andamento, ainda que conclusos ao seu presidente, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.§ 2º Uma vez decretado o sigilo total ou parcial da investigação, o defensor deverá apresentar procuração para os fins do parágrafo anterior.”.

QUESTÃO 36. Após receber os autos de determinado inquérito policial, João, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás ofereceu denúncia em face de José, pela suposta prática, em novembro de 2025, de crime classificado como hediondo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que José praticou o crime de lesão corporal.

a) seguido de morte, praticado contra primo (parente colateral de 4º grau) de Promotor de Justiça, em razão dessa condição.

b) de natureza gravíssima, praticado contra Deputado Estadual, nas dependências da Casa Legislativa.

c) de natureza grave, praticado contra membro do Poder Judiciário, no exercício da função.

d) de natureza gravíssima, praticado nas dependências de instituição de ensino.

e) de natureza grave, praticado contra mulher, no contexto de violência doméstica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes hediondos.

A alternativa A está incorreta. Crime praticado contra primo não está previsto no rol do inciso I-A do artigo 1º da Lei 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: [...] a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; ou c) nas dependências de instituição de ensino;”.

A alternativa B está incorreta. Deputado Estadual não está previsto no rol do inciso I-A do artigo 1º da Lei 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: [...] a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; ou c) nas dependências de instituição de ensino;”.

A alternativa C está incorreta. Crime de lesão corporal grave não é crime hediondo, apenas lesão corporal dolosa de natureza gravíssima ou seguida de morte (art. 1º, I-A, da Lei 8.072/1990). “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: [...] a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da

Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; ou c) nas dependências de instituição de ensino;”.

A alternativa D está correta. É a previsão expressa do art. 1º, I-A, alínea ‘c’, da Lei 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: [...] c) nas dependências de instituição de ensino;”.

A alternativa E está incorreta. Crime de lesão corporal grave não é crime hediondo, apenas lesão corporal dolosa de natureza gravíssima ou seguida de morte (art. 1º, I-A, da Lei 8.072/1990). “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: [...] a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; ou c) nas dependências de instituição de ensino;”.

QUESTÃO 37. Após a observância das formalidades constitucionais e legais, João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de feminicídio e iniciou o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, no Estado de Goiás.

Diante do narrado, e considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que João

a) terá direito à permissão de saída, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à saída temporária.

b) terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à permissão de saída.

c) não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária, salvo em caso de morte de cônjuge ou companheiro, mediante decisão do juízo da execução.

d) terá direito à permissão de saída e à saída temporária, mediante decisão do juízo da execução, desde que preenchidos os requisitos legais.

e) não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei nº 7.210/1984.

A alternativa A está correta. Conforme art. 120 da Lei de Execução Penal: “Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.”.

A alternativa B está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, terá direito à permissão de saída e não ao direito de saída temporária (que não se aplica aos crimes hediondos): “Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.”.

A alternativa C está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, terá direito à permissão de saída e não ao direito de saída temporária (que não se aplica aos crimes hediondos): “Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.”.

A alternativa D está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, terá direito à permissão de saída e não ao direito de saída temporária (que não se aplica aos crimes hediondos): “Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.”.

A alternativa E está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, terá direito à permissão de saída e não ao direito de saída temporária (que não se aplica aos crimes hediondos): “Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.”.

QUESTÃO 38. Maria, testemunha em persecução penal afeta à organização criminosa Alfa, está extremamente preocupada com a sua segurança e a de seus familiares. Diante disso, indagou ao Promotor de Justiça responsável pela ação penal sobre a possibilidade de alterar seu nome completo.

Nessa situação, considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, é incorreto afirmar que

a) cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.

b) concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado, a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração.

c) o requerimento para a alteração do nome será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumaríssimo e corra em segredo de justiça.

d) a alteração de nome completo se restringe à testemunha, não alcançando cônjuge, companheiro, ascendentes ou descendentes, e será precedida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros.

e) o conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre da Lei 9.807/1999.

A alternativa A está incorreta. É o que prevê o art. 9º, § 5º: “Cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.”

A alternativa B está incorreta. É o que prevê o art. 9º, § 3º: “Concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado: [...] II - a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração;”.

A alternativa C está incorreta. É o que prevê o art. 9º, § 2º: “O requerimento será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público, determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumaríssimo e corra em segredo de justiça.”

A alternativa D está correta. Está incorreta, uma vez que é permitido estender a proteção ao cônjuge, companheiro, ascendentes ou descendentes: “Art. 2º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova. §1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.”.

A alternativa E está incorreta. É o que prevê o art. 9º, § 4º: “O conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.”.

QUESTÃO 39. Guilherme, membro do Ministério Público do Estado Alfa, foi designado para atuar junto à Justiça Militar. Para aprimorar sua atuação, resolveu analisar os contornos da legislação processual castrense e verificou que o Parquet é o órgão de acusação no processo penal militar, cabendo ao procurador-geral atuar nas ações de competência originária do Superior Tribunal Militar e aos procuradores atuar nas ações perante os órgãos judiciários de primeira instância.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. A função de órgão de acusação não impede o Ministério Público de opinar pela absolvição do acusado, quando entender que, para aquele efeito, existam fundadas razões de fato ou de direito.

II. Cabe ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei penal militar, bem como assegurar o respeito às normas de hierarquia e disciplina, como bases da organização das Forças Armadas.

III. Ocorrerá a suspeição do membro do Ministério Público se ele próprio, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado pelo acusado ou pelo ofendido.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois os itens I, II e III estão corretos. A questão tratou da atuação do Ministério Público junto à Justiça Militar.

A afirmativa I está correta, pois a função do Ministério Público como órgão de acusação no processo penal militar não o impede de se manifestar pela absolvição do acusado, sempre que entender existir fundamento jurídico ou probatório para tanto. O Código de Processo Penal Militar consagra o princípio da busca da verdade real e da atuação objetiva do Parquet. Nesse sentido, dispõe o art. 60 do CPPM: “Art. 60. O Ministério Público velará pela fiel execução da lei, promovendo a ação penal e opinando pela absolvição do acusado, quando reconhecer que não há prova suficiente para a condenação”. Assim, o

membro do Ministério Público não atua como parte meramente interessada na condenação, mas como fiscal da ordem jurídica.

A afirmativa II está correta, pois compete ao Ministério Público Militar fiscalizar o cumprimento da lei penal militar e zelar pela observância da hierarquia e da disciplina, que constituem pilares das Forças Armadas. Tal atribuição encontra previsão expressa no art. 59 do CPPM, que estabelece: “Art. 59. Compete ao Ministério Público promover a ação penal militar e fiscalizar a execução da lei penal militar, velando pela observância das normas de hierarquia e disciplina”. Desse modo, a atuação do Parquet no âmbito castrense não se limita à acusação, abrangendo também a tutela institucional da ordem militar.

A afirmativa III está correta, pois o Código de Processo Penal Militar prevê hipóteses específicas de suspeição do membro do Ministério Público, visando assegurar a imparcialidade da persecução penal. Entre essas hipóteses, encontra-se a existência de vínculo processual envolvendo o próprio membro ou seus familiares próximos. O art. 51, inciso II, do CPPM dispõe: “Art. 51, II. O membro do Ministério Público dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado, quando: II – ele próprio, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado pelo acusado ou pelo ofendido”. Tal previsão visa preservar a imparcialidade e a credibilidade institucional do Ministério Público Militar.

QUESTÃO 40. Caio foi capturado em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa, ao oferecer valores pecuniários a um policial militar do Estado de Goiás. Realizada a audiência de custódia, Caio demonstrou ao seu patrono interesse em se beneficiar de eventual instituto despenalizador previsto na legislação de regência. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o acordo de não persecução penal poderá conter, dentre outras, as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

a) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

b) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

c) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

d) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

e) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Acordo de Não Persecução Penal.

A alternativa A está incorreta. A diminuição é de um a dois terços, conforme dispõe o art 28-A do CPP: “III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).”;

A alternativa B está incorreta. Da mesma forma que na alternativa anterior, a diminuição é de um a dois terços e não de um sexto a dois terços;

A alternativa C está incorreta. De fato, corresponde esta alternativa ao previsto no CPP no art. 28-A do CPP: “III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).”;

A alternativa D está incorreta. A indicação dos bens e direitos é realizada pelo Ministério Público, conforme prevê o art. 28-A do CPP: “II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime.”;

A alternativa E está incorreta. Novamente, a fração apresentada não corresponde ao previsto em lei, que é a diminuição de um a dois terços.

QUESTÃO 41. O Ministério Público do Estado de Goiás requereu, e o juízo competente decretou o sequestro dos bens de João durante a tramitação de determinado procedimento investigatório criminal, com fundamento na existência de indícios veementes de sua proveniência ilícita. Decorridos setenta dias desde a conclusão da diligência vinculada ao sequestro, as investigações seguem em curso, sem que tenha ocorrido o oferecimento da denúncia. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o sequestro

a) será levantado, pois a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens não legitima a manutenção da medida por mais de trinta dias.

b) será levantado, pois a ação penal não foi intentada no prazo de sessenta dias contados da conclusão da diligência.

c) não será levantado, porquanto não houve a extinção de punibilidade do acusado em decisão definitiva.

d) não será levantado, porquanto não houve decisão judicial em sentido contrário proferida em grau recursal.

e) não será levantado, porquanto não houve a absolvição do réu em sentença transitada em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema sequestro de bens.

A alternativa A está incorreta. Conforme prevê o CPP o prazo é de 60 dias: Art. 131. O seqüestro será levantado: I - se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.”;

A alternativa B está correta. É o que prevê o Art. 131: “O seqüestro será levantado: I - se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.”;

A alternativa C está incorreta. Dispõe o CPP que: “Art. 131. O seqüestro será levantado: I - se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência; II - se o terceiro, a quem tiverem sido transferidos os bens, prestar caução que assegure a aplicação do disposto no art. 74, II, *b*, segunda parte, do Código Penal; III - se for julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado.”;

A alternativa D está incorreta. Não se exige que a decisão tenha sido proferida em grau recursal e sim que tenha transitado em julgado.

A alternativa E está incorreta. Há outras duas hipóteses de levantamento do sequestro, conforme já demonstrado.

QUESTÃO 42. Nos termos da Lei nº 14.344/2022, qualquer pessoa, tendo conhecimento ou presenciado ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente, deve comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, que tomarão as providências cabíveis.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.344/2022, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O noticiante ou o denunciante poderá requerer que a revelação das informações de que tenha conhecimento seja feita perante a autoridade policial, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Defensoria Pública ou o juiz, caso em que a autoridade competente solicitará sua presença, designando data e hora para audiência especial com esse fim.

() O noticiante ou o denunciante poderá condicionar a revelação das informações de que tenha conhecimento à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar sua integridade física e psicológica, e caberá à autoridade competente requerer e deferir a adoção das medidas necessárias.

() O Ministério Público manifestar-se-á sobre a necessidade e a utilidade das medidas de proteção formuladas pelo noticiante ou denunciante e requererá ao juiz competente o deferimento das que entender apropriadas.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – V – F.

b) V – F – V.

c) F – F – V.

d) F – V – V.

e) V – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei 14.344/2022.

O item I está incorreto. A defensoria pública não está no rol. “Art. 24, § 2º O noticiante ou denunciante poderá requerer que a revelação das informações de que tenha conhecimento seja feita perante a autoridade policial, o Conselho Tutelar, o Ministério Público ou o juiz, caso em que a autoridade competente solicitará sua presença, designando data e hora para audiência especial com esse fim.”.

O item II está correto. É o que prevê o art. 24, §3º: “O noticiante ou denunciante poderá condicionar a revelação de informações de que tenha conhecimento à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar sua integridade física e psicológica, e caberá à autoridade competente requerer e deferir a adoção das medidas necessárias.”.

O item III está correto. É o que prevê o art. 24, §6º: “O Ministério Público manifestar-se-á sobre a necessidade e a utilidade das medidas de proteção formuladas pelo noticiante ou denunciante e requererá ao juiz competente o deferimento das que entender apropriadas.”.

QUESTÃO 43. José, reincidente em crime hediondo com resultado morte, está em cumprimento definitivo de pena pela prática do delito de roubo simples. No curso da execução penal, o Ministério Público foi instado a se manifestar sobre um pedido da defesa de progressão de regime afirmando e comprovando que o apenado já cumpriu cinquenta e cinco por cento da sanção em regime fechado e que os requisitos subjetivos necessários à progressão de regime estão positivados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que o Ministério Público deverá se manifestar

a) favoravelmente à progressão de regimes, já que o apenado já adimpliu a exigência legal, consistente no cumprimento de, pelo menos, quarenta por cento da pena em regime fechado.

b) favoravelmente à progressão de regimes, já que o apenado já adimpliu a exigência legal, consistente no cumprimento de, pelo menos, cinquenta por cento da pena em regime fechado.

c) desfavoravelmente à progressão de regime, já que o apenado ainda não cumpriu sessenta por cento da pena em regime fechado.

d) desfavoravelmente à progressão de regime, já que o apenado ainda não cumpriu setenta por cento da pena em regime fechado.

e) desfavoravelmente à progressão de regime, já que o apenado ainda não cumpriu oitenta por cento da pena em regime fechado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei 7.210/1984.

A alternativa A está incorreta. Não foi cumprido o tempo mínimo para a progressão de regime. Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”.

A alternativa B está incorreta. Não foi cumprido o tempo mínimo para a progressão de regime. Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”.

A alternativa C está incorreta. Deve cumprir setenta e não sessenta por cento da pena. Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”.

A alternativa D está correta. É o que prevê o art. 112, VIII, da Lei de Execução Penal. Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”.

A alternativa E está incorreta. Deve cumprir setenta por cento. Não foi cumprido o tempo mínimo para a progressão de regime. Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”.

QUESTÃO 44. O juízo titular da Vara de Anápolis/GO designou sessão plenária do Tribunal do Júri para a primeira semana de fevereiro de 2026, ocasião em que ocorrerá o julgamento de um crime de feminicídio de grande repercussão local.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Comparecendo pelo menos vinte e cinco jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

() Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição serão computados para a constituição do número legal.

() Encontrando-se na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará sete dentre eles para a formação do Conselho de Sentença, lerá cada cédula à medida que forem retiradas da urna, e permitirá que o Ministério Público e, depois dele, a defesa recusem até três jurados sorteados, sem motivar a recusa.

As afirmativas são, respectivamente

a) V- V-F

b) F-V-F

c) V-F-V

d) V-V-V

e) F-F-V

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema tribunal do júri Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. Exige-se o número de 15 jurados, e não 25, conforme prevê o CPP no Art. 463: “Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.”;

O item II está correto. Prevê o art. 463 § 2º que: “Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição serão computados para a constituição do número legal.”;

O item III está incorreto. Neste caso será primeiro a defesa e posteriormente o Ministério Público, conforme prevê o Art. 468: “À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.”.

QUESTÃO 45. O Ministério Público do Estado de Goiás ofereceu denúncia em face de Caio pela suposta prática do crime de extorsão mediante sequestro. Após a observância de todas as formalidades legais, designou-se data para a realização da instrução processual. No dia da audiência, o acusado não compareceu embora sua defesa constituída estivesse presente. Ao analisar os autos, as partes da relação processual constataram que Caio mudou de residência, não tendo comunicado o novo endereço ao juízo. Nessa conjuntura, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a audiência de instrução será

- a) suspensão, devendo Caio ser intimado da data da próxima audiência por meio da defesa constituída.
- b) suspensão, devendo Caio ser intimado da data da próxima audiência por carta precatória.
- c) realizada sem a presença do acusado, desde que haja concordância da defesa constituída.
- d) suspensão, devendo Caio ser intimado da data da próxima audiência por edital.
- e) realizada sem a presença do acusado, com a decretação de sua revelia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema audiência de instrução.

A alternativa A está incorreta. Neste caso não haverá suspensão, o processo seguirá;

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de carta precatória neste caso, o processo seguirá;

A alternativa C está incorreta. O CPP não faz esta observação, em que pese a necessidade da defesa, esta não será demandada sobre a concordância ou não com a realização da audiência;

A alternativa D está incorreta. Não é hipótese de intimação por edital;

A alternativa E está correta. É o que prevê o CPP, no Art. 367: “O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo”.

QUESTÃO 46. Nos termos da legislação processual, pedida a especialização mediante requerimento, em que a parte estimará o valor da responsabilidade civil, e designará e estimará o imóvel ou imóveis que terão de ficar especialmente hipotecados, o juiz mandará logo proceder ao arbitramento do valor da responsabilidade e à avaliação do imóvel ou dos imóveis. Considerando essa narrativa e as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição será instruída com as provas ou indicação das provas em que se fundar a estimação da responsabilidade, com a relação dos imóveis que o responsável possuir, se outros tiver, além dos indicados no requerimento, e com os documentos comprobatórios do domínio.

II. O arbitramento do valor da responsabilidade e a avaliação dos imóveis designados far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, onde não houver avaliador judicial, sendo-lhe facultada a consulta dos autos do processo respectivo.

III. O juiz, ouvidas as partes no prazo de dois dias, que correrá em cartório, poderá corrigir o arbitramento do valor da responsabilidade, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema responsabilidade civil. Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Conforme prevê o Art. 135: “Pedida a especialização mediante requerimento, em que a parte estimará o valor da responsabilidade civil, e designará e estimará o imóvel ou imóveis que terão de ficar especialmente hipotecados, o juiz mandará logo proceder ao arbitramento do valor da responsabilidade e à avaliação do imóvel ou imóveis. § 1º A petição será instruída com as provas ou indicação das provas em que se fundar a estimação da responsabilidade, com a relação dos imóveis que o responsável possuir, se outros tiver, além dos indicados no requerimento, e com os documentos comprobatórios do domínio.”;

O item II está correto. Art 135 § 2º O arbitramento do valor da responsabilidade e a avaliação dos imóveis designados far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, onde não houver avaliador judicial, sendo-lhe facultada a consulta dos autos do processo respectivo.

O item III está correto. § 3º O juiz, ouvidas as partes no prazo de dois dias, que correrá em cartório, poderá corrigir o arbitramento do valor da responsabilidade, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

QUESTÃO 47. Após a observância das formalidades legais, José, empresário de grande porte, foi condenado pela prática de crime ambiental a uma pena privativa de liberdade de dois anos de reclusão, além de multa, não sendo cabível a substituição das sanções corporais por penas restritivas de direitos.

Nesse contexto, e considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

() Nos crimes previstos na Lei de Crimes Ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.

() A verificação da reparação do dano, para fins de suspensão condicional da pena, será feita mediante laudo de reparação do dano ambiental, e as condições a serem impostas pelo juiz deverão relacionar-se com a proteção ao meio ambiente.

() A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal e, caso se revele ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até o quádruplo tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – V – F.

b) F – F – F.

c) V – F – V.

d) V – V – F.

e) V – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes ambientais.

O item I está incorreto. Conforme art. 16 da Lei dos Crimes Ambientais poderá se aplicada apenas nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos (e não quatro anos). “Art. 16. Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.”.

O item II está correto. É o que prevê o art. 17 da Lei dos Crimes Ambientais: “Art. 17. A verificação da reparação a que se refere o § 2º do art. 78 do Código Penal será feita mediante laudo de reparação do dano ambiental, e as condições a serem impostas pelo juiz deverão relacionar-se com a proteção ao meio ambiente.”.

O item III está incorreto. Será aumentada até três vezes e não até o quádruplo: “Art. 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.”.

QUESTÃO 48. O Ministério Público do Estado de Goiás recebeu denúncia anônima informando que José, agindo com dolo, teria cometido crime contra a propriedade industrial ao fabricar, sem autorização do titular, dezenas de produtos cobertos por patente de invenção.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.279/1996, analise as afirmativas a seguir.

I. Na diligência de busca e apreensão, em crime contra patente que tenha por objeto a invenção de processo, o oficial do juízo será acompanhado por perito, que verificará, preliminarmente, a existência do ilícito, podendo o juiz ordenar a apreensão de produtos obtidos pelo contrafator com o emprego do processo patenteado.

II. Tratando-se de estabelecimentos industriais ou comerciais legalmente organizados e que estejam funcionando publicamente, as diligências preliminares limitar-se-ão à vistoria e apreensão dos produtos, quando ordenadas pelo juiz, não podendo ser paralisada a sua atividade lícitamente exercida.

III. Os crimes contra a propriedade industrial são perseguíveis mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei 9.279/1996.

O item I está correto. É o que prevê o art. 201 da Lei 9.279/1996: “Art. 201. Na diligência de busca e apreensão, em crime contra patente que tenha por objeto a invenção de processo, o oficial do juízo será acompanhado por perito, que verificará, preliminarmente, a existência do ilícito, podendo o juiz ordenar a apreensão de produtos obtidos pelo contrafator com o emprego do processo patenteado.”.

O item II está correto. É o que prevê o art. 203 da Lei 9.279/1996: “Art. 203. Tratando-se de estabelecimentos industriais ou comerciais legalmente organizados e que estejam funcionando publicamente, as diligências preliminares limitar-se-ão à vistoria e apreensão dos produtos, quando ordenadas pelo juiz, não podendo ser paralisada a sua atividade lícitamente exercida.”.

O item III está incorreto. Nos crimes previstos na Lei 9.279/1996 somente se procede mediante queixa: “Art. 199. Nos crimes previstos neste Título somente se procede mediante queixa, salvo quanto ao crime do art. 191, em que a ação penal será pública.”.

QUESTÃO 49. Ao tratar da quesitação no âmbito do Tribunal do Júri, a legislação processual preconiza que os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão. Na sua elaboração, o presidente levará em conta os termos da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, do interrogatório e das alegações das partes. Considerando a narrativa apresentada e as disposições do Código de Processo Penal que orientam a estruturação dos quesitos, analise as afirmativas a seguir.

I. Sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o segundo ou terceiro quesito, conforme o caso.

II. Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito.

III. Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas.

À luz das disposições do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema quesitação no Tribunal do Júri. Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. É o que prevê o CPP no art.483 § 4º: “Sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o 2º (segundo) ou 3º (terceiro) quesito, conforme o caso.”;

O item II está correto. Corresponde ao Art.483 § 5º: “Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito.”;

O item III está correto. Dispõe desta maneira o art. 483 § 6º: “Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas. “.

QUESTÃO 50. Matheus foi capturado em flagrante pela prática de determinada infração penal. Após a realização da audiência de custódia, o juízo lhe concedeu liberdade provisória, mediante o recolhimento de fiança, em observância às formalidades constitucionais e legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que Matheus foi capturado em flagrante pela prática do crime de

a) roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas.

b) tráfico de pessoas cometido contra adolescente.

c) furto qualificado pelo emprego de explosivo.

d) induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.

e) tráfico ilícito de entorpecentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei 8.072/1990.

A alternativa A está correta. É o único crime que não é hediondo e, portanto, admite fiança. “Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: [...] II – fiança.”.

A alternativa B está incorreta. É crime hediondo, portanto, não admite fiança. “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] XII - tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (art. 149-A, caput, incisos I a V, e § 1º, inciso II).”.

A alternativa C está incorreta. É crime hediondo, portanto, não admite fiança. “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).”.

A alternativa D está incorreta. É crime hediondo, portanto, não admite fiança. “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] X - induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, caput e § 4º);”.

A alternativa E está incorreta. O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins não admite fiança. “Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: [...] II – fiança.”.

QUESTÃO 51. O Estatuto da Igualdade Racial prevê garantias voltadas à proteção do livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana, incluindo mecanismos de enfrentamento a práticas de intolerância e de discriminação. Com base nessas disposições legais, assinale a afirmativa correta.

a) O Estatuto assegura a prática de cultos e a celebração de festividades religiosas de matriz africana, mas veda a produção e comercialização de artigos ou materiais religiosos por entender que o caráter comercial pode comprometer o sentido espiritual e cultural dessas manifestações.

b) O poder público tem o dever de adotar medidas para combater a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana, incluindo a coibição do uso de meios de comunicação social para difusão de mensagens de ódio, bem como a proteção de bens culturais e a participação proporcional de representantes dessas religiões em instâncias públicas de deliberação.

c) O Estatuto garante assistência religiosa aos praticantes de religiões de matriz africana apenas em hospitais públicos, não se estendendo essa proteção as instituições prisionais ou a outras formas de internação coletiva.

d) O direito à liberdade de consciência e de crença, conforme previsto no Estatuto, possui caráter absoluto, não se submetendo a nenhuma restrição legal, inclusive em relação às condutas vedadas por legislação específica.

e) A comunicação ao Ministério Público acerca de práticas de intolerância religiosa é prerrogativa exclusiva de lideranças religiosas formalmente reconhecidas, não sendo assegurada aos demais praticantes de religiões de matriz africana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010).

A alternativa A está incorreta. De acordo com o artigo 24, IV, do Estatuto da Igualdade Racial: “Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende: IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;”

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 26 do Estatuto da Igualdade Racial: “Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de: I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas; II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas; III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o artigo 25 do Estatuto da Igualdade Racial: “Art. 25. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 24, IV, do Estatuto da Igualdade Racial, já transcrito na explicação da alternativa A, ficam excluídas da liberdade de consciência as condutas vedadas por legislação específica. Logo, não se fala em caráter absoluto.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o artigo 24, VIII, do Estatuto da Igualdade Racial: “Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende: VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.”

QUESTÃO 52. Em 2024, uma indústria química situada às margens do Rio Bonito passou a descartar resíduos tóxicos sem o devido tratamento, provocando mortandade de peixes e contaminação da água utilizada por diversos municípios da região. Diante desses fatos, o Ministério Público Estadual instaurou inquérito civil para apurar os fatos e, ante a inércia administrativa, ajuizou ação civil pública requerendo: (i) a imediata cessação das atividades poluidoras, (ii) a recuperação integral da área degradada e (iii) a indenização por danos ambientais e morais coletivos. Diversas pessoas ingressaram como terceiros interessados, alegando prejuízos à saúde e à pesca artesanal. Considerando o microssistema da tutela coletiva e a teoria dos direitos transindividuais, assinale a opção que classifica corretamente o interesse jurídico tutelado no caso indica sua correspondente fundamentação legal.

a) Direito coletivo *stricto sensu*, pois há um grupo de pescadores identificável com vínculo jurídico.

b) Direito individual homogêneo, porque cada morador sofreu prejuízo pessoal decorrente da contaminação.

c) Direito difuso, por tratar-se de bem indivisível, pertencente a uma coletividade indeterminada e ligada por circunstâncias de fato.

d) Direito individual disponível, já que cada pessoa poderia buscar indenização isoladamente.

e) Direito público subjetivo de caráter individual, por envolver interesse do consumidor final da água tratada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Proteção ao Meio Ambiente.

A alternativa C está correta. O meio ambiente equilibrado é um direito constitucionalmente garantido, vejamos: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”. Nesse sentido, de acordo com o artigo 81, parágrafo único, do CDC: “Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.”. Observe que a proteção e a preservação do meio ambiente, bem como o combate à poluição e o direito a um meio ambiente equilibrado configuram direito difuso, pois o meio ambiente é bem indivisível, pertencente a uma coletividade indeterminada e ligada por circunstâncias de fato.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 53. A associação civil "Movimento pela Cidadania Urbana" regularmente constituída há dois anos e com previsão estatutária de defesa do meio ambiente e do patrimônio público, ajuizou ação civil pública contra o Município de Alvorada do Norte, sustentando que a aprovação de loteamento urbano contrariava o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento do Solo e as diretrizes ambientais locais.

O juízo indeferiu a petição inicial sob o argumento de ausência de ata autorizativa e de representatividade social suficiente. O Tribunal manteve a decisão.

À luz da Lei nº 7.347/1985, do art. 82, IV, do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) A associação carece de legitimidade ativa, pois a tutela judicial de direitos difusos e coletivos é prerrogativa exclusiva dos entes públicos e do Ministério Público, não sendo admitida a atuação de entidades privadas, ainda que possuam finalidade ambiental.

b) A associação somente será legítima para propor ação civil pública se demonstrar representatividade ampla e autorização assemblear expressa de seus associados, de modo a evidenciar mandato coletivo válido para atuação em juízo.

c) A associação poderá propor ação coletiva independentemente de autorização assemblear, mas deverá comprovar reconhecimento de utilidade pública federal ou estadual, como forma de legitimar a defesa de interesse difuso de relevância social.

d) A associação é parte legítima para propor ação civil pública se estiver regularmente constituída há pelo menos um ano e possuir finalidade estatutária compatível com o direito tutelado) sendo dispensável autorização nominal dos associados, pois sua legitimidade é institucional e extraordinária.

e) A associação possui legitimidade ativa restrita às causas que envolvam interesses de seus associados, não podendo estender sua atuação à defesa de interesses difusos, ainda que correlatos à sua finalidade institucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ação civil pública.

A alternativa A está incorreta. As entidades privadas (associações) são legitimadas por lei (Art. 5º, V, Lei 7.347/85). O Ministério Público não detém o monopólio da ação civil pública.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa descreve a representação processual, que não se aplica à Ação Civil Pública. No regime da Lei 7.347/85 e do CDC, a legitimidade é institucional e dispensa autorização assemblear específica para cada ação.

A alternativa C está incorreta. O requisito de "utilidade pública" caiu em desuso e não é exigido pela Lei 7.347/85. Os requisitos são apenas o tempo de constituição e a finalidade estatutária.

A alternativa D está correta. Resume perfeitamente o entendimento do STF (RE 573.232) e do STJ. A ação é parte legítima de forma extraordinária, desta forma, não precisa de autorização expressa. Há a necessidade de autorização expressa e específica para a associação propor a demanda quando atuar como representante processual, que ocorre quando atua em ações coletivas de rito ordinário, as quais tratam de interesses meramente individuais, sem índole coletiva. Na hipótese de ação coletiva proposta por associação em defesa dos interesses individuais e exclusivos de seus filiados, sem reflexos no interesse público de defesa do consumidor, é imprescindível a autorização ou procuração específica dos associados, ou concedida pela Assembleia Geral, bem como a lista nominal dos associados representados. STJ, 4ª T, AgInt no AREsp 1.404.482/GO, Rel. Min. Marco Buzzi, Rel. p/ ac. Min. Raul Araújo, d.j. 3/12/24, ed. extraordinária 23/2025. Quando, porém, a associação propõe uma ação coletiva, ela atua na condição de substituta processual (legitimidade extraordinária), não precisando de autorização neste caso. A seguir, vamos colacionar uma série de julgados para que não restem dúvidas acerca da legitimidade das associações em propor a ACP: “O entendimento do STF firmado no RE 573.232, de que a associação é representante processual e, portanto, precisa de autorização, não se aplica na hipótese de a associação buscar em juízo a tutela de interesses ou direitos difusos – art. 82, IV, CDC. STJ. 4ª T. AgInt no REsp 1335681/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, d.j. 26/02/19.”; “As associações possuem legitimidade para defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais homogêneos, independentemente de autorização expressa dos associados. STJ. 2ª T. REsp 1796185/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, d.j. 28/03/19.”; “Por se tratar do regime de substituição processual, a autorização para a defesa do interesse coletivo em sentido amplo é estabelecida na definição dos objetivos institucionais, no próprio ato de criação da associação, sendo desnecessária nova autorização ou deliberação assemblear. As teses de repercussão geral resultadas do julgamento do RE 612.043/PR e do RE 573.232/SC tem seu alcance expressamente RESTRINGIDO ÀS AÇÕES COLETIVAS DE RITO ORDINÁRIO, as quais tratam de interesses meramente INDIVIDUAIS, sem índole coletiva, pois, nessas situações, o autor se limita a representar os titulares do direito controvertido, atuando na defesa de interesses alheios e em nome alheio. STJ. 3ª T. REsp 1649087/RS, Rel. Min. Nancy Andrichi, d.j. 02/10/18. STJ. 3ª T. AgInt no REsp 1719820/MG, Rel. Min. Bellizze, d.j. 15/04/19”; “É desnecessária a apresentação nominal do rol de filiados para o ajuizamento de Ação Civil Pública por associação. (STJ, 2ª Seção, REsp. 1.325.857/RS, Rel. Min. Salomão, d.j. 30/11/21, info 720).”; “Em ação civil pública ajuizada por associação civil, cujo estatuto prevê como finalidade a defesa de direitos humanos, em que se postula por indenização por danos morais decorrentes da prática de atos vexatórios em revistas íntimas para ingresso em centros de detenção, não é obrigatória a juntada de autorização individual de cada uma das pessoas interessadas. (...) Considerado o fato de a pretensão autoral se remeter a direitos das pessoas submetidas ao procedimento de revista íntima, deve-se compreender tratar-se de direitos

individuais homogêneos. Nesse contexto, não há empecilho legal ao ajuizamento de ação civil pública por associação cujo estatuto prevê como finalidade a defesa de direitos humanos, que atuará como substituta processual, daí porque não se revela adequada a conclusão de que as pessoas eventualmente lesadas devam ser associadas ou autorizem, por qualquer meio, o ajuizamento da ação. A tese firmada pelo STF no RE 573.232/SC não se aplica às ações coletivas ajuizadas por associações para a defesa de direitos individuais homogêneos, na hipótese em que há substituição processual e, notadamente, quando vinculados à proteção dos direitos humanos e ao proceder administrativo do Estado com relação aos visitantes das unidades prisionais, de alta relevância social. (STJ, 1ª T, AgInt no REsp 1.833.056-SP, Rel. Min.”

A alternativa E está incorreta. As associações podem, sim, defender interesses difusos (onde os beneficiários são indeterminados, como no meio ambiente), desde que isso esteja em seu estatuto.

QUESTÃO 54. O Ministério Público do Estado de Goiás ajuizou ação civil pública contra o Banco Alfa, questionando a legalidade da cobrança de tarifas administrativas ocultas em contratos de empréstimo celebrados nacionalmente. Distribuída a demanda a um dos juízos da Comarca de Goiânia, a pretensão foi julgada procedente, com determinação de restituição dos valores cobrados indevidamente. Após o trânsito em julgado, associações de consumidores de outros Estados ajuizaram ações individuais com base na decisão, pleiteando o mesmo ressarcimento. O banco alegou que a coisa julgada estaria restrita aos limites territoriais da Comarca de Goiânia, nos termos do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública. O Ministério Público sustentou, por sua vez, que tal limitação viola a isonomia e a efetividade da tutela coletiva, especialmente em contratos padronizados de alcance nacional.

Diante desse conflito interpretativo, assinale a afirmativa que melhor reflete o entendimento atual dos Tribunais Superiores.

- a) A sentença coletiva só tem eficácia dentro dos limites territoriais do órgão prolator, conforme o art. 16 da Lei da Ação Civil Pública.**
- b) A sentença coletiva, proferida por juiz estadual, tem eficácia nacional, nos limites objetivos do pedido e da causa de pedir, não havendo restrição territorial.**
- c) A coisa julgada coletiva estende-se apenas aos consumidores do Estado de Goiás, pois o alcance nacional geraria insegurança jurídica.**
- d) A limitação territorial é constitucional, pois decorre da autonomia dos entes federados e da repartição de competências.**
- e) A coisa julgada coletiva produz apenas efeitos interpartes, beneficiando somente o autor da ação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da tutela coletiva dos direitos dos consumidores.

Para resolver esta questão, vamos precisar do entendimento atual dos Tribunais Superiores sobre o assunto: "Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 16 DA LEI 7.347/1985, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 9.494/1997. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA AOS LIMITES DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS DESPROVIDOS. 1. A Constituição Federal de 1988 ampliou a proteção aos interesses difusos e coletivos, não somente constitucionalizando-os, mas também prevendo importantes instrumentos para garantir sua efetividade. 2. O sistema processual coletivo brasileiro, direcionado à pacificação social no tocante a litígios meta individuais, atingiu status constitucional em 1988, quando houve importante fortalecimento na defesa dos interesses difusos e coletivos, decorrente de uma natural necessidade de efetiva proteção a uma nova gama de direitos resultante do reconhecimento dos denominados direitos humanos de terceira geração ou dimensão, também conhecidos como direitos de solidariedade ou fraternidade. 3. Necessidade de absoluto respeito e observância aos princípios da igualdade, da eficiência, da segurança jurídica e da efetiva tutela jurisdicional. 4. Inconstitucionalidade do artigo 16 da LACP, com a redação da Lei 9.494/1997, cuja finalidade foi ostensivamente restringir os efeitos condenatórios de demandas coletivas, limitando o rol dos beneficiários da decisão por meio de um critério territorial de competência, acarretando grave prejuízo ao necessário tratamento isonômico de todos perante a Justiça, bem como à total incidência do Princípio da Eficiência na prestação da atividade jurisdicional. 5. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS DESPROVIDOS, com a fixação da seguinte tese de repercussão geral: "I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo reprimada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas". (RE 1101937, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-04-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-113 DIVULG 11-06-2021 PUBLIC 14-06-2021).

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa reflete a redação do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública (LACP) que foi expressamente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE 1101937 (Tema 1103 de Repercussão Geral). O STF entendeu que limitar os efeitos da decisão ao território do juiz que a proferiu viola os princípios da isonomia e da eficiência, prejudicando a efetiva reparação de danos que, muitas vezes, têm alcance nacional.

A alternativa B está correta. Esta é a alternativa que melhor representa o entendimento atual. O STF decidiu que a eficácia da sentença em uma ação civil pública é definida pela extensão do dano e pelos limites do que foi pedido na ação (limites objetivos), e não pela competência territorial do juízo. Se o dano é de âmbito nacional (como a cobrança de tarifas por um banco que atua em todo o Brasil), os efeitos da decisão que o julga também serão nacionais, beneficiando todos os consumidores lesados no país.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa propõe uma limitação territorial, o que também contraria a decisão do STF. O tribunal entendeu, na verdade, que o tratamento isonômico de todos os lesados e a concentração das decisões em um único processo geram maior segurança jurídica e evitam decisões conflitantes sobre o mesmo tema em diferentes partes do país.

A alternativa D está incorreta. A alternativa afirma que a limitação é constitucional, o que é o exato oposto do que o STF decidiu. O Plenário do STF declarou a inconstitucionalidade da restrição territorial, por entender que ela frustra os objetivos da tutela coletiva previstos na própria Constituição.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa confunde a natureza da ação coletiva com a de uma ação individual. O propósito da Ação Civil Pública, movida por um legitimado como o Ministério Público, é justamente produzir efeitos para toda a coletividade lesada (*erga omnes*), e não apenas para as partes formais do processo.

QUESTÃO 55. Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em litisconsórcio ativo com o Ministério Público Federal, buscava-se a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado de Goiás e pela União, de medicamentos de alto custo a pacientes com doenças raras.

O juízo de primeiro grau determinou a inversão do ônus da prova, com fundamento no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), reconhecendo a hipossuficiência técnica da coletividade de pacientes.

A União sustentou que o CDC seria inaplicável, por se tratar de direito à saúde — e não de relação de consumo —, e que o CPC/2015 seria o único diploma aplicável. O Tribunal, contudo, manteve a decisão, reconhecendo a incidência do microssistema da tutela coletiva, que admite interpretação sistemática e integrativa entre o CDC, a Lei da Ação Civil Pública (LACP), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Considerando o caso narrado e a teoria contemporânea da tutela coletiva, assinale a afirmativa correta.

a) O microssistema da tutela coletiva constitui um regime jurídico autônomo e fechado, aplicável exclusivamente às ações coletivas fundadas em relações de consumo, de modo que o CDC não pode ser invocado em ações envolvendo direitos sociais como saúde ou educação.

b) A aplicação subsidiária do CPC às ações coletivas somente é admitida quando inexistir norma específica no CDC, vedando-se a conjugação de diplomas distintos no mesmo processo.

c) A aplicação de normas do CDC em ações civis públicas depende de demonstração de vínculo contratual entre o Estado e os titulares dos direitos coletivos afetados, sob pena de violação ao princípio da legalidade estrita.

d) A integração normativa entre a LACP e o CDC é excepcional e possível somente mediante previsão expressa na petição inicial, sob pena de nulidade da sentença.

e) O microssistema da tutela coletiva é um sistema aberto e principiológico, composto por um conjunto de leis que se comunicam entre si, permitindo ao juiz aplicar de forma integrada as regras que melhor assegurem a efetividade e a máxima proteção dos direitos transindividuais, inclusive em demandas contra o Poder Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do Microssistema Processual Coletivo.

A alternativa A está incorreta. O principal erro da alternativa é caracterizar o microssistema como "fechado" e "exclusivo" das relações de consumo. A teoria contemporânea, consolidada na lei e na jurisprudência, define o sistema como aberto e aplicável a todos os direitos coletivos. A própria Lei da Ação Civil Pública (LACP) estabelece a ponte para a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em qualquer ação coletiva, refutando a ideia de um sistema fechado: "Art. 21 Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor." O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforça a natureza aberta e comunicante do sistema, no REsp 1.925.492/RJ: "O microssistema de tutela coletiva, por ser um sistema aberto, admite a interpretação sistemática e integrativa entre as leis que o compõem, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor, da Lei da Ação Civil Pública, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso e do Código de Processo Civil, com o objetivo de assegurar a máxima efetividade e a unidade da jurisdição coletiva."

A alternativa B está incorreta. A alternativa erra ao descrever uma relação de exclusão e vedação. A lógica do microssistema é de integração e diálogo, não de hierarquia rígida que proíba a aplicação conjunta de diferentes leis. O CDC prevê a aplicação do CPC, mas de forma subsidiária ao próprio microssistema, e não de maneira excludente: "Art. 90. Aplicam-se às ações previstas neste título as normas do Código de Processo Civil e da legislação em vigor, no que não contrariar o disposto neste código."

A alternativa C está incorreta. A tutela coletiva transcende as relações contratuais. Direitos como saúde, meio ambiente e patrimônio histórico são deveres do Estado e direitos da coletividade que existem independentemente de qualquer contrato. O CDC, ao prever a amplitude das ações, foca na efetividade da tutela, e não na origem da relação jurídica: Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela". O STJ pacificou o entendimento de que o conceito de consumidor pode ser aplicado por equiparação (art. 17 e 29 do CDC) e que as ferramentas do CDC são aplicáveis em ações contra o Poder Público para a defesa de direitos sociais, como no caso da saúde. O REsp 1.925.492/RJ, ao tratar de uma demanda coletiva, não impõe qualquer requisito de vínculo contratual para a aplicação do microssistema.

A alternativa D está incorreta. A integração não é "excepcional", mas sim a regra do sistema, imposta por lei. Além disso, a aplicação da lei correta é um dever do juiz, não dependendo de requerimento da parte. O Art. 21 da LACP é um comando direto e não uma faculdade ou exceção. Ele determina a aplicação das normas processuais do CDC: "Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor."

A alternativa E está correta. A combinação do Art. 21 da LACP (que importa as regras do CDC) e do Art. 90 do CDC (que estabelece a subsidiariedade do CPC) cria a base legal para este sistema aberto e integrado. O REsp 1.925.492/RJ é um reflexo exato do que a alternativa descreve, confirmando que o sistema é aberto e permite a aplicação integrada das leis para garantir a máxima efetividade, inclusive em ações que envolvem o Poder Público: "O microssistema de tutela coletiva, por ser um sistema aberto,

admite a interpretação sistemática e integrativa entre as leis que o compõem [...] com o objetivo de assegurar a máxima efetividade e a unidade da jurisdição coletiva."

QUESTÃO 56. Durante fiscalização em hospitais públicos, o Ministério Público constatou precariedade nas condições sanitárias, ausência de acessibilidade em setores de pronto atendimento. Instaurado inquérito civil, foi expedida recomendação ao Secretário Municipal de Saúde para adoção imediata de medidas corretivas, sob pena de responsabilização futura. O gestor alegou que a recomendação seria ato ilegal, por impor obrigações sem previsão contratual ou orçamentária, afirmando que apenas decisão judicial teria força vinculante.

Com base no regime jurídico do inquérito civil e nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que a recomendação

a) constitui ato administrativo vinculante, com força coercitiva, obrigando o gestor ao cumprimento imediato das providências indicadas, sob pena de responsabilidade civil.

b) tem natureza de decisão preliminar, dotada de excoutoriedade provisória, e sua inobservância autoriza o Ministério Público a aplicar sanções diretas.

c) é instrumento de caráter opinativo e persuasivo, sem força coercitiva, que visa orientar a Administração e prevenir ilícitos coletivos, podendo embasar a futura propositura de ação civil pública em caso de descumprimento.

d) é ato político que depende de homologação do Conselho Superior do Ministério Público para produzir efeitos externos.

e) configura ato de controle judicial prévio sobre a atividade administrativa, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas para validação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a atuação resolutiva do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. A recomendação não é vinculante. O gestor pode decidir não cumprir, mas assume o risco jurídico dessa escolha. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público não aplica sanções diretas (como multas ou interdições) por descumprimento de recomendação. Se o gestor ignora a orientação, o próximo passo do MP é jurídico (entrar com uma Ação Civil Pública) ou disciplinar (improbidade).

A alternativa C está correta. A força da recomendação é moral e jurídica. Nos termos da Res. 164,2017, CNMP, "Art. 1º A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou

correção de condutas. Parágrafo único. Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e, assim, alcançar sua plena eficácia, a recomendação não tem caráter coercitivo.” Vejam que a recomendação não tem caráter vinculativo, mas apenas persuasivo: Art. 2º A recomendação rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios: I – motivação; II – formalidade e solenidade; III – celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas; IV – publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade; V – máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas; VI – garantia de acesso à justiça; VII – máxima utilidade e efetividade; VIII – caráter não vinculativo das medidas recomendadas; IX – caráter preventivo ou corretivo; X – resolutividade; XI – segurança jurídica; X – a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais. [...] Art. 11. Na hipótese de desatendimento à recomendação, de falta de resposta ou de resposta considerada inconsistente, o órgão do Ministério Público adotará as medidas cabíveis à obtenção do resultado pretendido com a expedição da recomendação. § 1º No intuito de evitar a judicialização e fornecer ao destinatário todas as informações úteis à formação de seu convencimento quanto ao atendimento da recomendação, poderá o órgão do Ministério Público, ao expedir a recomendação, indicar as medidas que entende cabíveis, em tese, no caso de desatendimento da recomendação, desde que incluídas em sua esfera de atribuições. § 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o órgão ministerial não adotará as medidas indicadas antes de transcorrido o prazo fixado para resposta, exceto se fato novo determinar a urgência dessa adoção. § 3º A efetiva adoção das medidas indicadas na recomendação como cabíveis em tese pressupõe a apreciação fundamentada da resposta de que trata o parágrafo único do artigo.”

A alternativa D está incorreta. Ela não precisa de "visto" ou homologação do Conselho Superior para valer.

A alternativa E está incorreta. O MP não exerce "controle judicial", mas sim controle administrativo/extrajudicial. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 57. Em 2023, o Ministério Público instaurou inquérito civil para apurar a contaminação do Rio Araguaia, decorrente do lançamento de efluentes industriais pela empresa Evidências S/A/ Após a coleta de provas e perícias ambientais, firmou-se Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público, o Município e a sociedade empresária, prevendo:

(i) a implantação de sistema de filtragem de efluentes em até 12 meses;

(ii) o custeio de programa de reflorestamento; e

(iii) multa diária em caso de descumprimento.

Após dois anos, o Ministério Público verificou a inércia total da empresa. O órgão de execução ministerial ajuizou execução direta do TAC, enquanto a defesa argumentou que o documento seria mero compromisso de intenções, sem força executiva, por não ter sido homologado judicialmente nem acompanhado por perícia confirmatória posterior. O juízo de primeiro grau extinguiu a execução, acolhendo o argumento. O Ministério Público recorreu, invocando a força normativa do TAC como título executivo extrajudicial e o dever de observância à boa-fé objetiva.

À luz da Lei nº 7.347/1985, e da doutrina processual coletiva, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente a natureza jurídica e os efeitos do TAC no caso descrito.

a) O TAC possui natureza de título executivo extrajudicial, prescindindo de homologação judicial para sua execução, bastando a demonstração de descumprimento das obrigações pactuadas.

b) O TAC constitui ato político do Ministério Público, sem efeitos vinculantes, e sua execução depende de ação civil pública posterior.

c) O TAC configura contrato administrativo sujeito à Lei nº 14.133/2021 e deve ser homologado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

d) O TAC depende de sentença judicial para se tornar exequível, já que o Ministério Público não tem poder de autoexecutoriedade.

e) O TAC é ato de recomendação e, portanto, apenas orienta a conduta dos compromissários, sem gerar obrigações concretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Ação Civil Pública e Termo de Ajuste de Conduta.

A alternativa A está correta. O TAC possui natureza jurídica de título executivo extrajudicial; logo, pode ser executado diretamente, sem necessidade de sentença homologatória. Conforme art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85: “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

A alternativa B está incorreta. O TAC tem natureza de título executivo extrajudicial; logo, possui efeitos vinculantes e já é válido desde logo, prescindindo de ação civil pública posterior, vide comentário da letra A.

A alternativa C está incorreta. O TAC tem natureza de título executivo extrajudicial, e não de contrato administrativo; vide comentário da letra A.

A alternativa D está incorreta. O TAC tem natureza de título executivo extrajudicial, sendo exequível desde logo e não necessitando de sentença judicial, vide comentário da letra A.

A alternativa E está incorreta. Não é uma simples recomendação. O TAC tem natureza de título executivo extrajudicial, portanto gera obrigações concretas, vide comentário da letra A.

QUESTÃO 58. Na Comarca da Capital, o Ministério Público do Estado de Goiás ajuizou ação civil pública estrutural contra o Estado de Goiás e o Município de Goiânia por omissões históricas na proteção à população em situação de rua. Relata-se colapso de abrigos, inexistência de fluxo efetivo de atenção à saúde mental, filas para alimentação, ausência de equipes de abordagem e

mortalidade por exposição ao frio - quadro demonstrado por inspeções judiciais, dados do SUS e do SUAS e relatórios de conselhos e organizações da sociedade civil. O MP requer:

(i) elaboração de plano intersetorial (Saúde, Assistência Social, Habitação, Segurança Alimentar), com governança, metas anuais e indicadores verificáveis;

(ii) criação imediata de 1.000 vagas emergenciais com padrões mínimos de atendimento (higiene, alimentação, acessibilidade);

(iii) realização de audiências públicas e instituição de monitor independente com relatórios trimestrais;

(iv) aplicação de multa diária por descumprimento. Os réus alegam violação à separação dos poderes e à reserva do possível, afirmam contingenciamento orçamentário da LOA, ausência de previsão no PPA/LDO e defendem que a política pública é discricionária. Anexam planilhas genéricas sem demonstrar esgotamento de fontes, análise de priorização ou proposta alternativa.

O juízo defere a tutela provisória para criação de centros emergenciais e a apresentação de um plano estruturante, em 60 dias, com fases, metas, indicadores e governança, rejeitando pedidos que impliquem detalhamento microgestor de rubricas, e privilegiando resultados mínimos, mecanismos de controle e diálogo institucional. À luz da jurisprudência constitucional sobre direitos sociais, do enfoque dos remédios estruturais e da proibição de proteção insuficiente, assinala a afirmativa correta.

a) A separação dos poderes veda ao Judiciário impor prestações positivas em políticas públicas e a "reserva do possível" constitui óbice absoluto, sobretudo quando a LOA aponta contingenciamento, dispensando o Executivo de demonstrar alternativas.

b) A intervenção judicial é legítima para assegurar o mínimo existencial diante de omissão inconstitucional exigindo prova qualificada da impossibilidade orçamentária e privilegiando ordens estruturais dialogadas que fixam resultados e evitam

c) A ação civil pública não é instrumento adequado para tutela de direitos sociais, demandando o uso de injunção ou de ação direta para o controle de políticas públicas, sob pena de indevida judicialização do orçamento e violação do federalismo cooperativo.

d) A reserva do possível afasta a exigibilidade de prestações sociais mínimas sempre que o ente comprovar contingenciamento na LOA, sendo dispensável examinar realocação, prioridades, fontes alternativas e impactos distributivos das escolhas públicas.

e) A atuação judicial somente é válida se discriminar rubrica por rubrica na LOA e impõe realocação específica, sob pena de inefetividade, sendo insuficientes ordens estruturais com metas e indicadores para controlar omissões em políticas sociais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Processos estruturais e políticas Públicas.

A alternativa A está incorreta. Pois o Poder Judiciário ao impor prestações positivas aos entes públicos, para garantir o atendimento às políticas públicas conforme determinado no tema. Nº 698 do STF (informativo nº 1101), vejamos: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado[...]”

A alternativa B está correta. O STF em julgado da ADPF Nº 976 considerou que “ CONSTITUCIONAL. REFERENDO DE MEDIDA CAUTELAR EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL. OMISSÕES DO PODER PÚBLICO QUE RESULTAM EM UM POTENCIAL ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL. OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL 7.053/2009, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, INDEPENDENTEMENTE DE ADEÇÃO FORMAL POR PARTES DOS ENTES FEDERATIVOS. NECESSIDADE DE UM DIAGNÓSTICO PORMENORIZADO QUE SUBSIDIE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO E DE MONITORAMENTO PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. FIXAÇÃO DE PARÂMETROS MÍNIMOS DE ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO ÂMBITO DAS ZELADORIAS URBANAS E NOS ABRIGOS DE SUA RESPONSABILIDADE. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA 1. O quadro grave de omissões do Poder Público, que resulta em um potencial estado de coisas inconstitucional, viabiliza a atuação desta SUPREMA CORTE para impor medidas urgentes necessárias à preservação da dignidade da pessoa humana e à concretização de uma sociedade livre, justa e solidária [...]”. Portanto, a intervenção judicial é legítima para assegurar o mínimo existencial diante de omissão inconstitucional.

A alternativa C está incorreta. Pois o Ministério Público pode intentar ACP em casos de violação e tutela dos Direitos Sociais como por exemplo, no caso previsto pela Súmula 673 do STF: “ O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade do reajuste de mensalidades escolares”. Portanto, é plenamente possível a ACP nesses casos para fazer valer as políticas públicas.

A alternativa D está incorreta. A reserva do possível não afasta a prestação da exigibilidade de prestações sociais mínimas sempre que o ente comprovar contingenciamento na LOA deve-se garantir sempre o mínimo existencial.

A alternativa E está incorreta. O STF, através do já citado tema 698, decidiu que como “ 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado” (STF, tema 698). Então não é somente válida se, discriminar rubrica por rubrica na LOA e impõe realocação específica, como aponta a alternativa.

QUESTÃO 59. Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), constatou-se sobrepreço e medições fictícias em contratos de urbanização. O TCE aplicou multa e determinou ressarcimento ao erário pelos responsáveis. No âmbito interno da Administração, a Controladoria instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que resultou em demissão

de um engenheiro e suspensão de outro, com base em infrações disciplinares e violação a deveres funcionais.

Com base nos mesmos fatos, o Ministério Público propôs ação de improbidade administrativa, requerendo ressarcimento ao erário, aplicação de multa civil, perda da função e suspensão dos direitos políticos. Em paralelo, foi ajuizada ação penal por peculato e fraude à licitação.

Na esfera criminal, o prefeito foi absolvido por negativa de autoria – testemunhas e perícia indicaram que não participou das medições -, enquanto os engenheiros foram absolvidos por insuficiência probatória, em razão das lacunas nos laudos e contradições nos depoimentos.

Na ação de improbidade, as defesas alegaram:

(i) ocorrência de *bis in idem*, sob o argumento de que já houve sanções aplicadas pelo TCE e pelo PAD; e

(ii) existência de coisa julgada penal, para impedir o prosseguimento da ação civil.

O juízo deve decidir se as sanções aplicadas nas esferas de contas e disciplinar obstam a aplicação de novas sanções por improbidade e se as absolvições na esfera penal produzem efeitos vinculantes na esfera cível.

Considerando a Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), o art. 935 do Código Civil e a dogmática do processo sancionatório, assinale a afirmativa correta.

a) As punições aplicadas pelo TCE e pelo PAD tornam desnecessária e vedada a ação de improbidade administrativa, pois a Constituição adotaria unicidade sancionatória; a coexistência de sanções por um mesmo fato violaria o devido processo legal material e configuraria *bis in idem* sempre que houvesse dupla resposta estatal.

b) A sentença penal absolutória, qualquer que seja o fundamento – inclusive por insuficiência de provas -, tem eficácia vinculante plena nas demais esferas, impedindo a responsabilização civil ou por improbidade e invalidando decisões do TCE e do PAD que concluam em sentido diverso sobre autoria e materialidade.

c) A responsabilização civil por improbidade administrativa, pressupõe condenação penal transitada em julgado pelos mesmos fatos; sem o juízo criminal condenatório, o processo de improbidade restaria suspenso ou extinto, dada a primazia lógica da jurisdição penal sobre as demais.

d) As sanções aplicadas pelo TCE e pelo PAD impedem novas sanções por improbidade quando recaem sobre o mesmo fato, independentemente do fundamento normativo; por outro lado, a absolvição penal por insuficiência de provas vincula as esferas civil e administrativa, já que pacificaria a inexistência de dolo ou culpa dos agentes.

e) As instâncias são independentes, porém comunicantes: nem o TCE nem o PAD bloqueiam a responsabilização por improbidade, desde que se evite *bis in idem* material; a absolvição penal por inexistência do fato ou negativa de autoria projeta-se sobre as demais esferas, ao passo que

a absolvição por insuficiência probatória não impede, por si só, a responsabilização civil ou por improbidade, exigindo-se, na Lei de Improbidade Administrativa verificação autônoma de seus pressupostos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. As punições aplicadas pelo TCE e pelo PAD não afastam a possibilidade de responder por ação de improbidade administrativa, diante da independência das instâncias. CC, “Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”. Lei 8.112/90, “Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.”. Lei 8.429 - Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe: [...] § 5º Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos desta Lei”. STJ: “2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, diante da independência das esferas criminal e administrativa, somente haverá repercussão, no processo administrativo, quando a instância penal manifestar-se pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no RMS 62.007/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/04/2020).”.

A alternativa B está incorreta. A insuficiência probatória não vincula as demais esferas. Apenas a absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria vincula as demais esferas. STJ: “2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, diante da independência das esferas criminal e administrativa, somente haverá repercussão, no processo administrativo, quando a instância penal manifestar-se pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no RMS 62.007/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/04/2020).”.

A alternativa C está incorreta. Pela independência de instâncias, a ação de improbidade não depende de sentença penal transitada em julgado pelo mesmo fato.

A alternativa D está incorreta. A absolvição penal por insuficiência de provas não vincula as demais esferas (cível e administrativa).

A alternativa E está correta. De fato, apesar de independentes, as esferas se comunicam. Lei 8.429 - Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe: [...] § 5º Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos desta Lei”. CC, “Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”. Lei 8.112/90, “Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.”. STJ: “2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, diante da independência das esferas criminal e administrativa, somente haverá repercussão, no processo administrativo, quando a instância penal manifestar-se pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no RMS 62.007/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/04/2020).”.

QUESTÃO 60. Caio, diretor de Fundação voltada para a área educacional, foi citado em sede de ação civil pública ajuizada contra si pelo Ministério Público Estadual.

No pedido, o Parquet requereu a destituição de seu cargo e sua indenização por danos materiais e morais, em razão de atos ilícitos praticados durante sua gestão.

Em sua peça de bloqueio, entre outras defesas, Caio aduziu a nulidade do processo judicial, em razão do fato de não ter sido notificado em sede de inquérito policial.

Considerando as regras atinentes ao Inquérito Civil Público em vigor, e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o processo judicial em questão é nulo, visto que a falta de notificação do investigado, em sede de inquérito civil, viola o princípio do contraditório e da ampla defesa.

b) as provas produzidas em sede de inquérito civil público, durante investigação do Parquet, têm validade absoluta e não necessitam de repetição em juízo.

c) a falta de notificação no curso do inquérito civil público não tem o condão de macular o processo judicial, visto que, em juízo, é assegurado o exercício do contraditório.

d) a falta de notificação do investigado, em sede de inquérito civil, enseja responsabilização do membro do Ministério Público, por ofensa ao contraditório.

e) nulidades constatadas no trâmite do inquérito civil público sempre contaminam a ação civil pública, cujos pedidos deverão ser julgados improcedentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Inquérito Civil Público.

A alternativa A está incorreta. O processo judicial não é afetado pela nulidade do inquérito civil, uma vez que no curso da demanda é assegurado o contraditório e a ampla defesa. STJ: “2.1. Inocorrência de nulidade do processo em virtude da ausência de notificação do ora recorrente para o inquérito civil público - tendo sido notificada tão somente a pessoa jurídica da fundação - uma vez que as nulidades do inquérito civil não contaminam, necessariamente, a futura ação civil pública, uma vez que são assegurados o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa no curso da demanda. Precedentes. (REsp n. 1.602.029/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/3/2020, DJe de 23/3/2020.)”.

A alternativa B está incorreta. Não há validade absoluta das provas obtidas em inquérito civil, diante da ausência de contraditório e ampla defesa desta fase.

A alternativa C está correta. É o que prevê o seguinte precedente do STJ: STJ: “2.1. Inocorrência de nulidade do processo em virtude da ausência de notificação do ora recorrente para o inquérito civil público - tendo sido notificada tão somente a pessoa jurídica da fundação - uma vez que as nulidades do inquérito civil não contaminam, necessariamente, a futura ação civil pública, uma vez que são assegurados o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa no curso da demanda. Precedentes.

(REsp n. 1.602.029/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/3/2020, DJe de 23/3/2020.)”.

A alternativa D está incorreta. Não há responsabilidade do Membro do Ministério Público pela falta de notificação, considerando que não há garantia do contraditório nesta fase.

A alternativa E está incorreta. Não contaminam, como regra, a ação civil pública, nos termos da jurisprudência do STJ: “5. O inquérito civil, como peça informativa, tem por fim embasar a propositura da ação, que independe da prévia instauração do procedimento administrativo. Eventual irregularidade praticada na fase pré-processual não é capaz de inquinar de nulidade a ação civil pública, assim como ocorre na esfera penal, se observadas as garantias do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. (REsp 1119568/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 23/09/2010).”.

QUESTÃO 61. O Ministério Público ajuizou ação civil pública, em desfavor de determinada drogaria, apontando ilegalidades na conduta da pessoa jurídica. No decorrer do processo, o órgão responsável pela fiscalização do exercício da profissão de farmacêutico protocolou pedido de assistência.

Nesse cenário, considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- a) não se admite assistência em processos vinculados à Lei nº 7.347/1985, lei de ação civil pública.**
- b) qualquer interesse, econômico ou jurídico, autoriza a postulação de assistência em sede de ação civil pública.**
- c) o interesse jurídico indireto, reflexivo, é suficiente para autorizar a intervenção processual de assistência.**
- d) a assistência litisconsorcial exige a comprovação do interesse jurídico direto do pretenso assistente.**
- e) o Ministério Público deveria, desde o início, ter incluído o órgão responsável pela fiscalização no polo passivo da demanda.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre assistência litisconsorcial ulterior.

A alternativa A está incorreta. O Art. 5º, § 2º da LACP prevê expressamente que o Poder Público e associações legitimadas podem habilitar-se como assistentes de qualquer das partes. Portanto, a assistência é plenamente admitida.

A alternativa B está incorreta. A regra é o interesse jurídico. A intervenção anômala somente será admitida quando expressamente autorizado.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STJ é rigorosa quanto à intervenção em ACPs, buscando evitar que o processo coletivo se torne um emaranhado de interesses particulares.

A alternativa D está correta. Consoante a previsão do art. 5º, §5º da LACP: “§ 5.º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei”. Conforme explica o professor Rodrigo Vaslin, a doutrina e a jurisprudência permite que ocorra com qualquer outro legitimado.

A alternativa E está incorreta. O MP processa quem comete a ilegalidade (a drogaria). O órgão de fiscalização entra se quiser ajudar (assistência) ou se tiver responsabilidade solidária, mas não é um dever inicial do MP em todos os casos. Logo, não há obrigatoriedade de incluir o órgão fiscalizador no polo passivo (como réu).

QUESTÃO 62. Após regular instrução de inquérito civil público, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública em desfavor do Município Alfa, a fim de compeli-lo a realizar obras de saneamento básico.

Considerando a legislação em vigor e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o Ministério Público Estadual não possui atribuição para ajuizar ação civil pública cujo objeto seja saneamento básico, atando-se de matéria de competência da Justiça Federal.

b) descabe o ajuizamento de ação civil pública visando a compelir o Município a realizar obras de saneamento básico, por se tratar de ato discricionário do Chefe do Poder Executivo local.

c) questões envolvendo saneamento básico não podem ser objeto de ações judiciais, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

d) admite-se ação civil pública destinada à implementação de saneamento básico, para assegurar a consecução dos direitos da coletividade.

e) a responsabilidade pelo saneamento básico é, principalmente, estadual, cabendo aos estados planejar, regular, fiscalizar e prestar os serviços, motivo pelo qual há ilegitimidade passiva na demanda ajuizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre direito difuso.

A alternativa A está incorreta. O MP Estadual é plenamente competente. Não é caso de competência exclusiva da Justiça Federal.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de ato discricionário absoluto quando há violação de deveres constitucionais.

A alternativa C está incorreta. O princípio da Separação de Poderes não serve como escudo para a ineficiência estatal em garantir o "mínimo existencial". Se o Estado ignora a lei e a Constituição, o Judiciário deve intervir para restabelecer a legalidade.

A alternativa D está correta. O saneamento básico é direito difuso intimamente ligado à saúde pública e ao meio ambiente equilibrado. Ainda, consoante a Súmula 601 do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público. STJ. Corte Especial. Aprovada em 07/02/2018, DJe 14/02/2018."

A alternativa E está incorreta. O saneamento básico é serviço público de interesse local (art. 8º, I, Lei 14.026/2020). Portanto, o Município Alfa é a parte legítima para figurar no polo passivo.

QUESTÃO 63. O Ministério Público ajuizou ação civil pública na qual requer que seja determinado pelo Juízo a condenação dos responsáveis pela Fazenda Alfa a reparação de danos materiais e morais coletivos decorrentes de lesão ao patrimônio cultural e ecológico. Consta da inicial que vários espaços da Fazenda Alfa reconhecida como exemplar rural de arquitetura tradicional, foram depredados. À luz da legislação vigente e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta a respeito do caso descrito.

a) Descabe ao Judiciário intervir em propriedade privada, devendo a ação civil pública ajuizada ser extinta sem julgamento do mérito.

b) Na hipótese de surgirem dúvidas sobre a efetiva existência de danos ao imóvel, no curso da demanda, deve ser aplicado o princípio *in dubio pro* propriedade privada.

c) A ação civil pública deveria ter sido ajuizada apenas em desfavor do Município, por ser o órgão com atribuição para a fiscalização do patrimônio cultural e ecológico.

d) É incabível a ação civil pública, devendo o Ministério Público solicitar providências do Município que impeçam a deterioração do bem, sob pena de violação à separação dos poderes.

e) A degradação do patrimônio cultural é um tipo de poluição, adotando-se, para tanto, o regime da responsabilidade civil objetiva, sendo cabível a condenação por dano moral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Meio Ambiente Cultural.

A alternativa A está incorreta. É dever do Judiciário agir, quando acionado, para garantir a propriedade privada, pois esta precisa cumprir sua função social, o que incluir a proteção ao meio ambiente. De acordo com artigos 182, caput e § 2º, e 186, II, da CF: "Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo

ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”; e “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;”.

A alternativa B está incorreta. Na dúvida, aplica-se o princípio do in dubio pro natura, ou seja, prioriza-se a proteção ao meio ambiente. O direito a um meio ambiente equilibrado é direito constitucional garantido pelo artigo 225 da CF: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”.

A alternativa C está incorreta. As obrigações ambientais têm natureza propter rem, de solidariedade solidária. Conforme entende o STJ: “A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e solidária. E, nos casos em que o Poder Público concorre para o prejuízo por omissão, a sua responsabilidade solidária é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência).” (STJ. 2ª Turma. AREsp 1.756.656-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/10/2022).

A alternativa D está incorreta. É sim cabível a ação civil pública no caso, pois um de seus objetivos é justamente preservar a garantia à proteção do meio ambiente. De acordo com o artigo 1º, inciso I, da Lei 7.347/85: “Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente;”.

A alternativa E está correta. O conceito de meio ambiente não se restringe ao meio ambiente natural. De acordo com o STF, tem-se, também, o meio ambiente cultural, meio ambiente artificial e meio ambiente do trabalho. Vejamos: “Essa asserção torna certo, portanto, que a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente – tal como adverte PAULO DE BESSA ANTUNES (“Direito Ambiental”, p. 63, item n. 2.1, 7ª ed., 2004, Lumen Juris) – que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a “defesa do meio ambiente” (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral, consoante ressalta o magistério doutrinário (CELSO ANTÔNIO PACHECO FIORILLO, “Curso de Direito Ambiental Brasileiro”, p. 20/23, item n. 4, 6ª ed., 2005, Saraiva; JOSÉ AFONSO DA SILVA, “Direito Ambiental Constitucional”, p. 21/24, itens ns. 2 e 3, 4ª ed./2ª tir., 2003, Malheiros; JOSÉ ROBERTO MARQUES, “Meio Ambiente Urbano”, p. 42/54, item n. 4. 2005, Forense Universitária, v.g.). (STF. ADI 3540-MC. Min. Rel. Celso de Mello. 01/09/2005).”. Portanto, a degradação do patrimônio cultural é sim um tipo de poluição, sendo-lhe aplicadas as mesmas características da responsabilidade civil ambiental, ou seja, é uma responsabilidade objetiva e solidária. De acordo com o STJ: “A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e solidária. E, nos casos em que o Poder Público concorre para o prejuízo por omissão, a sua responsabilidade solidária é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência).” (STJ. 2ª Turma. AREsp 1.756.656-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/10/2022).

QUESTÃO 64. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 classifica a educação como um direito fundamental de natureza social. O exercício desse direito é regido pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214 da Constituição, devendo sua interpretação estar relacionada aos demais direitos sociais, como saúde, alimentação, trabalho, moradia e segurança, entre outros. Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Decisão judicial, ainda que voltada à viabilização de educação inclusiva, não deve interferir nas decisões da administração pública, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

b) Constitui dever dos entes privados assegurar a oferta de educação inclusiva, mediante atendimento educacional especializado, para alunos com necessidades especiais.

c) Conferir acesso à educação inclusiva é dever estatal, não sendo possível compelir a iniciativa privada e os agentes econômicos que prestam serviços educacionais a fazê-lo.

d) Não é possível, em sede de ação civil pública, compelir a administração pública a viabilizar a educação inclusiva, pois isso dependeria de dotação orçamentária.

e) Não compete ao Poder Judiciário se imiscuir na implementação de políticas públicas voltadas à institucionalização do atendimento educacional especializado, por ser matéria própria da discricionariedade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

A alternativa A está incorreta. O STF já decidiu pela constitucionalidade da Lei 13.146/2015 e do ensino inclusivo. Não há de se falar em violação à separação de poderes. Vejamos: “1. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência concretiza o princípio da igualdade como fundamento de uma sociedade democrática que respeita a dignidade humana. 2. À luz da Convenção e, por consequência, da própria Constituição da República, o ensino inclusivo em todos os níveis de educação não é realidade estranha ao ordenamento jurídico pátrio, mas sim imperativo que se põe mediante regra explícita. 3. Nessa toada, a Constituição da República prevê em diversos dispositivos a proteção da pessoa com deficiência, conforme se verifica nos artigos 7º, XXXI, 23, II, 24, XIV, 37, VIII, 40, § 4º, I, 201, § 1º, 203, IV e V, 208, III, 227, § 1º, II, e § 2º, e 244. (...) 6. É somente com o convívio com a diferença e com o seu necessário acolhimento que pode haver a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, em que o bem de todos seja promovido sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, I e IV, CRFB). 7. A Lei nº 13.146/2015 indica assumir o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também as particulares deverão pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades que o direito fundamental à educação possui e que são densificadas em seu Capítulo IV.” (STF. Plenário. ADI 5357 MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016).

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 28, X, e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.”

A alternativa C está incorreta. Vide comentários das letras A e B.

A alternativa D está incorreta. É sim possível a utilização de ação civil pública, pois se trata de um direito difuso. Conforme art. 1º, IV, da Lei 7.347/85: “Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.”

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da letra A.

QUESTÃO 65. Diversos institutos de pesquisa vêm, ao longo dos anos, realizando estudos sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil. Uma pesquisa recente estimou que 12% da população adulta brasileira se identifica como integrante dessa comunidade, o que representaria cerca de 19 milhões de pessoas. O mapeamento considerou adultos que se autodeclararam como parte da comunidade, como pessoas assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que declarado

a) O local de cumprimento de pena para pessoas transexuais e travestis deve corresponder ao sexo de nascimento.

b) O agendamento de consultas e exames junto ao SUS dependem do gênero da pessoa, como declarado em documento oficial.

c) Transexuais femininas, se operadas, podem cumprir pena em presídios femininos, devendo os travestis cumprir pena em presídios masculinos.

d) A jurisprudência reconhece o direito ao uso do nome social em documentos oficiais para pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual.

e) O Supremo Tribunal Federal não equiparou o crime de homofobia ao crime de racismo e o de transfobia ao crime de injúria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Direitos da População LGBTQIAPN+ no Brasil.

A alternativa A está incorreta. Conforme decidido pelo STJ no julgamento do HC 861.817-SC: “É dever do Judiciário indagar à pessoa autodeclarada parte da população transexual acerca da preferência pela custódia em unidade feminina, masculina ou específica, se houver, e, na unidade escolhida, preferência pela detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas.” (STJ. 6ª Turma. HC 861.817-SC, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), julgado em 6/2/2024). Nesse mesmo sentido é o artigo 7º, § 1º-A, da Resolução 348/2020 do CNJ: “§ 1º-A. A possibilidade de manifestação da preferência quanto ao local de privação de liberdade e de sua alteração deverá ser informada expressamente à pessoa pertencente à população LGBTI no momento da autodeclaração.”

A alternativa B está incorreta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADPF 787: “O Ministério da Saúde, em observância aos direitos à dignidade da pessoa humana, à saúde e à igualdade (arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, e 6º, caput, CF/88), deve garantir atendimento médico a pessoas transexuais e travestis, de acordo com suas necessidades biológicas, e acrescentar termos inclusivos para englobar a população transexual na Declaração de Nascido Vivo (DNV) de seus filhos.” (STF. Plenário. ADPF 787/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/10/2024).

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa D está correta. Conforme fixado pelo STF no Tema 761 de Repercussão Geral: “I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; II) Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo 'transgênero'; III) Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial; IV) Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar de ofício ou a requerimento do interessado a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.” (STF. Plenário. RE 670422/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 15/8/2018 (repercussão geral)).

A alternativa E está incorreta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADO 26/DF: “1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); (...).” (STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019).

QUESTÃO 66. Leia o trecho a seguir: “A população em situação de rua tem aumentado significativamente no país. Ela é definida como um grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, a interrupção ou fragilização dos vínculos familiares e a inexistência de moradia convencional, Dados do Cadastro Único demonstram que, em dezembro

de 2022, 236.400 pessoas encontravam-se em situação de rua no Brasil estando cadastradas no Cadastro Único, ou seja, 1 a cada 1.000. Quanto à distribuição no território, 3.354 dos municípios brasileiros tinha, pelo menos, uma pessoa em situação de rua, o que corresponde a 64% do total de municípios do país.” (Adaptado de https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf). Com base na legislação vigente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) É possível a decisão determinando a prisão preventiva baseada unicamente na condição de rua de uma pessoa, em razão do risco de fuga para local incerto.

b) A remoção de ocupantes irregulares de área pública caracteriza violação à ADPF 976, por equiparar tais ocupantes à população em situação de rua.

c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal determina que os Municípios garantam a segurança dos bens das pessoas em situação de rua nos abrigos institucionais, excluída à proteção de seus animais.

d) Ações de zeladoria urbana visando à limpeza da cidade e ao saneamento dispensam prévia divulgação de dia, local e hora, ainda que envolvam pessoas em situação de rua.

e) Em casos que envolvam pessoas em situação de rua, devem ser priorizadas medidas cautelares diversas da prisão, quando possível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Direitos da População em Situação de Rua.

A alternativa A está incorreta. Não é possível determinar a prisão preventiva de alguém, baseando-se o juiz unicamente na condição de rua da pessoa. De acordo com entendimento do STJ: “Não cabe a decretação de prisão preventiva amparada apenas na ausência de localização do réu, sem a demonstração de outros elementos que justifiquem a necessidade da segregação cautelar.” (STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 170.036-MG, Rel. Min. João Batista Moreira (Desembargador convocado do TRF da 1ª Região), julgado em 21/11/2023). Nesse mesmo sentido: “Na análise do cabimento da prisão preventiva de pessoas em situação de rua, além dos requisitos legais previstos no Código de Processo Penal, o magistrado deve observar as recomendações constantes da Resolução n. 425 do CNJ, e, caso sejam fixadas medidas cautelares alternativas, aquela que melhor se adequa a realidade da pessoa em situação de rua.” (STJ. 6ª Turma. HC 772.380-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 08/11/2022).

A alternativa B está incorreta. Ocupantes irregulares de área pública não se equiparam à População em Situação de Rua. São perfis de identificação completamente diferentes. Não existe tal equiparação em nenhum trecho da jurisprudência do STF (ADPF 976).

A alternativa C está incorreta. Conforme decidido pelo STF no bojo da ADPF 976: “Diante do exposto, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999 e no art. 21, V, do RISTF, CONCEDO PARCIALMENTE A CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, TORNANDO OBRIGATÓRIA a observância pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, imediata e independentemente de adesão formal, das diretrizes contidas no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para

a População em Situação de Rua e DETERMINO, respeitadas as especificidades dos diferentes grupos familiares e evitando a separação de núcleos familiares: (...) (II) Aos PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E DISTRITAL, bem como onde houver atuação, aos PODERES EXECUTIVOS FEDERAL E ESTADUAIS que, no âmbito de suas zeladorias urbanas e nos abrigos de suas respectivas responsabilidades: II.1) Efetivem medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua dentro dos abrigos institucionais existentes; II. 2) Disponibilizem o apoio das vigilâncias sanitárias para garantir abrigo aos animais de pessoas em situação de rua;” (STF. Plenário. ADPF 976 MC-Ref/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 22/8/2023).

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STF no bojo da ADPF 976: “Diante do exposto, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999 e no art. 21, V, do RISTF, CONCEDO PARCIALMENTE A CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, TORNANDO OBRIGATÓRIA a observância pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, imediata e independentemente de adesão formal, das diretrizes contidas no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e DETERMINO, respeitadas as especificidades dos diferentes grupos familiares e evitando a separação de núcleos familiares: (...) (II) Aos PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E DISTRITAL, bem como onde houver atuação, aos PODERES EXECUTIVOS FEDERAL E ESTADUAIS que, no âmbito de suas zeladorias urbanas e nos abrigos de suas respectivas responsabilidades: (...) II.5) No âmbito das zeladorias urbanas: II.5.1) Divulguem previamente o dia, o horário e o local das ações de zeladoria urbana nos seus respectivos sites, nos abrigos, e outros meios em atendimento ao princípio da transparência dos atos da administração pública permitindo assim que a pessoa em situação de rua recolha seus pertences e que haja a limpeza do espaço sem conflitos; (...)” (STF. Plenário. ADPF 976 MC-Ref/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 22/8/2023).

A alternativa E está correta. Conforme art. 19, caput e § 1º, da Resolução 425/2021 do CNJ: “Art. 19. Observar-se-á, quando da determinação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, aquela que melhor se adequa à realidade da pessoa em situação de rua, em especial quanto à sua hipossuficiência, proporcionalidade da medida diante do contexto e trajetória de vida, além da possibilidade de cumprimento, evitando-se a aplicação de múltiplas medidas cautelares concomitantemente, para garantir que alcancem a sua finalidade. § 1º Presentes os critérios de necessidade e adequação do art. 282 do Código de Processo Penal, na determinação da medida cautelar adequada ao caso concreto e à pessoa custodiada, deve-se analisar a função e proporcionalidade da medida diante do contexto de vida da pessoa, evitando-se a prisão preventiva apenas em razão da situação de rua e a aplicação cumulativa de medidas cautelares.”

QUESTÃO 67. O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Município Beta, visando à adequação dos logradouros públicos às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência. O Ministério Público argumenta que há omissão do Poder Público em implementar as medidas necessárias, restando demonstrado no inquérito civil público que, há anos, diversos logradouros municipais não atendem às regras que protegem os direitos das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) Não cabe ao Poder Judiciário interferir nas políticas públicas e na gestão da Administração, não se enquadrando as normas de acessibilidade dentre as excepcionalidades legalmente previstas para intervenção do Poder Judiciário.

b) A construção, ampliação ou reforma de edifícios privados, destinados ao uso coletivo devem ser acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

c) No caso apresentado, pode ser afastada a pretensão autoral caso demonstrado, pelo ente federativo, que inexistente previsão orçamentária, aduzindo-se a reserva do possível.

d) O Município pode, com base no princípio do mínimo existencial, organizar setores da cidade que obedeçam às regras de acessibilidade, não sendo necessário que haja cobertura integral.

e) Descabe a concessão de tutela de urgência na ação civil pública descrita, visto que, para tanto, é necessária a demonstração de dolo por parte do agente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Direitos das Pessoas com Deficiência.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 698 de Repercussão Geral do STF: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. (...)”.

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 56 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “Art. 56. A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis.”. No mesmo sentido, é a Tese 6 do Jurisprudência em Teses nº 100 do STJ: “6) É cabível a ação civil pública que objetiva obrigação de fazer a fim de garantir acessibilidade nos prédios públicos ou privados às pessoas com deficiência.”

A alternativa C está incorreta. O RE 440028/SP, julgado pelo STF em 2013, definiu que o Poder Judiciário pode obrigar o Estado a adaptar edifícios públicos para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência, superando argumentos de “reserva do possível”. Vejamos: “A CF/88 e a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência asseguram o direito dos portadores de necessidades especiais ao acesso a prédios públicos, devendo a Administração adotar providências que o viabilizem. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes.” (STF. 1ª Turma. RE 440028/SP, rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 29/10/2013).

A alternativa D está incorreta. O objetivo da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) é a acessibilidade total, com cobertura integral. O Município não pode alegar a reserva do possível como justificativa para não proporcionar cobertura integral às regras de acessibilidade. Conforme seu artigo 57: “Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.”. Vide comentário da letra C.

A alternativa E está incorreta. Não é necessário demonstrar dolo do agente público. Conforme art. 11 da Lei de Ação Civil Pública: “Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.”

QUESTÃO 68. As Unidades de Conservação (UCS) do Grupo de Proteção Integral podem obter recursos financeiros por meio de taxas de visitação, rendas próprias e compensação ambiental. A lei 9.985/2000 prevê que, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental pelo órgão ambiental competente - com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) -, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e a manutenção de unidades de conservação. Considerando a legislação que rege as UCs, as fontes de recursos financeiros e a compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos os recursos arrecadados por uma UC devem ser aplicados apenas na própria unidade que os gerou.**
- b) A compensação ambiental, prevista no licenciamento, deve corresponder a, pelo menos, 0,5% do custo do empreendimento.**
- c) O órgão ambiental licenciador não possui competência para indicar quais UCs receberão recursos da compensação ambiental.**
- d) A compensação ambiental só pode beneficiar UCs do Grupo de Proteção Integral, sendo vedada para UCs de Uso Sustentável.**
- e) O recurso arrecadado pelas UCs não pode ser utilizado para regularização fundiária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000).

A alternativa A está incorreta. É possível a aplicação em outras unidades. Conforme art. 35 da Lei de SNUC: “Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios: I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade; II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo; III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.”

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 36, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão

ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.” Aqui chamamos atenção do aluno para possibilidade de anulação da questão, pois apesar de o texto da alternativa está totalmente conforme o art. 36, § 1º, Lei 9.985/2000, tal dispositivo foi declarado inconstitucional pelo STF na ADI 3378, vejamos: “O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade das expressões indicadas no voto reajustado do relator, constantes do § 1º do artigo 36 da Lei nº 9.985, de 2000, vencidos, no ponto, o Senhor Ministro Marco Aurélio, que declarava a inconstitucionalidade de todos os dispositivos impugnados, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que propunha interpretação conforme, nos termos de seu voto.” (STF. ADI 3378. Min Rel Carlos Britto. Plenário, 09.04.2008).

A alternativa C está incorreta. É justamente o contrário: É competência do órgão ambiental licenciador indicar quais UCs receberão recursos da compensação ambiental. Conforme art. 36, § 2º, da Lei de SNU: “§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.”

A alternativa D está incorreta. De fato, a regra é essa; no entanto, existem sim exceções. De acordo com o art. 36, §§ 3º e 4º, da Lei de SNUC: “§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo. § 4º A obrigação de que trata o caput deste artigo poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal.”

A alternativa E está incorreta. É sim possível tal utilização. Conforme artigo 35, II, da Lei de SNUC: “Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios: II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;”. Nesse mesmo sentido, é o art. 33, I, do Decreto 4.340/2002: “Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade: I - regularização fundiária e demarcação das terras;”.

QUESTÃO 69. Um ex-secretário municipal consta como réu em ação de improbidade administrativa por suposto desvio de recursos públicos. O Ministério Público requer a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 5.000.000, correspondente ao montante do dano estimado.

O réu possui uma casa de família, aplicação em caderneta de poupança no valor de R\$ 25.000, veículos e cotas societárias de uma empresa.

O juiz, temendo a frustração da medida, decretou liminarmente a indisponibilidade de bens, antes da oitiva do réu.

A respeito do caso, com base na legislação aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

() A indisponibilidade de bens decretada liminarmente, sem a oitiva prévia do réu, é possível quando houve risco de frustração da medida, desde que demonstrada urgência no caso concreto.

() O bloqueio de valores não pode atingir os valores mantidos em caderneta de poupança até o limite de 40 salários-mínimos, em razão da proteção legal conferida a essa quantia.

() O imóvel residencial do réu, considerado bem de família, não poderá ser alcançado pela medida, salvo se comprovado que foi adquirido com recursos ilícitos.

As afirmativas são, de cima para baixo,

a) V - V - F.

b) V - F - V.

c) F - V - V.

d) V - F - F.

e) V - V - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre improbidade administrativa.

O item I está correto. É a disposição prevista no art. 16, §4º, da Lei 8.429/1992: § 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.

O item II está correto. É a disposição prevista no art. 16, §13º, da Lei 8.429/1992: “§ 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.”

O item III está correto. É a disposição prevista no art. 16, §14º, da Lei 8.429/1992: § 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei.

QUESTÃO 70. De acordo com a Lei nº 13.431/2017 assinale a afirmativa correta sobre os procedimentos de escuta especializada e depoimento especial.

a) A escuta especializada é realizada perante autoridade judicial ou policial, com finalidade probatória, devendo ser gravada em áudio e vídeo, enquanto o depoimento especial é conduzido

por profissionais da rede de proteção, apenas para garantir os direitos da criança ou do adolescente.

b) A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento, salvo quando o contato visual for considerado imprescindível para a garantia da ampla defesa do acusado.

c) A revitimização ocorre quando crianças e adolescentes são submetidos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos que os levam a reviver a violência sofrida, o pode configurar uma forma de violência institucional, praticada por órgãos públicos ou conveniados que, em vez de assegurar proteção, acabam reproduzindo práticas que causam sofrimento, estigmatização ou exposição indevida da vítima.

d) Tanto a escuta especializada quanto o depoimento especial têm natureza exclusivamente protetiva, não sendo possível a utilização de nenhum dos dois como prova em processo judicial.

e) O depoimento especial é realizado por qualquer pessoa da rede de proteção da criança e do adolescente, com registro apenas sumário, sem protocolos formais, mas com valor probatório garantido por lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a revitimização.

A alternativa A está incorreta. O depoimento especial, nos termos do art. 8º da Lei 13.431/17 “Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.” Nesse sentido, quem tem finalidade probatória é o depoimento especial, não a escuta especializada. Conforme o art. 7º da Lei 13.431/17 “Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.”.

A alternativa B está incorreta. A lei garante proteção integral da vítima, sem ressalva de contato visual para ampla defesa. O direito de defesa é assegurado por outros meios, sem expor a criança/adolescente.

A alternativa C está correta. Isso configura violência institucional, nos termos do Artigo 4º, inciso IV, da Lei 13.431/2017: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização”.

A alternativa D está incorreta. O depoimento especial tem sim valor probatório, pois é colhido em juízo. Vejamos: “Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.”

A alternativa E está incorreta. O depoimento especial é conduzido por profissionais capacitados, seguindo protocolos formais, e não por “qualquer pessoa” da rede. Vejamos: “Art. 12. O depoimento

especial será colhido conforme o seguinte procedimento: I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;"

QUESTÃO 71. Luana, solteira, deu à luz Caio em 2010. No termo de nascimento, consta apenas o nome da mãe, sem identificação do pai.

Em 2020, André procurou Luana para, voluntariamente reconhecer a paternidade de Caio, já que ele não tinha dúvidas de ser o pai biológico do menino, fruto do relacionamento eventual que tiveram em 2009. Diante da ausência de oposição materna, André realizou o reconhecimento voluntário de paternidade por escritura pública, a qual foi arquivada em cartório e posteriormente anotada no registro civil do menor.

Meses depois, André casou-se com Paula, passando o casal a conviver com Caio, o que gerou desentendimentos entre o casal, pois Paula sentia-se desconfortável com a presença do enteado. Em razão disso, André ajuizou ação de anulação do reconhecimento de paternidade, alegando ter sido induzido em erro, uma vez que não realizou exame genético que comprovasse a paternidade biológica.

Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) O reconhecimento de paternidade realizado por escritura pública é revogável a qualquer tempo, desde que haja motivo justo e superveniente, como erro ou mudança nas relações familiares.
- b) O reconhecimento de paternidade é ato irrevogável, sendo ineficaz qualquer tentativa de revogação posterior, inclusive por novo instrumento público ou testamento.
- c) O reconhecimento é ineficaz se não for homologado judicialmente, pois a escritura pública somente gera presunção relativa de filiação, sujeita à confirmação por sentença judicial.
- d) O reconhecimento de paternidade pode ser revogado quando comprovado que o reconhecedor foi induzido em erro essencial quanto à identidade biológica do filho, desde que não haja vínculo socioafetivo consolidado.
- e) O reconhecimento voluntário somente se torna irrevogável após a realização de exame genético conclusivo e a anuência expressa da mãe, sob pena de nulidade do ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do reconhecimento de paternidade.

A alternativa A está incorreta, pois o reconhecimento de um filho é, por lei, um ato irrevogável. Não pode ser desfeito por simples vontade posterior do declarante, mesmo que surjam novos fatos ou mudanças

nas relações familiares. A regra está expressa no Código Civil: “Art. 1.610. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento”.

A alternativa B está correta, pois reflete exatamente o princípio da irrevogabilidade do reconhecimento de paternidade. Uma vez realizado por um dos meios válidos previstos em lei — como a escritura pública utilizada por André —, o ato não pode ser desfeito, nos termos do artigo 1.610 do CC/2002, acima já transcrito. Adicionalmente, o meio utilizado por André (escritura pública) é um dos previstos em lei para o ato, conforme o mesmo diploma legal: “Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito: II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;”.

A alternativa C está incorreta, pois o reconhecimento de paternidade por escritura pública é um ato autônomo e plenamente eficaz por si só, não dependendo de homologação judicial para produzir seus efeitos. A escritura pública é um dos meios expressamente previstos em lei para formalizar o reconhecimento, nos termos do art. 1.609, transcrito na alternativa B.

A alternativa D está incorreta, pois confunde os conceitos de revogação e anulação. O ato de reconhecimento é irrevogável (vide transcrição do Art. 1.610 do CC/2002, na alternativa A). Embora a lei permita que o ato seja anulado se houver um vício de consentimento, a jurisprudência majoritária entende que a ausência de um exame de DNA prévio não configura, por si só, um erro que justifique a anulação, especialmente quando o reconhecimento foi feito de forma voluntária e consciente. O arrependimento posterior, motivado por desavenças familiares, não é causa para anular o ato. A possibilidade de anulação por vício está no Código Civil, mas sua aplicação é restrita: “Art. 1.604. Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”.

A alternativa E está incorreta, pois a lei não exige a realização de exame genético prévio, nem a anuência da mãe para que o reconhecimento voluntário de paternidade seja válido e irrevogável. O ato de reconhecimento é uma declaração de vontade unilateral do pai, que pode ser feita por qualquer um dos meios listados no Art. 1.609 do Código Civil, sem condicionantes.

QUESTÃO 72. A Lei nº 10.000/2010 regulamentava a concessão de incentivos fiscais a microempresas. Posteriormente, foi editada a Lei nº 12.000/2018, que passou a regular o mesmo tema, revogando expressamente a lei anterior.

Em 2022, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 12.000/2018, que perdeu a sua vigência. Diante desse cenário, um grupo de microempresários pleiteia novamente a aplicação da Lei nº 10.000/2010, sob o argumento de que, com a perda de vigência da lei revogadora, restabeleceu-se a vigência da lei originariamente revogada.

Diante da situação hipotética e à luz do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e da interpretação consolidada pela doutrina e jurisprudência, é correto afirmar que

a) a Lei nº 10.000/2010 foi automaticamente restaurada, pois a revogação da lei revogadora implica o retorno da lei anterior, salvo disposição expressa em contrário.

b) a Lei nº 10.000/2010 não pode ser restaurada automaticamente, salvo se a Lei nº 14.000/2022 determinasse expressamente a repristinação da norma anterior.

c) a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.000/2022 implica, por si só, a restauração automática da Lei nº 10.000/2010, independentemente de previsão legal.

d) a perda de vigência da Lei nº 14.000/2022, por decisão judicial, enseja a aplicação supletiva das disposições da Lei nº 10.000/2010 em razão do princípio da continuidade normativa.

e) a Lei nº 12.000/2018, por ter revogado integralmente a Lei nº 10.000/2010, impede qualquer possibilidade de repristinação, mesmo que haja disposição legal em sentido contrário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da LINDB.

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência da LINDB: “Art. 2º. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”.

A alternativa A está incorreta, pois o ordenamento jurídico brasileiro adota, como regra, o princípio da não repristinação. Isso significa que a simples revogação da lei revogadora não restaura automaticamente a vigência da lei que ela havia revogado. A alternativa descreve o oposto do que prevê a lei.

A alternativa B está correta, pois descreve com precisão a regra geral da repristinação no direito brasileiro. A Lei nº 10.000/2010, que foi revogada, não volta a vigorar automaticamente apenas porque a lei que a revogou (Lei nº 12.000/2018) perdeu sua vigência. Para que a lei antiga fosse restaurada, seria necessária uma nova lei que determinasse isso de forma expressa.

A alternativa C está incorreta, pois contraria a regra expressa na LINDB. A perda de vigência da lei revogadora, mesmo que por declaração de inconstitucionalidade, não é suficiente, por si só, para restaurar a lei anterior. A regra geral é a da não repristinação automática, sendo necessária uma disposição legal expressa para que a norma revogada volte a ter validade.

A alternativa D está incorreta, pois o fenômeno discutido não é a "aplicação supletiva", mas sim a "restauração da vigência" (repristinação). Não se trata de usar a lei antiga para complementar a nova, mas de discutir se a lei antiga volta a ser a norma principal e obrigatória sobre o tema. Além disso, o "princípio da continuidade normativa" não se aplica dessa forma para restaurar uma lei expressamente revogada.

A alternativa E está incorreta, pois afirma que a repristinação seria impossível em qualquer cenário. Isso é falso, pois a própria lei abre uma exceção à regra geral, permitindo que a lei revogada seja restaurada se houver uma "disposição em contrário", ou seja, uma nova lei que determine expressamente seu retorno.

QUESTÃO 73. A respeito da personalidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado e da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, à luz do Código Civil, da legislação correlata e da doutrina dominante, assinale a afirmativa correta.

a) A desconsideração da personalidade jurídica constitui sanção automática sempre que houver inadimplemento de obrigação pela pessoa jurídica, permitindo a responsabilização solidária dos sócios, independentemente de abuso de personalidade.

b) A teoria da personificação, adotada pelo Código Civil, reconhece a pessoa jurídica como sujeito de direitos distinto de seus membros, conferindo-lhe autonomia patrimonial e processual, salvo quando se tratar de sociedades limitadas, em que prevalece a responsabilidade pessoal dos sócios.

c) A desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do Código Civil, pressupõe o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, situações que demonstram o abuso da personalidade jurídica, sendo medida excepcional que exige decisão judicial fundamentada.

d) A desconsideração inversa da personalidade jurídica aplica-se exclusivamente às sociedades anônimas, permitindo que o patrimônio da sociedade seja atingido por dívidas de seus diretores, mesmo sem prova de abuso ou fraude.

e) A autonomia patrimonial da pessoa jurídica é princípio absoluto e intransponível do direito civil, não admitindo flexibilização, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica não é sanção automática, exige-se a instauração do incidente correspondente (salvo se requerida na petição inicial) e demonstração de abuso da personalidade jurídica. CC, “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, nas sociedades limitadas não prevalece a responsabilidade pessoal dos sócios. A responsabilidade, nestes casos, está vinculada ao limite das quotas sociais. CC, “Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”.

A alternativa C está correta. É o que prevê expressamente o art. 50 do Código Civil. CC, “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”.

A alternativa D está incorreta. A desconsideração inversa da personalidade jurídica pode ser aplicada a qualquer tipo societário, não se limita apenas às sociedades anônimas. Ainda, deverá observar os mesmos requisitos da desconsideração da personalidade jurídica, quais sejam, a instauração do incidente próprio (salvo se requerida na petição inicial) e a comprovação do abuso de personalidade jurídica. CPC, “Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo. [...] § 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.”

A alternativa E está incorreta. A autonomia patrimonial da pessoa jurídica não é princípio absoluto, justamente porque permite a desconsideração da personalidade jurídica.

QUESTÃO 74. Durante uma forte tempestade, Rogério, proprietário de uma fazenda, avista de sua janela que um raio atingiu a cerca elétrica próxima ao curral, provocando um curto-circuito e faíscas que rapidamente iniciam um incêndio na vegetação seca. O fogo ameaça atingir o galpão de máquinas da fazenda vizinha, pertencente a Helena, situado a cerca de cinquenta metros do local.

Para conter o avanço das chamas, Rogério decide, de forma imediata, derrubar com seu trator parte do muro da propriedade de Helena e utilizar o caminho resultante para passar o veículo com um tanque d’água, conseguindo assim conter o fogo.

Em razão do ocorrido, Helena ajuíza ação de reparação civil contra Rogério, alegando dano material pelo muro destruído e abuso no exercício do direito de defesa de sua propriedade.

Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta quanto à responsabilidade civil de Rogério.

a) Rogério cometeu ato ilícito, pois destruiu bem alheio de forma voluntária, sendo irrelevante que sua conduta tenha evitado danos maiores, já que o Código Civil não admite justificativas para a destruição de propriedade de terceiro.

b) Rogério não cometeu ato ilícito, pois exerceu legitimamente seu direito de defesa da propriedade, sendo irrelevante o fato de ter destruído bem pertencente a terceiro.

c) Rogério cometeu ato ilícito, mas é isento de responsabilidade civil, pois o estado de necessidade exclui o dever de indenizar, independentemente da extensão do dano causado ao bem de Helena.

d) Rogério não cometeu ato ilícito, pois agiu em estado de necessidade para remover perigo iminente, hipótese de exclusão de ilicitude, desde que se comprove que sua conduta era absolutamente necessária e não excedeu os limites do indispensável para evitar o dano.

e) Rogério praticou abuso de direito, pois, ao optar por destruir o muro de Helena, excedeu manifestamente os limites impostos pela boa-fé e pelos bons costumes, configurando ato ilícito, mesmo diante do perigo iminente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou dos atos jurídicos ilícitos.

A alternativa A está incorreta, pois, embora Rogério tenha destruído um bem de terceiro, o Código Civil prevê causas que excluem a ilicitude do ato. A destruição de propriedade alheia para remover um perigo iminente, como um incêndio, é uma dessas justificativas, conhecida como estado de necessidade. Portanto, a afirmação de que a lei não admite justificativas é falsa. O fundamento está no Código Civil: “Art. 188. Não constituem atos ilícitos: II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente”.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a conclusão de que Rogério não cometeu ato ilícito esteja correta, a justificativa está incompleta e imprecisa. O ato não é justificado por um simples "direito de defesa da propriedade", mas sim pela figura específica do estado de necessidade. Além disso, a destruição do bem de terceiro não é "irrelevante"; pelo contrário, é o fato central que, embora justificado, pode gerar o dever de indenizar o prejuízo causado a Helena, conforme o artigo 929 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois mistura conceitos. Se o ato foi praticado em estado de necessidade, ele não é considerado ilícito. A alternativa erra ao afirmar que Rogério "cometeu ato ilícito". Além disso, o estado de necessidade, embora exclua a ilicitude, não exclui o dever de indenizar o dono da coisa destruída, que não teve culpa pelo perigo. A obrigação de indenizar, mesmo em estado de necessidade, está prevista no Código Civil: “Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram”.

A alternativa D está correta, pois descreve perfeitamente a figura do estado de necessidade como excludente de ilicitude. A conduta de Rogério não é considerada um ato ilícito porque foi praticada com o objetivo de remover um perigo iminente (o incêndio). A alternativa também menciona corretamente os requisitos para a legitimidade do ato: que a ação seja absolutamente necessária e proporcional, sem exceder o indispensável para conter o risco. O fundamento legal para essa exclusão de ilicitude e seus requisitos está no Código Civil: “Art. 188. Não constituem atos ilícitos: II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo”.

A alternativa E está incorreta, pois a conduta de Rogério não configura abuso de direito. O abuso de direito, previsto no artigo 187 do Código Civil, ocorre quando o titular de um direito o exerce de forma excessiva, contrariando a boa-fé ou sua finalidade social. No caso, Rogério não estava exercendo um direito regular de forma abusiva; ele praticou um ato excepcional justificado por uma situação de perigo iminente.

QUESTÃO 75. A empresa Construtora Delta S.A. devia à fornecedora BetonMix Ltda. duas faturas distintas, referentes à compra de materiais de construção:

- **Fatura nº 101, no valor de R\$ 300.000,00, vencida e reconhecida como devida;**

- Fatura nº 202, no valor de R\$ 250.000,00, já quitada no mês anterior, mas cujo pagamento ainda constava em aberto no sistema contábil.

Por erro de seu departamento financeiro, a Construtora Delta pagou novamente a Fatura nº 202, acreditando tratar-se da Fatura nº 101. Ao receber o valor, a BetonMix, de boa-fé, entendeu que o pagamento se referia à fatura vencida e, por isso, inutilizou o título original da Fatura nº 101, dando quitação total da dívida e liberando a garantia bancária que assegurava o crédito.

Semanas depois, a Construtora Delta percebeu o erro e ajuizou ação de repetição de indébito contra a BetonMix, requerendo a devolução integral do valor pago indevidamente.

Com base no disposto no art. 880 do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A BetonMix fica isenta de restituir o pagamento indevido, porque recebeu o valor como parte de dívida verdadeira e, confiando na boa-fé do devedor, inutilizou o título e abriu mão das garantias, hipótese expressamente prevista no art. 880 do Código Civil.

b) A BetonMix é obrigada a restituir o valor pago em duplicidade, ainda que tenha inutilizado o título e renunciado à garantia, pois a boa-fé do credor não afasta o dever de restituição decorrente do pagamento indevido.

c) A BetonMix deve restituir metade do valor recebido indevidamente, pois o art. 880 do Código Civil apenas reduz a obrigação de restituição proporcionalmente às garantias perdidas pelo credor.

d) A BetonMix responde pela restituição simples do valor recebido, mas pode propor ação regressiva contra o banco garantidor para recompor as garantias liberadas.

e) A BetonMix deve restituir integralmente o valor indevido, porém a Construtora Delta perde o direito de exigir atualização monetária e juros, pois o erro foi exclusivamente seu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do pagamento indevido.

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência do Código Civil: “Art. 880. Fica isento de restituir pagamento indevido aquele que, recebendo-o como parte de dívida verdadeira, inutilizou o título, deixou prescrever a pretensão ou abriu mão das garantias que asseguravam seu direito; mas aquele que pagou dispõe de ação regressiva contra o verdadeiro devedor e seu fiador”.

A alternativa A está correta, pois descreve exatamente a exceção prevista no Código Civil para a regra do pagamento indevido. A BetonMix, agindo de boa-fé, recebeu um valor que, embora correspondesse a uma fatura já paga, foi interpretado como pagamento da dívida verdadeira e vencida (Fatura nº 101). Em consequência desse recebimento, a empresa sofreu um prejuízo ao inutilizar o título da dívida real e liberar as garantias que a asseguravam. Nessas circunstâncias, a lei protege o credor de boa-fé e o isenta do dever de restituir. O fundamento legal é o artigo 880 do Código Civil, que se aplica perfeitamente ao caso.

A alternativa B está incorreta, pois contraria diretamente o texto do artigo 880 do Código Civil. A boa-fé do credor, somada à inutilização do título ou à renúncia das garantias, é justamente a hipótese que afasta o dever de restituição. A lei cria essa exceção para não penalizar o credor que, confiando no pagamento recebido, se desfaz dos meios que tinha para cobrar a dívida real.

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 880 do Código Civil não prevê uma restituição parcial ou proporcional. A norma é clara ao estabelecer que o credor, preenchidos os requisitos, "fica isento de restituir", o que significa uma isenção total, e não uma simples redução da obrigação.

A alternativa D está incorreta por duas razões. Primeiro, ela parte da premissa falsa de que a BetonMix deve restituir o valor, o que é negado pelo artigo 880. Segundo, a ação regressiva mencionada na parte final do artigo 880 é um direito daquele que pagou indevidamente para cobrar do verdadeiro devedor, caso houvesse um. Como no cenário a própria Delta era a devedora, essa parte do artigo não se aplica, e certamente não confere à BetonMix o direito de acionar o banco cuja garantia ela mesma liberou.

A alternativa E está incorreta, pois, assim como as outras alternativas erradas, assume que a BetonMix tem o dever de restituir. Conforme o artigo 880, a empresa está isenta de devolver o valor principal. Portanto, a discussão sobre a perda do direito a juros e correção monetária pela Construtora Delta é irrelevante, já que não há obrigação de restituição por parte da BetonMix.

QUESTÃO 76. Miguel Jorge, proprietário de um terreno de 30.000 m², concedeu a Celina Stela o direito de superfície para a construção e a exploração exclusiva de um supermercado pelo prazo improrrogável de 20 anos.

A concessão foi formalizada por escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis e previa, entre outras cláusulas, as seguintes disposições:

- (i) em caso de transferência do direito de superfície a terceiros, Miguel teria direito ao recebimento de 20% do valor de mercado da transferência;**
- (ii) ao término do prazo contratual, todas as construções e benfeitorias reverteriam ao proprietário do terreno, com indenização integral;**
- (iii) caberia ao superficiário a responsabilidade pelo pagamento de tributos e encargos incidentes sobre o imóvel.**

Após sete anos de vigência, Celina transferiu o direito de superfície para Palavra Fácil Construtora e Incorporadora Ltda., que, sem consultar Miguel, alterou a destinação original do projeto e iniciou a construção de um complexo de estúdios residenciais, além de instalar um estacionamento subterrâneo, alegando que o subsolo seria inerente à concessão.

Miguel, inconformado, pretende ingressar em juízo buscando anular a transferência e a alteração de destinação.

Com base no regime jurídico do Direito de Superfície no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A transferência é válida, pois o direito de superfície é livremente transmissível, porém, a mudança de destinação autoriza a resolução antecipada, sendo vedado pagamento adicional ao proprietário.

b) A transferência realizada por Celina é nula, pois o direito de superfície é intransmissível sem autorização expressa do proprietário, conforme o princípio da rigidez do título constitutivo.

c) A construção de unidades residenciais viola a destinação pactuada, autorizando a resolução antecipada da concessão, mas a transferência do direito de superfície é inválida e eficaz, sendo exigível o pagamento do valor pactuado.

d) Tanto a transferência quanto a nova destinação são lícitas, pois a lei não restringe o uso do imóvel concedido por superfície, cabendo ao proprietário apenas receber as construções ao final do prazo.

e) A transferência depende da anuência do proprietário, mas a inclusão de subsolo é lícita, pois o direito de superfície abrange automaticamente as construções subterrâneas, ainda que não previstas no título constitutivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do direito de superfície.

A alternativa A está correta, pois aborda adequadamente os dois pontos centrais do caso. Primeiro, a transferência do direito de superfície é, em regra, permitida. Segundo, a mudança da destinação do imóvel pelo novo superficiário é uma infração que autoriza o proprietário a extinguir a concessão. A parte final, que veda o pagamento adicional ao proprietário pela transferência, também está correta, pois a lei proíbe expressamente a cobrança de qualquer valor por essa alienação. A cláusula contratual que previa o pagamento de 20% a Miguel é, portanto, nula. O fundamento legal encontra-se no Código Civil: “Art. 1.372. O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros. Parágrafo único. Não poderá ser estipulado pelo concedente, a nenhum título, qualquer pagamento pela transferência. Art. 1.374. Antes do termo final, resolver-se-á a concessão se o superficiário der ao terreno destinação diversa daquela para que foi concedida”.

A alternativa B está incorreta, pois afirma que o direito de superfície é intransmissível sem autorização expressa do proprietário. A lei estabelece o contrário: o direito pode ser livremente transferido a terceiros, cabendo ao proprietário apenas o direito de preferência na aquisição, caso deseje. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.372. O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros. Art. 1.373. Em caso de alienação do imóvel ou do direito de superfície, o superficiário ou o proprietário tem direito de preferência, em igualdade de condições”.

A alternativa C está incorreta por conter duas afirmações falsas. Primeiro, ela descreve a transferência como “inválida e eficaz”, o que é uma contradição. Como visto, a transferência em si é válida. Segundo, afirma que o pagamento pactuado seria exigível, o que contraria diretamente a proibição legal de se cobrar pela transferência. Vide literalidade do art. 1.372, Parágrafo único, transcrito na alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois alega que a nova destinação seria lícita. A lei é clara ao determinar que o superficiário deve respeitar a finalidade para a qual a concessão foi outorgada. A alteração

unilateral da destinação é uma infração contratual e legal que justifica a resolução da concessão. Vide literalidade do art. 1.374, transcrito na alternativa A.

A alternativa E está incorreta em seus dois pontos. Primeiro, a transferência não depende da anuência do proprietário, mas sim do respeito ao seu direito de preferência. Segundo, o direito de superfície não abrange automaticamente o subsolo. A utilização de áreas subterrâneas só é permitida se for essencial ao objeto da concessão e estiver expressamente prevista no contrato. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.369. O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão”.

QUESTÃO 77. A sociedade empresária Bananeira de São Tomé Importadora Ltda. celebrou contrato de mútuo com o Banco das Letras S.A. no valor de R\$ 1.200.000,00, assumindo a obrigação solidariamente com sua controladora, o Grupo Serra da Mantiqueira S.A.

O contrato foi garantido por fiança prestada por Thomás, empresário que renunciou expressamente ao benefício de ordem, assumindo obrigação pessoal e ilimitada como fiador.

Posteriormente, em tratativas diretas com a credora, apenas o Grupo Serra da Mantiqueira S.A. propôs que a dívida fosse integralmente assumida pela empresa Teck Marimbondó Alimentos S.A. O Banco aceitou a proposta, declarou expressamente "quitada e sem responsabilidade futura" a controladora, alterou prazo e encargos financeiros, e registrou documentalmente o ânimo inequívoco de extinguir a obrigação anterior.

O fiador Thomás não foi comunicado da operação. Meses depois, constatou-se que a Teck Marimbondó já se encontrava insolvente antes da transferência da dívida, fato doloso e deliberadamente ocultado pelo Grupo Serra da Mantiqueira S.A.

Diante do inadimplemento, o Banco consulta parecerista especializado sobre a possibilidade de responsabilizar os devedores e o fiador.

Nesse cenário, com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A má-fé do Grupo Serra da Mantiqueira S.A. impede a eficácia liberatória da novação, permitindo ao Banco exigir o pagamento integral de todos os devedores primitivos e do fiador.**
- b) A alteração de prazo e juros caracteriza novação objetiva e subjetiva, extinguindo as obrigações anteriores, inclusive a fiança, restando ao Banco apenas eventual ação indenizatória contra o Grupo Serra da Mantiqueira S.A.**
- c) A quitação expressa concedida ao Grupo Serra da Mantiqueira S.A. é ineficaz, pois maculada por dolo, de modo que os devedores solidários e o fiador permanecem responsáveis pela integralidade da dívida.**

d) A liberação de um devedor solidário extingue a obrigação primitiva em sua totalidade, razão pela qual o Banco não pode mais exigir a dívida nem dos demais devedores nem do fiador.

e) Embora a dívida anterior tenha sido extinta, a má-fé na substituição do devedor autoriza o Banco a exigir em regresso o valor apenas do Grupo Serra da Mantiqueira S.A., permanecendo exonerados os demais coobrigados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou do direito do adimplemento e extinção das obrigações.

A alternativa A está incorreta, pois a novação, uma vez celebrada com a intenção de extinguir a obrigação anterior, é válida e produz seus efeitos, liberando os devedores originais e as garantias. A má-fé do Grupo Serra da Mantiqueira não anula a novação, mas cria uma exceção à regra, permitindo que o credor se volte apenas contra quem agiu de má-fé, e não contra todos os coobrigados da dívida extinta. A fundamentação está no Código Civil, que prevê a consequência específica para a má-fé, sem invalidar a novação: “Art. 363. Se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, salvo se este obteve por má-fé a substituição”. Além disso, a fiança prestada por Thomás foi extinta, pois ele não participou do ato: “Art. 366. Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal”.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a novação realmente extinga a obrigação anterior e a fiança, o direito do Banco não se resume a uma genérica “ação indenizatória”. O Código Civil concede ao credor lesado pela má-fé uma ação específica para cobrar a dívida daquele que a causou. A fundamentação é o mesmo artigo 363, que estabelece a “ação regressiva” como o meio correto, vide transcrição na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, porque a quitação dada ao Grupo Serra da Mantiqueira foi um efeito da própria novação, que extinguiu a dívida. O dolo na indicação do novo devedor não torna a quitação “ineficaz” a ponto de restaurar a obrigação original contra todos. A consequência legal é a responsabilização exclusiva de quem agiu com má-fé, e não o renascimento da solidariedade anterior. A fundamentação que contraria a alternativa é a combinação dos artigos sobre novação, que a confirmam como meio de extinção (Art. 360), e o artigo que estabelece a consequência específica para a má-fé (Art. 363, já transcrito na alternativa A).

A alternativa D está incorreta, pois a liberação de um devedor solidário não extingue, por si só, a dívida para todos os outros. No caso concreto, a obrigação primitiva foi de fato extinta, mas o motivo foi a novação (criação de uma nova dívida), que liberou os devedores originais e o fiador. A afirmação da alternativa é uma generalização equivocada sobre a solidariedade. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 364. A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário”.

A alternativa E está correta, pois aplica perfeitamente a regra e a exceção do Código Civil. A novação extinguiu a dívida original, exonerando a devedora Bananeira de São Tomé e o fiador Thomás. Contudo, como o Grupo Serra da Mantiqueira agiu de má-fé ao indicar um substituto que já era insolvente, o Banco tem o direito de cobrar a dívida daquele que o enganou. Vide na letra A, a transcrição dos artigos 363 e 366 do Código Civil.

QUESTÃO 78. Em 03 de maio de 2021, as irmãs Lia e Raquel celebraram contrato de mútuo com o Banco Regional Epsilon S.A., por instrumento particular assinado pelas partes e por duas testemunhas, do qual resultou dívida líquida, com vencimento em 01 de setembro de 2021, contendo cláusula de solidariedade entre as devedoras.

Nenhuma das devedoras adimpliu a obrigação no vencimento. Em 10 de outubro de 2021, Lia faleceu, deixando como única herdeira sua filha Diná, então com 5 anos de idade. Posteriormente, em 28 de fevereiro de 2022, Raquel foi declarada pródiga, por sentença judicial transitada em julgado.

Até o presente momento, o Banco não ajuizou ação de cobrança e pretende fazê-lo, razão pela qual submeteu o caso ao seu departamento jurídico.

Com base nas regras sobre prescrição previstas no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A prescrição não correu em relação a Diná nem a Raquel, pois tanto o herdeiro menor quanto o pródigo são plenamente protegidos pelos impedimentos de prescrição previstos no Código Civil.

b) O prazo prescricional quinquenal está integralmente suspenso para ambos os devedores solidários, pois a prescrição contra um deles automaticamente se estende ao outro, nos termos da solidariedade passiva.

c) A prescrição foi interrompida com a morte de Lia e com a sentença de interdição de Raquel, reiniciando-se em relação a ambas a partir desses fatos, razão pela qual não se completou o prazo quinquenal.

d) A prescrição corre normalmente contra Diná, pois a menoridade não suspende a pretensão do credor em caso de sucessão, mas fica suspensa em relação a Raquel enquanto durar a interdição.

e) A prescrição está suspensa apenas em relação à herdeira, Diná, mas continua a correr normalmente contra Raquel, pois o estado de prodigalidade não constitui causa legal de impedimento ou suspensão da prescrição.

Comentários

Esta questão é passível de recurso, pois não apresenta nenhuma alternativa correta. A questão tratou da prescrição.

A alternativa A está incorreta. A prescrição corre normalmente contra Raquel. A proteção contra a fluência do prazo prescricional do Art. 198, I, do Código Civil, aplica-se apenas aos absolutamente incapazes, e não aos relativamente incapazes. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 198. Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;”.

A alternativa B está incorreta, pois o Código Civil dispõe que há suspensão da prescrição em favor de credores solidários, mas elas não são credoras e sim devedoras. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível”.

A alternativa C está incorreta. As causas de interrupção da prescrição estão listadas no Art. 202 do Código Civil e não incluem a morte do devedor ou a sentença de interdição.

A alternativa D está incorreta. A alternativa inverte as regras. A prescrição está suspensa em relação à herdeira menor, Diná, e corre normalmente contra a devedora pródiga, Raquel. Vide transcrição dos artigos 198 e 201 nas alternativas anteriores.

A alternativa E está incorreta, pois a prescrição não está suspensa para Diná, uma vez que o Código Civil dispõe que a prescrição não corre **CONTRA** os incapazes. Parece que o examinador esqueceu de um detalhe importante: neste caso concreto, a prescrição está correndo em favor das devedoras e não em contra. Por tanto, para Diná, a prescrição continuou correndo normalmente. Já em relação a Raquel, a prodigalidade é uma causa de incapacidade relativa e não está no rol das causas que impedem ou suspendem a prescrição. Portanto, o prazo de 5 anos continua a correr normalmente contra ela desde o vencimento da dívida. Vide transcrição dos artigos 198 e 201 nas alternativas anteriores.

QUESTÃO 79. Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra uma sociedade empresária concessionária de transporte coletivo, o Tribunal de Justiça de Goiás reformou sentença de procedência para julgar improcedentes os pedidos, afastando a responsabilidade civil da empresa e aplicando entendimento diverso de(tese) firmada em recurso repetitivo do STJ (Tema 1.035/STJ). O Ministério Público interpôs embargos de declaração, sustentando omissão quanto à aplicação do precedente vinculante, à violação ao art. 489, §1º, VI, do CPC (fundamentação vinculada), e à necessidade de observância do princípio da segurança jurídica. O Tribunal rejeitou os embargos, sem enfrentar a questão de aderência ao repetitivo, e ainda acrescentou novo fundamento jurídico: a prescrição quinquenal, que não havia sido arguida por nenhuma das partes. O MP interpôs recurso especial e recurso extraordinário, mas o Tribunal local os inadmitiu, invocando ausência de prequestionamento explícito e aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF. O órgão ministerial, então, interpôs agravo (art. 1.042, CPC) e sustentou a incidência do prequestionamento ficto (art. 1.025, CPC), além da obrigatoriedade de o tribunal de origem realizar juízo de retratação (art. 1.030, II, CPC), diante da existência de precedente repetitivo vinculante. No STJ, o relator determinou a oitiva da parte adversa sobre a eventual devolução dos autos ao tribunal de origem, considerando a necessidade de uniformização da tese. O debate processual concentra-se, então, em três pontos:

- 1. se a oposição de embargos de declaração rejeitados basta para configurar o prequestionamento ficto;**
- 2. se o tribunal de origem tem dever de retratação quando há precedente vinculante; e**
- 3. se o agravo do art. 1.042 pode suprir a falta de prequestionamento explícito. Com base no CPC/2015, na Constituição Federal e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a**

afirmativa que indica e interpreta corretamente o encaminhamento processual para os três pontos delineados acima.

a) A rejeição dos embargos de declaração não supre a ausência de prequestionamento, pois o art. 1.025 do CPC tem natureza meramente declaratória e depende de manifestação expressa do tribunal local sobre o dispositivo legal indicado.

b) A interposição de agravo do art. 1.042 do CPC não supre o requisito do prequestionamento, mas a oposição de embargos de declaração, ainda que rejeitados, configura prequestionamento ficto, permitindo o exame do tema pelo STJ e pelo STF.

c) A aplicação do art. 1.030, II, do CPC, é facultativa: o tribunal de origem pode optar por não realizar juízo de retratação, remetendo diretamente o recurso ao tribunal superior, a fim de evitar protelações processuais.

d) O prequestionamento ficto só se aplica a matérias constitucionais, sendo inaplicável aos recursos especiais interpostos com fundamento em ofensa à legislação infraconstitucional.

e) O juízo de retratação só ocorre se houver expressa manifestação do recorrente sobre a tese vinculante aplicável, sendo vedada sua instauração de ofício pelo tribunal local.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre Recursos e o prequestionamento ficto.

A alternativa A está incorreta. Pois os embargos de declaração nos termos do art. 1.025 do CPC, têm natureza recursal e não meramente declaratória como afirma a alternativa. E para fins de prequestionamento, a matéria tem que ser suscitada no juízo local conforme de termina o informativo nº 785 do STJ com a aplicação da súmula nº 211 do STJ: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo”

A alternativa B está incorreta. Porque conforme entendimento do STJ - mesmo com a redação do art. 1.025 do CPC - não se admite prequestionamento ficto (súmula 211 do STJ), assim, “para a aplicação do art. 1.025 do CPC/2015 e para o conhecimento das alegações da parte em sede de recurso especial, é necessário: a) a oposição dos embargos de declaração na Corte de origem; b) a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015 no recurso especial; e, c) a matéria deve ser: i) alegada nos embargos de declaração. [...] Cumpre registrar que a previsão do art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 não invalidou o enunciado n. 211 da Súmula do STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo” (Informativo nº 785 do STJ).

A alternativa C está incorreta. Pois a aplicação do disposto no inciso II do art. 1.032 do CPC prescreve que é dever da secretaria do tribunal: “encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos”. Logo, a aplicação é obrigatória, até porque, o juízo pode se retratar evitando assim, movimentações desnecessárias da máquina judiciária.

A alternativa D está correta. O disposto no art. 1.025 do CPC, do prequestionamento ficto limita apenas a matérias constitucionais. E de fato, segue inaplicável para matérias infraconstitucionais, em sede de recurso especial, devendo a parte suscitar: por violação do art. 1.022, do CPC e aplicação do disposto no art. 1.025 do mesmo diploma legal sendo: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo” (STF, súmula 211).

A alternativa E está incorreta. Por se tratar de uma questão de ordem pública, o juízo de retração sobre ponto tratado em precedente obrigatório, ou seja, divergir dos entendimentos do STJ e STF em sede de repercussão geral ou recursos repetitivos, deve-se ocorrer inclusive pelo próprio juízo julgador. Portanto, é permitida a instalação de ofício pelo tribunal local, mesmo sem provocação das partes quando contrária à tese vinculante.

QUESTÃO 80. Em 2023, o Ministério Público do Estado de Goiás propôs ação civil pública em defesa de consumidores lesados por cobranças indevidas. Durante o curso do processo, entrou em vigor nova lei estadual de organização judiciária que alterou o sistema de intimações estabelecendo que todas as comunicações seriam exclusivamente eletrônicas, com início automático do prazo. O juiz aplicou a nova regra ao processo em curso e considerou intimada a instituição financeira ainda antes da vigência da lei. A defesa interpôs recurso alegando violação à segurança jurídica e ao *tempus regit actum*. À luz da teoria geral do processo e da aplicação intertemporal da lei processual civil, assinale a afirmativa que se harmoniza com o CPC/2015:

- a) As normas processuais têm aplicação imediata, mas devem respeitar a validade e os efeitos de atos processuais já realizados sob a vigência da norma revogada, preservando o regime jurídico do ato iniciado.**
- b) A aplicação imediata da nova norma processual alcança inclusive atos praticados sob a legislação anterior, desde que ainda não tenham produzido todos os seus efeitos.**
- c) O princípio da legalidade impõe que o novo regime de intimações se aplique apenas aos processos distribuídos após a entrada em vigor da lei.**
- d) O juiz deveria suspender o processo e determinar nova intimação, por não poder aplicar norma nova enquanto pendente ato praticado sob lei anterior.**
- e) A aplicação retroativa é admitida quando se tratar de regra que amplie o acesso à justiça, ainda que modifique prazos e formas processuais.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre Normas Processuais e Aplicação das leis processuais civis no tempo (Art. 14 do CPC).

A alternativa A está correta. Pois conforme disposto no art. 14 do CPC: “A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada”.

A alternativa B está incorreta. Pois conforme art. 14 do CPC, as normas processuais não retroagem e devem respeitar “os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada”.

A alternativa C está incorreta. Porque as normas processuais têm aplicação imediata aos processos em curso, conforme disposto no art. 14 do CPC. Quanto ao princípio da Legalidade não há qualquer lesão, pois, os atos já praticados enquanto a vigência da norma anterior, será preservado os demais, em curso do processo, após a novo regramento legal, já será impactado. (Teoria do isolamento dos atos processuais).

A alternativa D está incorreta. Por ter aplicabilidade imediata, aos atos posteriores à vigência da nova norma processual, seguirá o curso normal, segundo esta nova regra processual, conforme determina o art. 14 do CPC.

A alternativa E está incorreta. Não se admite que a norma processual retroaja conforme determina o art. 14 do CPC: “A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada”.

QUESTÃO 81. O Ministério Público do Estado de Goiás ajuizou ação civil pública contra uma indústria química por contaminação do lençol freático. No saneamento (art. 357 CPC) o juiz redistribuiu o ônus da prova (art. 373, §1º), por entender que a indústria teria melhores condições técnicas. A defesa não impugnou a redistribuição nem o calendário fixado. Após o laudo pericial indicar contaminação, a indústria alegou nulidade absoluta da decisão de saneamento em alegações finais. Considerando o CPC/2015 e a doutrina da cooperação processual, é correto afirmar que:

a) A redistribuição do ônus da prova só pode ser determinada na sentença, quando o juiz já tiver examinado o conjunto probatório, sob pena de violação ao princípio da imparcialidade.

b) A redistribuição do ônus da prova no saneamento é válida, desde que fundamentada e submetida ao contraditório, e a ausência de impugnação pela parte regularmente intimada gera preclusão lógica e temporal, em respeito à boa-fé processual.

c) A decisão de saneamento não tem força vinculante, podendo o juiz alterá-la livremente até a sentença, razão pela qual não se fala em preclusão quanto à redistribuição do ônus da prova.

d) O ônus da prova é matéria de ordem pública, e, por isso, a ausência de impugnação não produz preclusão, podendo o tema ser rediscutido em qualquer grau de jurisdição.

e) A redistribuição probatória no saneamento é inválida, pois transfere ao réu o encargo de comprovar fato negativo, em afronta ao princípio da ampla defesa e à imparcialidade judicial.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Saneamento do Processo e regras de distribuição do ônus da prova

A alternativa A está incorreta. Pois a redistribuição por ser uma regra de instrução, deve ocorrer antes da definição em sentença para garantir inclusive o resguardo da paridade de armas, devendo se concentrar a redistribuição comumente na fase de saneamento do processo e não da decisão. Inclusive deve-se dar à parte, a oportunidade de se desincumbir-se do ônus, conforme dispõe o §1º do art. 373 do CPC.

A alternativa B está correta. Pois com base no disposto no § 1º do art. 373 do CPC: “Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído”. Portanto, pode ocorrer a redistribuição do ônus da prova, desde que fundamentada e como afirma a questão em apreço, a parte não impugnou a redistribuição, por meio do Agravo de Instrumento (CPC, art. 1.015, XI). Por esse motivo, ocorreu a preclusão lógica e temporal, em respeito à boa-fé processual.

A alternativa C está incorreta. Porque caso a parte não impugne a redistribuição do ônus da prova, através do Agravo de Instrumento (CPC, art. 1.015, XI), ocorrerá a preclusão lógica e temporal.

A alternativa D está incorreta. Pois o ônus da prova é uma regra de instrução não seria uma matéria de ordem pública. Tanto que é possível sua redistribuição nos termos do art. 373 §1º do CPC. E caso não seja impugnada por via do Agravo de Instrumento (CPC, art. 1.015, XI), ocorrerá a preclusão lógica.

A alternativa E está incorreta. A distribuição do ônus da prova é uma medida válida e “nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído” (CPC, art. 373, § 1º).

QUESTÃO 82. Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face do Município de Anhanguera e de uma construtora privada, o Parquet busca a condenação dos réus por dano ambiental e urbanístico, em razão da execução irregular de loteamento em área de preservação permanente. Concluída a fase de instrução, com perícia realizada pelo órgão ambiental municipal e depoimentos de testemunhas, o juiz, considerando inconclusivas as provas constantes dos autos quanto ao nexo causal, determinou, de ofício, a realização de nova perícia complementar. Para tanto, designou perito distinto do anterior, sem que a construtora fosse comunicada da nomeação nem intimada para formular quesitos ou acompanhar os trabalhos.

O Ministério Público, por sua vez, foi intimado apenas após a juntada do novo laudo. Na sentença, o magistrado fundamentou integralmente sua decisão condenatória na prova pericial produzida sem a participação efetiva das partes. A empresa, em apelação, sustentou a nulidade da sentença por ofensa ao contraditório substancial, à paridade de armas e ao modelo cooperativo de

processo (CPC/2015) O Ministério Público, por sua vez, defendeu a validade da sentença, afirmou que o juiz possui poder instrutório pleno e que eventual irregularidade seria sanável em grau recursal, por ausência de demonstração de prejuízo. Diante desse contexto, o Tribunal deve definir se a atuação do magistrado, ao determinar e utilizar a nova perícia, respeitou os limites da iniciativa probatória e a garantia do contraditório efetivo, à luz do processo cooperativo. Com base nos princípios do CPC/2015 e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa que apresenta a solução juridicamente adequada ao caso.

a) A sentença é válida pois o juiz, como destinatário da prova, pode determinar nova perícia a qualquer tempo, ainda que sem intimação prévia das partes, desde que o laudo seja posteriormente acessível às mesmas.

b) A sentença é apenas irregular, mas não nula, pois eventual ausência de contraditório sobre o laudo pericial pode ser suprida na apelação, mediante nova oportunidade de manifestação sobre as provas.

c) A sentença é nula, pois o contraditório substancial exige que as partes tenham oportunidade de influenciar a formação do convencimento judicial, inclusive quanto à iniciativa probatória do magistrado, sob pena de violação ao devido processo legal.

d) A sentença é válida, pois a produção de prova de ofício constitui manifestação legítima do poder instrutório do juiz e visa à busca da verdade real, princípio que se sobrepõe ao contraditório substancial.

e) A sentença é nula apenas se demonstrado que o resultado do laudo pericial foi determinante para o julgamento, sendo dispensável o contraditório quando a prova apenas reforça elementos já existentes.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Princípio do Contraditório.

A alternativa A está incorreta. Pois a sentença não é válida e sim, nula. Pois o contraditório que vigora hoje, é o substancial – Ciência; reação; e poder de influenciar as decisões do juízo. Ao demandar prova pericial, o juiz deveria ter intimado as partes, para que desejassem, acompanhar a prova pericial ou mesmo elaborar quesitos que julgar necessários. Assim, ocorreu violação do contraditório substancial, baseada na falta da participação ativa das outras partes quanto à prova pericial por não terem sido intimadas pelo juízo.

A alternativa B está incorreta. Pois a sentença não é apenas irregular e sim, nula por violar o princípio do contraditório, privando a parte de participar ativamente da produção de provas e por violação da proibição de decisões surpresa.

A alternativa C está correta. Porque por violação ao princípio do contraditório substancial, a decisão é nula. Pela falta de ter dado a parte a possibilidade de participação ativa na produção da prova pericial requerida pelo juízo. Além disso, prescreve o art. 10 do CPC que: “ O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes

oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício". Portanto, a sentença é nula.

A alternativa D está incorreta. Porque a sentença não é válida pois apesar da produção de prova de ofício pelo juízo ser admitido, deve-se dar às partes o conhecimento e a possibilidade de participação ativa, nos moldes do princípio do contraditório.

A alternativa E está incorreta. Pois o simples fato de não ter dado às partes a possibilidade de se manifestar já a contamina nos termos do art. 10 do CPC. Mesmo em questões que age de ofício. Não se pode dispensar o contraditório.

QUESTÃO 83. A Associação Ambiental Vida Plena, com sede em Goiânia, ajuizou ação civil pública ambiental em face de uma mineradora cuja área de exploração alcança Goiás e Minas Gerais. O juiz goiano reconheceu de ofício a ilegitimidade ativa parcial da associação por sua finalidade estatutária se limitar ao Estado de Goiás, extinguindo o pedido relativo aos danos em Minas Gerais. O MP apelou sustentando que a tutela ambiental é difusa e não se restringe territorialmente. Com base na LACP, no CDC e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) A associação é parcialmente ilegítima, pois sua representatividade estatutária limita-se ao território de Goiás, sendo incabível sua atuação em defesa de interesses difusos relativos a fatos ocorridos em outro Estado.

b) A associação é plenamente legítima, pois a defesa do meio ambiente configura interesse difuso e supraterritorial, cujo titular é a coletividade, não havendo limitação territorial à legitimidade ativa, independentemente do estatuto ou da sede da entidade.

c) A associação possui legitimidade presumida, mas o juiz deve verificar concretamente sua representatividade adequada, podendo restringir o alcance territorial da sentença conforme os elementos de atuação.

d) A associação possui ilegitimidade absoluta e insuscetível de suprimento, pois apenas o Ministério Público detém legitimidade originária para atuar em casos de lesão ambiental interestadual.

e) A associação é legítima apenas para atuar em substituição processual do Ministério Público, cabendo-lhe propor a ação somente com autorização expressa do Parquet.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre

A alternativa A está incorreta.

QUESTÃO 84. Uma concessionária de energia elétrica ajuíza ação ordinária contra o Estado de Goiás, alegando cobrança indevida de multa administrativa ambiental de R\$ 15 milhões. Requer tutela provisória de urgência para suspender os efeitos do auto de infração, impedir inscrição em dívida ativa e garantir participação em licitações. O juiz deferiu integralmente a liminar inaudita altera parte. O Estado interpôs agravo alegando violação às Leis 8.437/1992 e 9.494/1997. Com base no CPC/2015 e jurisprudência:

a) A decisão é integralmente válida, pois o CPC/2015 instituiu um regime de tutela de urgência plenamente aplicável ao Poder Público, revogando as restrições previstas nas Leis nº 8.437/1992 e nº 9.494/1997.

b) A decisão é inválida, pois o magistrado não pode interferir em sanções administrativas sob o pretexto de urgência, devendo limitar-se a medidas de natureza patrimonial e reversíveis.

c) A decisão é nula, pois a concessão de liminar inaudita altera parte contra o Poder Público é proibida em qualquer hipótese, em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

d) A decisão é válida apenas quanto à suspensão da multa, mas inválida quanto às demais medidas, já que o juiz só pode conceder liminar contra a Fazenda Pública se houver prévia oitiva da Procuradoria.

e) A decisão é parcialmente válida, pois é possível conceder tutela provisória em face da Fazenda Pública, desde que não esgote o mérito da demanda e que a medida seja proporcional e fundamentada, sendo vedadas apenas às hipóteses taxativamente previstas em lei especial.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre Tutela Provisória.

A alternativa A está incorreta. Porque a decisão não é totalmente válida e o novo CPC não revogou as restrições previstas nas Leis nº 8.437/1992 e nº 9.494/1997 o art. 1.059 do CPC determina que: “até a edição de lei específica, as execuções contra devedor insolvente, em curso ou que venham a ser propostas, permanecem reguladas pelo Livro II, Título IV, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973”. E conforme ADI nº 4296, o STF entendeu inconstitucional: na Lei 12.016/2009, Art. 7º, § 2º “Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza”. e art. 22, § 2º “No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas”.

A alternativa B está incorreta. O magistrado pode interferir nas sanções administrativas sob o pretexto de urgência, não se limitando a medidas de natureza patrimonial e reversíveis, devido ao princípio da inafastabilidade do poder Judiciário.

A alternativa C está incorreta. Pois, a decisão pelo que foi dito na alternativa anterior, com relação à ADI nº 4296, não é proibida em qualquer hipótese, e sim, por exemplo, no tocante art. 7º, §2º e art. 22, § 2º

da Lei 12.016/2009. Aplicando-se também as proibições que estão disponíveis nas Leis nº 8437/92 e 9494/97.

A alternativa D está incorreta. Porque o art. 22, § 2º da Lei 12.016, considerado inconstitucional pelo STF na ADI nº 4296 estabelecia que: “No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas”. No entanto, o magistrado pode conceder liminar contra a Fazenda Pública se houver prévia oitiva da Procuradoria.

A alternativa E está correta. Pois o magistrado pode conceder tutela coletiva provisória em situações urgentíssimas, que não estejam proibidas na Leis nº 8437/92 e 9494/97. Sendo possível conceder sem esgotar o mérito da demanda, conforme já mencionado sobre a ADI nº 4246 nas alternativas anteriores.

QUESTÃO 85. O Tribunal de Justiça de Goiás instaurou IRDR para uniformizar a controvérsia sobre responsabilidade civil do Estado na fiscalização de barragens e determinou a suspensão regional de todos os processos. Um juiz de primeiro grau, entendendo haver peculiaridade fática (terceirização da fiscalização), proferiu sentença de mérito durante a suspensão. O MP ajuizou reclamação alegando descumprimento da ordem de suspensão. Com base no CPC/2015 e jurisprudência:

a) A decisão que determina a suspensão no âmbito do IRDR tem natureza meramente administrativa, não vinculante, razão pela qual o juiz pode julgar o processo concreto se entender presente distinção relevante.

b) O juiz de primeiro grau pode proferir sentença durante a suspensão, desde que fundamente expressamente o distinguishing, hipótese em que a parte interessada deve suscitar conflito de competência, e não reclamação.

c) A reclamação é incabível, pois só pode ser manejada após o julgamento de mérito do IRDR e a formação do precedente vinculante.

d) A suspensão determinada no IRDR possui eficácia vinculante vertical e o juiz de primeiro grau não pode decidir unilateralmente sobre distinção relevante sem submeter a questão ao relator do incidente; o descumprimento enseja reclamação.

e) A decisão de suspensão tem eficácia territorial restrita ao tribunal que instaurou o IRDR, não alcançando processos em outras unidades federativas.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

A alternativa A está incorreta. Pois a decisão que determina a suspensão do IRDR tem natureza jurisdicional e vinculante, conforme determina o art. 982, I do CPC: “Admitido o incidente, o relator: I -

suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso”.

A alternativa B está incorreta. Porque a parte não pode suscitar nesse caso o conflito de competência entre órgãos hierarquicamente superior. Assim preceitua a Súmula n.º 22 do STF: “Não há conflito de competência entre o Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do mesmo estado membro. (Súmula 22, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/12/1990, DJ 04/01/1991, p. 34)”.

A alternativa C está incorreta. Porque pode haver sim, Reclamação, antes do julgamento de mérito do IRDR e a formação do precedente vinculante, conforme determina o inciso II do art. 988 do CPC: “Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a autoridade das decisões do tribunal”.

A alternativa D está incorreta. Pois havendo uma situação de *Distinguishing*, o juízo de forma fundamentada poderá decidir sobre o tema sem que para isso precise remeter ao relator, por considerar uma situação adversa da submetida ao IRDR.

A alternativa E está incorreta. Porque como regra, a decisão de suspensão do IRDR atinge como regra, aos processos que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, como aduz o art. 985, I do CPC: “a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região”.

QUESTÃO 86. No ano de 2025, a criação de um novo aeroporto no Estado Y acarretou queda acentuada na demanda operacional de outro aeroporto, localizado no mesmo Estado, cuja exploração havia sido concedida à iniciativa privada em 2015. Em razão da queda das receitas, as obrigações contratuais e financeiras da concessão aeroportuária anterior foram impactadas, levando o concessionário a requerer a devolução da concessão, firmada havia 10 (dez) anos. Diante desse contexto, e considerando o instituto da relicitação, assinale a afirmativa que indica a medida juridicamente adequada.

a) O Estado Y, na condição de poder concedente do ativo aeroportuário, e o concessionário retirante deverão extinguir judicialmente a concessão firmada em 2015.

b) No procedimento da relicitação, o concessionário retirante terá preferência no lance das ofertas previstas no novo leilão aeroportuário.

c) Para evitar a descontinuidade do serviço público aeroportuário, a União Federal, como poder concedente, deverá, mediante decreto, encampar a execução do serviço concedido.

d) O concessionário retirante terá direito à indenização pelo investimento em bens reversíveis, vinculados ao contrato de parceria, realizados e não amortizados ou depreciados, consideradas as deduções previstas legalmente.

e) As multas e demais somas de natureza não tributária decorrentes da concessão anterior, inclusive o valor relacionado à outorga originalmente ofertada, deverão ser assumidos pelo concessionário entrante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Relicitação (Lei 13.448/2017).

A alternativa A está incorreta. Não é judicialmente, mas sim mediante acordo. Conforme art. 14 da Lei 13.448/2017: “Art. 14. A relicitação de que trata o art. 13 desta Lei ocorrerá por meio de acordo entre as partes, nos termos e prazos definidos em ato do Poder Executivo.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 16, I, da Lei 13.448/2017: “Art. 16. São impedidos de participar do certame licitatório da relicitação de que trata esta Lei: I - o contratado ou a Sociedade de Propósito Específico (SPE) responsável pela execução do contrato de parceria;”

A alternativa C está incorreta. A encampação ocorre mediante Lei. Conforme art. 37 da Lei 8.987/95: “Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 17, § 1º, VII, da Lei 13.448/2017: “Art. 17. O órgão ou a entidade competente promoverá o estudo técnico necessário de forma precisa, clara e suficiente para subsidiar a relicitação dos contratos de parceria, visando a assegurar sua viabilidade econômico-financeira e operacional. § 1º Sem prejuízo de outros elementos fixados na regulamentação do órgão ou da entidade competente, deverão constar do estudo técnico de que trata o caput deste artigo: (...) VII - o levantamento de indenizações eventualmente devidas ao contratado pelos investimentos em bens reversíveis vinculados ao contrato de parceria realizados e não amortizados ou depreciados.”

A alternativa E está incorreta. A previsão poderá constar do aditivo, não sendo uma obrigação. Conforme art. 15, § 1º, da Lei 13.448/2017: “Art. 15. A relicitação do contrato de parceria será condicionada à celebração de termo aditivo com o atual contratado, do qual constarão, entre outros elementos julgados pertinentes pelo órgão ou pela entidade competente: § 1º Também poderão constar do termo aditivo de que trata o caput deste artigo e do futuro contrato de parceria a ser celebrado pelo órgão ou pela entidade competente: I - a previsão de que as indenizações apuradas nos termos do inciso VII do § 1º do art. 17 desta Lei serão pagas pelo novo contratado, nos termos e limites previstos no edital da relicitação;”

QUESTÃO 87. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito de propriedade (art. 5º, XXII) e o reconhece como princípio da ordem econômica (art. 170, II). Entretanto, há situações em que o Estado interfere na propriedade privada, a fim de atender ao interesse da coletividade. Considerando a legislação vigente e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca das formas de intervenção estatal na propriedade privada, assinale a afirmativa correta.

a) A requisição administrativa pode incidir sobre bem ou serviço de outro ente federativo, não sendo restrita a bens particulares.

b) Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá utilizar propriedade particular, assegurando ao proprietário indenização imediata.

c) O tombamento é um ato de intervenção estatal na propriedade que recai sobre bem específico, público ou privado, impondo restrições à sua utilização e transformação.

d) O tombamento não pode ser realizado por determinação contida em ato legislativo, ainda que provisório, ficando restrito a ato do Poder Executivo.

e) A hierarquia verticalizada dos entes federativos se estende ao tombamento, sendo vedado que Estado tombe bem pertencente à União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Intervenção do Estado na Propriedade.

A alternativa A está incorreta. A requisição administrativa não pode se dar em bens de outro Estado, pois isso ofenderia a autonomia do ente federado e o pacto federativo. Conforme entendimento do STF: "(...) 2. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa (art. 136, § 1º, inciso II, da CF) e estado de sítio (art. 139, inciso VII, da CF) (v.g., ACO nº 3.463-MC-REF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 8/3/21, publicado no DJe de 17/3/21; ACO nº 3.393-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 22/6/20, publicado no DJe de 8/7/20; ACO nº 3.398, Rel. Min. Roberto Barroso, publicado em 23/6/20; e ACO nº 3.385, Rel. Min. Celso de Mello, publicado no DJe de 23/4/20). (...) 6. Pedido que se julga procedente para se conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080/90, excluindo-se a possibilidade de requisição administrativa de bens e serviços públicos de titularidade de outros entes federativos." (STF. Plenário. ADI 3454/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 20/6/2022).

A alternativa B está incorreta. A indenização é posterior e apenas se houver dano. Conforme art. 5º, XXV, da CF: "Art. 5º (...) XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;"

A alternativa C está correta. Conforme artigos 2º, 11 e 17 do DL 25/37: "Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno."; "Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades."; "Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado."

A alternativa D está incorreta. O tombamento pode sim ser realizado por determinação contida em ato legislativo. Conforme entende o STF: "(...) 6. Competências concorrentes material (art. 23, III e IV, c/c art. 216, § 1º, da CF) e legislativa (art. 24, VII, da CF). Ausência de previsão expressa na Constituição Estadual quanto à competência legislativa. Desnecessidade. Rol exemplificativo do art. 62 da CE. Proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico regional. Interesse estadual. 7. Ilegalidade. Vício de procedimento por ser implementado apenas por ato administrativo. Rejeição.

Possibilidade de lei realizar tombamento de bem. Fase provisória. Efeito meramente declaratório. Necessidade de implementação de procedimentos ulteriores pelo Poder Executivo. 8. Notificação prévia. Tombamento de ofício (art. 5º do Decreto-Lei 25/1937). Cientificação do proprietário postergada para a fase definitiva. Condição de eficácia e não de validade. Doutrina. 9. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 10. Agravo desprovido. 11. Honorários advocatícios majorados para 20% do valor atualizado da causa à época de decisão recorrida (§ 11 do art. 85 do CPC).” (ACO 1208 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 24/11/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-278 DIVULG 01-12-2017 PUBLIC 04-12-2017).

A alternativa E está incorreta. O princípio da hierarquia verticalizada não se aplica ao tombamento. Conforme entendimento do STF: “Agravo em ação cível originária. 2. Administrativo e Constitucional. 3. Tombamento de bem público da União por Estado. Conflito Federativo. Competência desta Corte. 4. Hierarquia verticalizada, prevista na Lei de Desapropriação (Decreto-Lei 3.365/41). Inaplicabilidade no tombamento. Regramento específico. Decreto-Lei 25/1937 (arts. 2º, 5º e 11). Interpretação histórica, teleológica, sistemática e/ou literal. Possibilidade de o Estado tomar bem da União. Doutrina. (...)”. (ACO 1208 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 24/11/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-278 DIVULG 01-12-2017 PUBLIC 04-12-2017).

QUESTÃO 88. Recentemente, fortes chuvas atingiram o Município Beta, acarretando graves enchentes e destruição de moradias. Muitas pessoas ficaram desabrigadas, houve diversos desaparecimentos ainda não solucionados e intensos problemas de saúde foram reportados. Diante desse cenário, surgem questionamentos acerca da eventual responsabilidade civil do Estado pelos danos decorrentes de sua atuação ou omissão na adoção de medidas preventivas e de resposta a desastres naturais. Considerando-se a legislação em vigor e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos se rege pela Teoria do Risco Administrativo, sendo subjetiva apenas quando se tratar de omissões genéricas do Poder Público.

b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva quando exige a prova de culpa do agente para a vítima ser indenizada, sendo insuficiente a existência do dano.

c) O Estado não é responsável, nem em plano subsidiário, pelos danos causados por concessionárias e permissionárias, pois estas agem em nome próprio.

d) A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos se rege pela Teoria do Risco Administrativo, sendo objetiva, tanto para omissões genéricas como específicas do Poder Público.

e) No caso apresentado, ainda que o Município tivesse ciência de recentes alagamentos na região nos períodos chuvosos, não há responsabilidade civil, por se tratar de caso fortuito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

A alternativa A está correta. Quando a omissão é genérica ou imprópria, a responsabilidade será subjetiva. Mas, quando a omissão é específica ou própria, a responsabilidade será objetiva. De acordo com entendimento dos tribunais superiores: “A regra geral do ordenamento brasileiro é de responsabilidade civil objetiva por ato comissivo do Estado e de responsabilidade subjetiva por comportamento omissivo. Contudo, em situações excepcionais de risco anormal da atividade habitualmente desenvolvida, a responsabilização estatal na omissão também se faz independentemente de culpa.” (REsp 1.869.046-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 09/06/2020, DJe 26/06/2020). É este também o entendimento da doutrina: “O STF possui o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado nos casos de omissão é objetiva, desde que comprovada a omissão específica, isto é, o descumprimento de um dever específico de agir, como, por exemplo, o dever de preservar a integridade física e psíquica dos detentos sob sua custódia (art. 5º, XLIX). Neste caso, decidiu que o Estado deve indenizar a família por morte do detento. Vale lembrar, todavia, que a responsabilidade civil objetiva do Estado é fundamentada na teoria do risco administrativo, admitindo-se a exclusão da responsabilidade no caso de demonstração de que não tinha como evitar o evento. Nos casos de omissão genérica por descumprimento de um dever genérico, como é o caso do dever de fornecer segurança pública, a Corte Suprema assentou o entendimento de que se trata de responsabilidade subjetiva, com fundamento na teoria da culpa anônima. Por exemplo, se um indivíduo é assaltado no ponto de ônibus, em regra, não há um dever específico de o Estado estar naquele local, naquele momento, e evitar o dano. O poder público possui apenas o dever genérico de fornecer segurança pública, mas não é possível, por inviabilidade fática, estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Neste caso em específico, a responsabilidade civil do Estado, para o STF, é subjetiva com base na culpa anônima. Assim, caberia ao indivíduo prejudicado comprovar que o ente público, tendo sido reiteradamente informado acerca das atividades criminosas que ocorrem no local, não agiu, agiu com atraso ou agiu insuficientemente.” (Curso Interativo de Direito Administrativo MP-GO - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 16 Responsabilidade Civil do Estado - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. A prova de culpa do agente só é relevante para a ação de regresso do Estado contra o agente público que causou o dano. Para a configuração da responsabilidade civil objetiva, basta ficar caracterizado o fato, o dano, e o nexo causal entre eles. Conforme art. 37, § 6º, da CF: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa C está incorreta. Há sim responsabilidade do poder concedente (Estado). Conforme entende o STJ: “RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PODER CONCEDENTE. CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Há responsabilidade subsidiária do Poder Concedente, em situações em que o concessionário não possuir meios de arcar com a indenização pelos prejuízos a que deu causa. Precedentes. (...)”. (STJ. Resp 1.135.927 – MG. Min. Rel Castro Meira. DJe: 19/08/2010).

A alternativa D está incorreta. Vide comentário da letra A.

A alternativa E está incorreta. No caso, não há de se falar em caso fortuito. A partir do momento em que o Município tem ciência dos alagamentos na região nos períodos chuvosos e nada faz para remediar a situação, fica caracterizada sua omissão, a qual enseja responsabilidade civil, conforme já explicado no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 89. Tício, cidadão residente do Município Alfa, representou junto ao Ministério Público local, afirmando que seu direito fundamental de acesso à informação fora violado. Segundo narra, protocolou pedido junto ao Poder Executivo municipal, solicitando informações sobre o número de cargos vagos na Administração, sem que tenha obtido resposta da Municipalidade no prazo legal. Após novo requerimento, foi informado pela Secretaria de Planejamento que os dados solicitados não se configuram de interesse público, fazendo parte da estruturação da Administração. O gestor da pasta aduziu, ainda, que as informações pleiteadas são estratégicas, determinando seu sigilo. Considerando o caso apresentado, à luz da legislação em vigor e da jurisprudência atualizada, assinale a afirmativa correta a respeito do direito fundamental de acesso à informação, dos limites do sigilo administrativo e da atuação do Ministério Público.

a) No regime de transparência pública, vige o princípio da divulgação relativa, em que a publicidade depende da comprovação do interesse público na informação solicitada.

b) O direito de acesso à informação pública é sempre garantido, conforme o art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, adotando-se no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da máxima informação.

c) O Ministério Público, ciente de que os dados postulados pelo representante foram declarados sigilosos pela autoridade municipal, não pode requisitá-los, podendo apenas postular sua apresentação em juízo.

d) A representação protocolada junto ao Ministério Público deve ser indeferida, visto que o interesse de Tício demonstrou-se individual homogêneo, afastando atribuição do Parquet para atuar no caso.

e) As informações solicitadas por Tício, negadas pela Municipalidade, podem ser requisitadas pelo Ministério Público, após a instauração de procedimento próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 3º, I, da Lei de Acesso à Informação: “Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;”. Ademais, na forma do art. 10, § 3º da LAI: “§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

A alternativa B está incorreta. Ressalvam-se as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Vejamos: “Art. 5º. (...) XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;”

A alternativa C está incorreta. O Ministério Público tem sim o poder de requisição. De acordo com o artigo 26, I, “b”, da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993): “Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;”. No mesmo sentido, é o art. 17, § 3º, da Resolução nº 281 do CNMP, a seguir: “§ 3º Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido, ressalvada a reserva de jurisdição.”

A alternativa D está incorreta. Conforme Súmula 601 do STJ: “Súmula 601-STJ: O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.”

A alternativa E está correta. O Ministério Público, de fato, tem sim o poder de requisição, vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 90. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) preceitua que:

“Art. 75. É dispensável a licitação: VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratado com base no disposto neste inciso.”. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a vedação à recontração de empresa contratada diretamente

a) em razão de urgência ou calamidade pública viola os princípios previstos no artigo 37, caput da Constituição Federal.

b) por dispensa de licitação, nos casos de emergência, incide na recontração fundada na mesma situação emergencial que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano.

c) com base em situação de urgência ou calamidade pública impede sua participação em eventual licitação substitutiva a contratação realizada por dispensa de licitação.

d) em razão de urgência impede que a empresa seja contratada diretamente por fundamento diverso do previsto em lei, inclusive outra emergência.

e) com fundamento em situação de urgência ou de calamidade pública foi considerada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou possível a prorrogação do contrato, por igual período, desde que fundamentada a decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

A alternativa B está correta. De acordo com o decidido pelo STF na ADI 6890: “1. É constitucional a vedação à recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. 2. A vedação incide na recontração fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação e seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle de abusos ou ilegalidades na aplicação da norma.” (STF. Plenário. ADI 6.890/DF, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 09/09/2024 (Info 1149)).

As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas, tomando por base a explicação da alternativa B.

QUESTÃO 91. Mauro, servidor concursado, responde a processo administrativo disciplinar (PAD) que investiga suposta falta cometida no exercício de suas funções. O processo foi instaurado a partir de representação, mediante portaria, com a regular designação da comissão processante. Em relação ao caso apresentado, à luz da legislação em vigor e da jurisprudência atualizada sobre processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa correta.

a) Em processo administrativo disciplinar, a nulidade de um ato processual pode ser declarada ainda que não haja efetiva demonstração de prejuízo à defesa.

b) O servidor processado no PAD precisa ser intimado após o relatório final feito pela comissão processante, sob pena de ofensa do contraditório e da ampla defesa.

c) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar deve sempre restringir-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

d) As provas anuladas no processo criminal devem ser excluídas do processo administrativo disciplinar, por força da contaminação de sua legalidade.

e) A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Processo Administrativo Disciplinar.

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “A nulidade do processo administrativo disciplinar somente deve ser declarada quando houver efetiva demonstração de prejuízo sofrido pela defesa do servidor.” (STJ. 2ª Turma. AgInt no RMS 53.758/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/10/2017).

A alternativa B está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “A falta de intimação do servidor público, após a apresentação do relatório final pela comissão processante, em processo administrativo disciplinar, não configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa, ante a ausência de previsão legal.” (STJ. 1ª Seção. MS 22.750-DF, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 9/8/2023).

A alternativa C está incorreta. Conforme Súmula 665 do STJ: “O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.”

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores: “A decisão que determina exclusão de elementos probatórios obtidos mediante o acesso ao e-mail funcional de servidor investigado não contamina a legalidade da utilização de provas produzidas de forma independente por comissão disciplinar de PAD, em observância à teoria da fonte independente e da descoberta inevitável da prova.” (STJ. 3ª Seção. AgRg na Rcl 42.292-DF, Rel. Min. Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), julgado em 24/08/2022).

A alternativa E está correta. Conforme Súmula 674 do STJ: “A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares.”

QUESTÃO 92. Diante de crise climática e hídrica, marcada por seca severa na região Nordeste, o Presidente da República editou decreto autorizando o acionamento de novas usinas, termelétricas, no território nacional. A medida mostrou-se necessária e evitou novo apagão no país, mas não foi precedida dos estudos técnicos e econômicos necessários, o que resultou em impacto financeiro para a União Federal, obrigada a arcar com custos significativos decorrentes de tal operacionalização na área de energia. Considerando a situação descrita e o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), no que se refere à responsabilidade do agente público, assinale a afirmativa correta.

a) O Presidente da República, por se tratar de espécie de agente público, não se submete ao regime de responsabilidade funcional previsto na LINDB.

b) Eventual sanção, administrativa ou civil, a ser aplicada ao referido gestor público, pode ser atenuada ou afastada diante do contexto fático exposto.

c) A LINDB não autoriza a flexibilização de sanções diante de alteração ou inovação normativa indevida, tal como ocorreu no caso descrito.

d) A responsabilidade é objetiva da União Federal, cabendo ação de regresso em face do Presidente da República no caso de dolo.

e) Embora tenha havido erro grosseiro, o referido agente público é imune de responsabilidade na esfera administrativa e civil, respondendo na esfera política perante o Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Responsabilidade dos Agentes Públicos.

A alternativa A está incorreta. Não há exceção para aplicação do art. 28 da LINDB. Todos os agentes públicos estão sujeitos à responsabilidade do artigo 28: “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 22, caput e § 1º, da LINDB: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com artigo 22, § 2º, da LINDB: “§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.”. Em complemento, vide comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. No caso de dolo, a responsabilidade do Presidente será pessoal, vide comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário da alternativa A.

QUESTÃO 93. Em 12 novembro de 2025, durante a denominada "Operação Onda Cívica", realizada por policiais militares, ocorreram mortes de participantes de manifestações públicas realizadas na capital do Estado Beta. Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a responsabilidade civil do referido Estado.

a) A responsabilidade civil estatal, em situações de danos decorrentes de atuação policial em manifestações públicas, é objetiva e fundamentada na teoria do risco administrativo.

b) A responsabilização do ente público, por danos causados durante manifestações populares, depende da comprovação, pela vítima, de que não estava envolvida na manifestação ou na operação policial.

c) O uso da força pelo Estado, voltado à garantia da ordem e da segurança, é absoluta e legitimado pelo interesse público, afastando qualquer responsabilidade estatal.

d) A responsabilidade civil do Estado, no caso, depende da prévia apuração e identificação da responsabilidade criminal dos envolvidos.

e) A configuração da responsabilidade civil do Estado deve ser devidamente comprovada pelo Ministério Público competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

A alternativa A está correta. De acordo com o Tema 1055 de Repercussão Geral do STF: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com entendimento do STF, e tomando por base o entendimento colacionado na explicação da alternativa A: “I) O Estado do Paraná, em conformidade com postulados adotados pelo Supremo Tribunal Federal na fixação da tese no Tema nº 1.055 da Repercussão Geral, responde objetivamente pelos danos concretos diretamente causados por ação de policiais durante a 'Operação Centro Cívico', ocorrida em 29 de abril de 2015. Cabe ao ente público demonstrar, em cada caso, os fatos que comprovem eventual excludente da responsabilidade civil, não havendo coisa julgada criminal a ser observada; II) Não se presume o reconhecimento da excludente de culpa exclusiva da vítima unicamente pelo fato desta estar presente na manifestação.” (STF. Plenário. RE 1.467.145/PR, Rel. Min. Flávio Dino, julgado em 29/10/2025).

A alternativa C está incorreta. O uso da força pelo Estado não é absoluto, encontrando limites nos direitos humanos e fundamentais. O Estado responde pelos excessos (abusos) cometidos por seus agentes, na forma do art. 37, § 6º, da CF: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade civil (reparação do dano) é independente da esfera criminal (apuração de crime), segundo a teoria objetiva. Conforme entende o STF: “A responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundamentada no risco administrativo, sendo irrelevante a licitude ou ilicitude da ação administrativa para fins de indenização. Caracterizados o dano, a ação administrativa e o nexo causal, o Estado deve reparar o prejuízo suportado pelo particular em razão de atuação estatal, regular ou irregular, fundada no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais.” (STF. 2ª Turma. RE 113.587, Rel. Min. Carlos Velloso, julgado em 18/2/1992).

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade objetiva dispensa qualquer comprovação pelo MP, vide comentário das alternativas C e D.

QUESTÃO 94. Ernesto, filiado ao partido Político Alfa, foi eleito Prefeito do Município Sigma na eleição do ano X.

Durante sua campanha eleitoral, realizou gastos com:

- (i) montagem e operação de carros de som;
- (ii) alimentação de pessoal que prestou serviços à sua candidatura; e
- (iii) aluguel de veículos automotores.

Tais despesas representaram, respectivamente, 10%, 15% e 20% do gasto total da campanha de Ernesto.

O Partido Político Sigma, que também apresentou candidato para o referido cargo eletivo, ingressou com uma medida perante a Justiça Eleitoral, no 159 (décimo quinto) dia da diplomação, argumentando que os referidos gastos seriam ilícitos. Para tanto, relatou os fatos e indicou provas, Instado a se manifestar em relação à medida ajuizada, o Promotor Eleitoral observou corretamente que

- a) foi ajuizada serodiamente.
- b) é lícito o gasto eleitoral descrito em (i).
- c) são ilícitos os gastos eleitorais descritos em (ii) e (iii).
- d) deve ter a forma de recurso contra a expedição de diploma.
- e) deve ser aplicada a Ernesto a sanção de multa em caso de procedência, ajuizando-se ação própria para a cassação do diploma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre campanha eleitoral.

A alternativa A está incorreta. A arrecadação é o 15º dia após a diplomação, nos termos do art. 30-A da Lei 9504/1997, vejamos: “Art. 30-A. Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.” Como a medida foi ajuizada exatamente no 15º dia, está dentro do prazo legal.

A alternativa B está correta. É um gasto lícito. Vejamos o disposto no art. 26, §1º: “Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei: § 3º Não são consideradas gastos eleitorais nem se sujeitam a prestação de contas as seguintes despesas de natureza pessoal do candidato :a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha; b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere a alínea a deste parágrafo; c) alimentação e hospedagem própria; d) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas”

A alternativa C está incorreta. Somente o gasto iii está correto. Os demais gastos (alimentação e aluguel de veículos) também são lícitos, reforçando a improcedência da alegação do partido adversário.

A alternativa D está incorreta. Apesar de o prazo ser o mesmo (15 dias), a medida cabível aqui é representação por gastos ilícitos (art. 30-A), e não recurso contra a diplomação.

A alternativa E está incorreta. A representação por gastos ilícitos poderá ensejar a cassação do diploma por si só., nos termos do art. 30-A, §2º: “§ 2 Comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.”

QUESTÃO 95. Pedro, então com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, foi candidato à reeleição do cargo eletivo de Prefeito do Município Alfa, nas eleições realizadas no ano X.

No curso da campanha eleitoral, teve ajuizada contra si, em primeira instância, investigação judicial eleitoral pela prática de abuso de poder político, pois sua conduta comprometera a normalidade e a legitimidade do pleito.

Três anos após as eleições, Pedro foi condenado pelo Juiz Eleitoral pela prática do referido ato, sendo a sentença confirmada, poucos meses depois, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) competente.

Irresignado, Pedro ingressou com recurso especial endereçado ao Tribunal competente, sustentando violação direta a uma norma constitucional que tinha sido prequestionada no TRE.

Na situação descrita, a luz da legislação eleitoral e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que Pedro

a) interpôs o recurso incorreto.

b) está inelegível, contando-se o período de oito anos de inelegibilidade a partir da eleição do ano X.

c) está inelegível, contando-se pela metade o período de oito anos de inelegibilidade, a partir da eleição do ano X.

d) somente ficará inelegível após o trânsito em julgado da sentença que o condenou, contando-se, a partir da eleição do ano X, os oito anos de inelegibilidade.

e) somente ficará inelegível após o trânsito em julgado da sentença que o condenou, contando-se, a partir deste momento, os oito anos de inelegibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre abuso de poder econômico.

A alternativa A está incorreta. O recurso cabível contra decisão do TRE que viola norma constitucional é o recurso especial eleitoral. A saber: “Recurso especial. Técnica de julgamento. Fatos reconhecidos na instância ordinária e efeitos jurídicos deles decorrentes. 1. Se o tribunal a quo aplica mal ou deixa de aplicar norma legal atinente ao valor da prova, incorre em erro de direito, sujeito ao crivo do recurso

especial; os fatos, todavia, que se reconhecem à vista da prova, resultam da avaliação desta, e constituem premissa inalterável no julgamento do recurso especial. 2. Outra coisa é o efeito jurídico que se extrai dos fatos reconhecidos na instância ordinária. Se esses fatos não se enquadram no âmbito da norma jurídica aplicada, a questão tem natureza jurídica e pode ser revisada no julgamento do recurso especial. 3. Hipótese em que o tribunal a quo, examinando a prova, concluiu que houve captação ilícita de sufrágio por meio da compra de votos e de outros benefícios oferecidos ao eleitor; base fáctica que não pode ser alterada no âmbito do recurso especial. [...]” (Ac. de 25/10/2007 no AgRgMC n. 2254, rel. Min. Ari Pargendler.)

A alternativa B está correta. Se julgada procedente a representação por abuso de poder, o Tribunal declara a inelegibilidade do representado por 8 anos subsequentes à eleição em que se verificou o abuso, nos termos do art. 22, XIV da LC 64: “Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;” Ainda nesse sentido, corrobora a Súmula 19 do TSE: “O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte (art. 22, XIV, da LC nº 64/1990).”

A alternativa C está incorreta. Não existe previsão de redução do prazo de inelegibilidade. O prazo é sempre de 8 anos, nos termos do art. 1º “d” da LC 64: “d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;”

A alternativa D está incorreta. Basta decisão colegiada da Justiça Eleitoral.

A alternativa E está incorreta. Além de depender indevidamente do trânsito em julgado, esta alternativa erra ao fixar o termo inicial no momento da decisão. O prazo começa na eleição em que ocorreu o abuso.

QUESTÃO 96. João é membro do Ministério Público do Estado de Goiás há um ano e responde a processo administrativo disciplinar, em que é apurada eventual falta funcional pelo exercício da advocacia após ter tomado posse como membro do MP.

Consoante dispõe a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Goiás, João está sujeito à pena de

a) demissão, imposta apenas em ação judicial proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores.

b) demissão, imposta apenas após sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria.

c) demissão, imposta no processo administrativo, no qual lhe será assegurada ampla defesa.

d) suspensão de até 90 (noventa) dias, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral que poderá, de acordo com as circunstâncias do caso, representar ao Procurador-Geral de Justiça pelo não vitaliciamento de João.

e) suspensão de até 180 (cento e oitenta) dias, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral que poderá, de acordo com as circunstâncias do caso, representar ao Conselho Superior pelo não vitaliciamento de João.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre vitaliciedade do membro do MP.

As alternativas A e B estão incorretas. Ambas exigem via judicial. Isso só se aplicaria se João já tivesse mais de 2 anos de carreira. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Nos termos do Art. 200, "caput", Lei Orgânica do MP de Goiás: "Art. 200. O membro não vitalício do Ministério Público estará sujeito à pena de demissão, imposta em processo administrativo no qual lhe será assegurada ampla defesa, nos mesmos casos previstos no artigo 185, desta lei, sem prejuízo do não vitaliciamento, quando for o caso." Como João é novato, o processo administrativo basta para a demissão.

As alternativas D e E estão incorretas. A advocacia é uma vedação absoluta e gravíssima, nos termos da Lei Orgânica do MP de Goiás: "Art. 92. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: II - exercer advocacia; A punição prevista para essa infração é a demissão, e não apenas suspensão" bem como, na Constituição Federal: "Art.128, §5º, II - as seguintes vedações: - b) exercer a advocacia;" Sendo a perda do cargo a medida que se impõe, nos termos do art. 185 da LO do MP de Goiás: "Art. 185. O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria nos seguintes casos: II - exercício da advocacia, salvo se aposentado;"

QUESTÃO 97. A lei ordinária nº X/24 do Estado Alfa alterou a Lei Orgânica do Ministério Público de Estado Alfa, dispondo que o membro do MP estadual pode integrar comissões de sindicância ou de processo administrativo estranhas ao Ministério Público, mediante prévia autorização do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público,

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei de x/24 é

a) formalmente constitucional, desde que de iniciativa do MP/e materialmente constitucional, porque replicou o que dispõe a lei orgânica nacional do Ministério Público.

b) formalmente constitucional, desde que de iniciativa do MP, e materialmente inconstitucional, porque a prévia autorização deve ser dada pelo Órgão Especial de Colégio dos Procuradores e não pelo Conselho Superior.

c) formalmente constitucional, qualquer que seja a iniciativa legislativa, e materialmente inconstitucional, porque o membro do MP não pode integrar comissões de sindicância ou de processo administrativo estranhas à instituição.

d) formalmente inconstitucional, porque a matéria deveria ser tratada por lei complementar, e materialmente inconstitucional, porque a prévia autorização deve ser dada pelo Órgão Especial do Colégio dos Procuradores e não pelo Conselho Superior.

e) formalmente inconstitucional, porque a matéria deveria ser tratada por lei complementar e materialmente inconstitucional, porque é vedado ao membro do MP exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública salvo uma de magistério.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre proibições institucionais.

As alternativas A, B e C estão incorretas. Consideram a lei "formalmente constitucional". Como vimos, o uso de lei ordinária para tratar de Lei Orgânica do MP é um erro crasso. Além disso, a alternativa A erra ao dizer que a LONMP (Lei 8.625/93) permitiria tal prática. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Identifica corretamente o erro formal (necessidade de Lei Complementar), mas erra no vício material ao sugerir que o problema era apenas "quem autorizava" a participação, quando, na verdade, a participação em si é proibida. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. Trata-se de inconstitucionalidade FORMAL. A questão menciona uma "lei ordinária nº X/24". Isso, por si só, já gera a inconstitucionalidade formal, nos termos do Artigo 128, §5º, CF: "§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros [...]". Ademais, MATERIALMENTE inconstitucional, nos termos do Artigo 128, §5º, inciso II, "d", CF, que estabelece que é vedado o exercício de outra função pública, salvo uma de magistério: "d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;"

QUESTÃO 98. Em relação à concepção cênica da sala de audiência, as leis orgânicas estaduais do Ministério Público dispõem que constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função, tomar assento à direita dos juízes de primeira instância ou do presidente do tribunal, câmara ou turma. Parte da doutrina alega que tal prerrogativa é inconstitucional, por violar o princípio da isonomia e a paridade das armas, uma vez que o membro do MP fica ao lado do juiz, e a defesa em outro plano.

De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, tal prerrogativa é

a) constitucional, pois não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, independentemente de estar o membro do MP atuando como parte ou fiscal da lei.

b) objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira que é cabível apenas quando o membro do MP estiver atuando como fiscal da lei.

c) objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira que é cabível apenas quando o membro do MP estiver atuando na esfera extrapenal, independentemente de estar oficiando como parte ou fiscal da lei.

d) inconstitucional, por violar os princípios da impessoalidade e isonomia, pois o simbolismo e as formalidades adotadas na sala de audiência devem respeitar a igualdade entre os sujeitos processuais.

e) objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira que é incabível quando também officiar no processo o membro da Defensoria Pública, que atua igualmente como custos vulnerabilis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o princípio da Paridade de Armas.

A alternativa A está correta. Resume perfeitamente o acórdão da ADI 4768. A prerrogativa vale sempre, seja o MP autor da ação ou apenas fiscal, e é considerada constitucional. Ao julgar a ADI 4768, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucionais normas que garantem a membros do Ministério Público a prerrogativa de se sentarem do lado direito de juízes durante sessões de julgamentos e nas salas de audiência. Vejamos: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. LEI COMPLEMENTAR N. 75/1993 E LEI N. 8.625/1993. PRERROGATIVA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SE APRESENTAR NO MESMO PLANO E À DIREITA DOS MAGISTRADOS NAS AUDIÊNCIAS E SESSÕES DE JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO OU COMPROMETIMENTO DA PARIDADE DE ARMAS ENTRE DEFESA E ACUSAÇÃO. PERFIL INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS (ART. 127 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). PROTEÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO. INCINDIBILIDADE DAS FUNÇÕES DE FISCAL DA LEI E PARTE PROCESSUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.”

As alternativas B, C e E estão incorretas. Tentam criar uma "interpretação conforme", limitando o direito apenas a certos casos (fiscal da lei, esfera extrapenal ou ausência de Defensoria). O STF não fez essa distinção; a prerrogativa é ampla e irrestrita. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Representa a tese da OAB, que foi vencida no julgamento.

QUESTÃO 99. A Promotoria de Justiça Cível suscitou conflito negativo de atribuição em face da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, pois não houve consenso sobre qual órgão de execução tinha atribuição para oficiar em determinada ação popular.

No caso em tela, de acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público compete ao

a) Colégio dos Procuradores, que designará quem deva oficiar no feito.

b) Procurador-Geral de Justiça, que designará quem deva oficiar no feito.

c) Conselho Superior do Ministério Público, que designará quem deva oficiar no feito.

d) Conselho Superior do Ministério Público, que encaminhará o caso para o PGJ designar quem deva oficiar no feito.

e) Corregedor-Geral do Ministério Público, que encaminhará o caso para o PGJ designar quem deva oficiar no feito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a organização institucional, especificamente acerca do conflito de atribuição.

A alternativa A está incorreta. O Colégio de Procuradores (art. 12 da Lei 8.625/93) é um órgão de cúpula, não possuindo competência para dirimir conflitos de atribuições. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. O Procurador-Geral de Justiça (PGJ) é a autoridade máxima administrativa da instituição. Nos termos do Art. 10, X, da Lei 8.625/93: “Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça: X - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;”

A alternativa C está incorreta. Embora seja um órgão deliberativo importante, a lei não lhe conferiu a atribuição de dirimir conflitos entre promotores. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. O conflito é suscitado e encaminhado diretamente ao PGJ. Inventar etapas administrativas é uma estratégia comum das bancas para confundir o candidato. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. O Corregedor não interfere na atribuição funcional dos processos, a menos que a falta de atuação de um membro configure uma infração disciplinar. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 100. Analise as prerrogativas descritas a seguir, atribuídas a membros do Ministério Público.

I. Ser preso somente por ordem escrita do Tribunal competente, salvo prisão cautelar de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça, sob pena de responsabilidade.

II. Ser ouvido, como testemunha ou ofendido em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o juiz ou com a autoridade competente.

III. Exercer os direitos relativos à livre associação sindical.

De acordo com a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a opção que indica corretamente qual(ais) da(s) prerrogativa(s) citada(s) é(são) assegurada(s) aos membros do Ministério Público.

a) I, apenas.

b) II, apenas:

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre prerrogativas dos membros do MP. Essa questão exige conhecimento da literalidade do art. 40 da Lei 8.625/93. Chamamos a sua atenção quanto a possibilidade da banca considerar como gabarito a alternativa C. Neste caso, a questão será passível de recurso para a sua anulação.

A alternativa A está incorreta. O item I erra no prazo (imediato vs. 24h) e no termo "prisão cautelar". Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Consoante o art. 40, I e III, da Lei 8.625/93, Art. 40. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas na Lei Orgânica: I - ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente; III - ser preso somente por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a comunicação e a apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;"

A alternativa C está incorreta. Considera o item I correto, ignorando a precisão temporal exigida pela lei orgânica. Contudo, se a banca apontar a C (considerando que a assertiva I está certa, caberá recurso: A assertiva I fala em "comunicação imediata", enquanto o Art. 40, inciso III, da Lei Orgânica Nacional do MP aponta "comunicação no prazo máximo de 24h. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Erra ao incluir o item III (sindicalização). Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Erra ao considerar todos os itens corretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)